



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

CARLOS ANTONIO ARAUJO CAVALCANTI JUNIOR

**A ECONOMIA DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES
RECENTES E O SETOR DE SERVIÇOS**

Recife

2022

CARLOS ANTONIO ARAUJO CAVALCANTI JUNIOR

**A ECONOMIA DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES
RECENTES E O SETOR DE SERVIÇOS**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Economia, PIMES, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Economia.

Orientador: João Policarpo Rodrigues Lima

Recife

2022

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

C376e Cavalcanti Junior, Carlos Antonio Araujo
A economia da região nordeste do Brasil: transformações recentes e o
setor de serviços / Carlos Antonio Araujo Cavalcanti Junior. - 2022
167 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. João Policarpo Rodrigues Lima.
Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco,
CCSA, 2022.
Inclui referências e apêndices.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Semiárido. 3. Produtividade. I.
Lima, João Policarpo Rodrigues (Orientador). II. Título.

336 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2022 – 061)

CARLOS ANTONIO ARAUJO CAVALCANTI JUNIOR

**A ECONOMIA DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES
RECENTES E O SETOR DE SERVIÇOS**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Economia, PIMES, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Economia.

Aprovado em: 10/06/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Policarpo R. Lima (Orientador)
UFPE - PIMES

Prof^ª. Dr^ª. Maria Fernanda F. G. Padilha (Examinador Interno)
UFPE - PIMES

Prof. Dr. José Lamartine Távora Jr. (Examinador Interno)
UFPE - PIMES

Prof. Dr. Abraham Sicsú (Examinador Externo)
Engenharia de Produção - UFPE

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins (Examinador Externo)
Prof. Associado – CAA/UFPE

Prof. Dr. Jair do Amaral Filho (Examinador Externo)
UFC

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço a todos aqueles que de alguma maneira, seja de perto ou de longe, contribuíram para a conclusão deste trabalho e do curso de Doutorado em Economia. Agradeço a Universidade Federal de Pernambuco e ao PIMES pela oportunidade de estudos concedida. Agradeço ao professor Policarpo pela orientação, cuidado, e paciência até aqui dada. Agradeço aos meus pais, que são o alicerce da minha vida e dos meus estudos. Agradeço aos meus irmãos, a minha família, aos meus amigos e a todos aqueles que compartilharam do longo caminho até aqui traçado. Agradeço a Deus e em especial a Luck, o amor de nossas vidas.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

RESUMO

Esta tese busca tratar da temática do desenvolvimento socioeconômico da Região Nordeste do Brasil. O trabalho é dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo foca na abordagem do desenvolvimento socioeconômico do Nordeste ao longo das duas primeiras décadas do século 21. O trabalho contextualiza a região, seu histórico, algumas políticas públicas atuantes e dá ênfase ao Território do Semiárido, notadamente uma sub-região de interesse devido as suas ainda frágeis bases socioeconômicas. A análise, que trabalhou com informações a nível de regiões, estados e microrregiões, buscou destacar dois quadros. O primeiro, tomando uma perspectiva mais de curto prazo, focando nos resultados em torno do período da crise brasileira de 2014. O segundo acompanha a evolução em todo o período estudado, de modo que as trajetórias de crescimento das regiões possam ser observadas. Dentre os resultados, observou-se no período uma lenta, mas significativa redução das desigualdades regionais no país, com o Nordeste (e mais ainda sua área semiárida) se mostrando mais dinâmico que o Brasil e a Região Sudeste. O segundo capítulo procurou estudar a conjuntura e o desenvolvimento do setor de serviços na Região Nordeste para o período entre 2002-2018. Para alcançar este resultado o estudo buscou principalmente analisar as séries históricas disponíveis dos setores de serviços públicos e privados na região, com foco central na análise a nível microrregional. Dentre os principais resultados, é possível afirmar uma importante expansão do setor privado de serviços dentro do território nordestino, inclusive diminuindo a diferença entre as regiões mais desenvolvidas e tradicionais para as regiões mais periféricas. Porém, o trabalho mostrou ainda que a importância do setor público se mantém relevante no território, com mais da metade das microrregiões possuindo participação no PIB acima de 35% na média dos anos mais recentes. O terceiro capítulo por sua vez procura aprofundar a discussão do capítulo anterior, desta vez focando em aspectos do mercado de trabalho formal nordestino no período 2002-2019, observando o comportamento dos serviços para conjuntos de subsetores. A análise em questão levou em conta as variáveis de vínculos empregatícios e salários médios setoriais, de modo que temas como a produtividade do trabalho e a qualificação média dos trabalhadores pudessem ser discutidas. Dentre os resultados, observa-se uma expansão do emprego dos serviços privados no período, aumentando significativamente sua participação no total do Nordeste, ao mesmo tempo que se verifica uma perda nos demais setores (industrial, agrícola e serviços públicos). Além disso, essa expansão foi acompanhada de uma desconcentração regional das atividades privadas, apesar da clara dificuldade ainda existente para isto de atividades como os serviços financeiros e de saúde. Por fim, o quarto capítulo resume e dá ênfase aos principais resultados obtidos nos capítulos anteriores, de modo a consolidar e conectar os achados do trabalho.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; economia do nordeste; semiárido; setor de serviços; produtividade.

ABSTRACT

This thesis seeks to deal with the theme of economic development in the Northeast Region of Brazil. The work is divided into four chapters. The first chapter focuses on the approach to the socioeconomic development of the Northeast over the first two decades of the 21st century. The work contextualizes the region, its history, some active public policies and emphasizes the Semi-Arid Territory, notably a sub-region of interest due to its still fragile socio-economic foundations. The analysis, which worked with information at the level of regions, states and microregions, sought to highlight two frames. The first, taking a more short-term perspective, focusing on the results around the period of the Brazilian crisis of 2014. The second follows the evolution throughout the studied period, so that the growth trajectories of the regions can be observed. Among the results, a slow but significant reduction in regional inequalities in the country was observed in the period, with the Northeast (and even more so its semi-arid area) proving to be more dynamic than Brazil and the Southeast Region. The second chapter sought to study the situation and growth dynamics of the service sector in the Northeast Region of Brazil for the period 2002-2018. To achieve this result, the study sought mainly to analyze the available historical series of the public and private service sectors in the region, with a central focus on the analysis at the micro-regional level. Among the main results, it is possible to affirm an important expansion of the private sector of services within the northeastern territory, including reducing the difference between the more developed and traditional regions and the more peripheral regions. However, the work also showed that the importance of the public sector remains relevant in the territory, with more than half of the micro-regions having a share in GDP above 35% on average of most recent years. The third chapter, in turn, seeks to deepen the discussion of the previous chapter, this time focusing on aspects of the Northeastern formal labor market in the period 2002-2019, observing the behavior of services for sets of subsectors. The analysis in question considered the variables of employment and average sector wages, so that topics such as labor productivity and the average qualification of workers could be discussed. Among the results, there is an expansion in the employment of private services in the period, significantly increasing its share in the total of the Northeast, at the same time as there is a loss in the other sectors (industrial, agricultural and public services). Furthermore, this expansion was accompanied by a regional deconcentration of private activities, despite the clear difficulty that still exists for activities such as financial and health services. Finally, the fourth chapter summarizes and emphasizes the main results obtained in the previous chapters, to consolidate and connect the findings of the work.

Keywords: economic development; the northeast brazilian economy; semi-arid; service sector; productivity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mudança Territorial do Semiárido Brasileiro entre as Delimitações de 2017 e 2021	24
Figura 2 –	Distribuição Espacial dos Municípios do Semiárido Nordestino – Municípios Entrantes nas Delimitações de 2005 e 2017	25
Figura 3 –	Taxa de Crescimento do PIB Real Anual (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Brasil, Região Nordeste e Semiárido Nordestino – 2011 a 2019	37
Figura 4 –	PIB Per Capita (Média Mensal) (R\$)– Brasil, Região Nordeste e Semiárido Nordestino – 2019	41
Figura 5 –	Taxa de Crescimento Anual do PIB Real (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Estados Nordestinos – 2012 a 2019	42
Figura 6 –	PIB Per Capita (Média Mensal) (R\$ 1) – Estados do Nordeste, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina e Rondônia – 2019	45
Figura 7 –	Total de Microrregiões Nordestinas e Número de Microrregiões com Crescimento Positivo do PIB Real (2013 a 2019)	46
Figura 8 –	Taxa de Crescimento Anual do PIB Real (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Microrregiões que Incluem as Capitais dos Estados – 2012 a 2019	47
Figura 9 –	Taxa de Crescimento Anual do PIB Real (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – 10 Maiores Microrregiões Nordestinas de Acordo com o PIB na Média 2017-19 (Exceto aquelas que Incluem Municípios que são Capitais) – 2012 a 2019	49
Figura 10 –	Brasil e Regiões: Participação dos serviços públicos no PIB de cada região - Anos alternados de 2002 à 2018	64
Figura 11 –	Região Nordeste e Estados Nordestinos: Participação dos serviços públicos no PIB de cada região - Anos alternados de 2002 à 2018	65
Figura 12 –	Brasil e Regiões: Participação dos serviços privados no PIB de cada região -Anos alternados de 2002 à 2018	66
Figura 13 –	Região Nordeste e Estados Nordestinos: Participação dos serviços privados no PIB de cada região - Anos alternados de 2002 à 2018	66
Figura 14 –	Região Nordeste: Composição Setorial do Emprego Formal no Nordeste Brasileiro – Agricultura, Indústria, Serviços (Exceto Adm.	

	Pública) e Adm. Pública - Médias de (2002-04) e (2017-19)	94
Figura 15 –	Região Nordeste: Composição Setorial do Emprego Formal no Setor Terciário – Subsetores de Serviços - Médias de (2002-04) e (2017-19)	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Taxa de Crescimento do PIB Real Anual (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Brasil e Regiões – 2011 a 2019	36
Tabela 2 –	PIB real a preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (Mil Reais) e Crescimento das Médias – Brasil e Regiões	38
Tabela 3 –	Participação das Regiões no PIB real do Brasil – (Médias 2002-04 e 2017-19) e Crescimento das Médias	38
Tabela 4 –	Taxa de Crescimento do PIB Per Capita Real Anual (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Brasil e Regiões – 2012 a 2019	39
Tabela 5 –	PIB Per Capita Mensal Real (R\$) (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Brasil e Regiões – Médias de 2002-04 e 2017-19 e Crescimento das Médias	40
Tabela 6 –	PIB Real a Preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (Mil Reais) e Crescimento das Médias – Estados do Nordeste	43
Tabela 7 –	PIB Per Capita Real a Preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (Média Mensal) (R\$) e Crescimento das Médias – Estados do Nordeste	44
Tabela 8 –	PIB Real a Preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (R\$ 1.000) e Crescimento das Médias – Microrregiões que Incluem as Capitais dos Estados	48
Tabela 9 –	PIB Real a Preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (R\$ 1.000) e Crescimento das Médias – 10 Maiores Microrregiões Nordestinas de Acordo com o PIB na Média 2017-19 (Exceto aquelas que Incluem Municípios que são Capitais)	50
Tabela 10 –	Brasil e Regiões: Valor adicionado dos serviços públicos a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias	61
Tabela 11 –	Brasil e Regiões: Valor adicionado dos serviços privados a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias	62
Tabela 12 –	Região Nordeste e Estados Nordestinos: Valor adicionado dos serviços públicos a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias	63

Tabela 13 –	Região Nordeste e Estados Nordestinos: Valor adicionado dos serviços privados a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias	63
Tabela 14 –	35 maiores Microrregiões por Ordem de Crescimento: Valor adicionado dos serviços públicos a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias	69
Tabela 15 –	35 maiores Microrregiões por Ordem de Crescimento (Estado entre Parênteses): Valor adicionado dos serviços privados a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias	71
Tabela 16 –	35 maiores Microrregiões por Ordem de Crescimento (Estado entre Parênteses): Participação dos serviços públicos no PIB de cada Microrregião (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) e crescimento das médias	73
Tabela 17 –	35 maiores Microrregiões por Ordem de Crescimento (Estado entre Parênteses): Participação dos serviços privados no PIB de cada Microrregião (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) e crescimento das médias	75
Tabela 18 –	Participação dos serviços públicos no Valor Total dos serviços públicos do Nordeste – Microrregiões que incluem Capitais de Estados, 25 Maiores Microrregiões por PIB médio (2002-04) (Exceto as que Incluem Capitais) e Demais Microrregiões – Médias (2002-2004) e (2016-2018) e Crescimento das Médias	77
Tabela 19 –	Participação dos serviços privados no Valor Total dos serviços privados do Nordeste – Microrregiões que incluem Capitais de Estados, 25 Maiores Microrregiões por PIB médio (2002-04) (Exceto as que Incluem Capitais) e Demais Microrregiões – Médias (2002-2004) e (2016-2018) e Crescimento das Médias	77
Tabela 20 –	45 maiores Microrregiões por Ordem de Crescimento dos Serviços Privados (Estado entre Parênteses): Crescimento dos serviços privados, serviços públicos, agropecuária, indústria e PIB per capita (calculados a partir das médias dos respectivos valores nos	

	anos de 2002-2004 e 2016-2018)	81
Tabela 21 –	Região Nordeste: Vínculos Empregatícios – Subsetores do IBGE: Setor Primário (Agricultura), Setores Industriais e Setores de Serviços – Médias (2002-04) e (2017-19) (Arredondadas sem Casas Decimais) e Crescimento das Médias	93
Tabela 22 –	Participação Setorial no Total de Vínculos Empregatícios da Região Nordeste – Subsetores do IBGE: Setor Primário (Agricultura), Setores Industriais e Setores de Serviços – Médias (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias	96
Tabela 23 –	Brasil: Vínculos Empregatícios – Subsetores do IBGE: Setor Primário (Agricultura), Setores Industriais e Setores de Serviços – Médias (2002-04) e (2017-19) (Arredondadas sem Casas Decimais) e Crescimento das Médias	99
Tabela 24 –	Região Nordeste: Salário Setorial Médio (A Preços Constantes de 2019) (R\$ 1) – Subsetores do IBGE: Setor Primário (Agricultura), Setores Industriais e Setores de Serviços – Médias (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias	101
Tabela 25 –	Brasil: Salário Setorial Médio (A Preços Constantes de 2019) (R\$ 1) – Subsetores do IBGE: Setor Primário (Agricultura), Setores Industriais e Setores de Serviços – Médias (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias	103
Tabela 26 –	Estados Nordestinos e Nordeste: Vínculos Empregatícios – Agricultura, Indústria, Serviços (Exceto Adm. Pública) e Adm. Pública – Médias (2002-04) e (2017-19) (Arredondadas sem Casas Decimais) e Crescimento das Médias	105
Tabela 27 –	Nordeste e Estados: Vínculos - Subsetores Priv. de Serviços - Médias (2002-04; 2017-19) (sem casas decimais) e Crescimento	107
Tabela 28 –	Estados Nordestinos e Nordeste: Salário Setorial Médio (A Preços Constantes de 2019) (R\$ 1) – Agricultura, Indústria, Serviços (Exceto Adm. Pública) e Adm. Pública – Médias (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias	110
Tabela 29 –	Estados Nordestinos e Nordeste: Salário Setorial Médio (A Preços Constantes de 2019) (R\$ 1) – Subsetores de Serviços Privados –	

	Médias (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias	111
Tabela 30 –	Grupos de Municípios: Critério de Classificação com Base na Média de Vínculos em 2002-04 – Número de Municípios em Cada Grupo – Breve Descrição de Cada Grupo	115
Tabela 31 –	Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios do Setor Privado de Serviços – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias	116
Tabela 32 –	Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios do Comércio Varejista – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias	116
Tabela 33 –	Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios do Comércio Atacadista – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias	117
Tabela 34 –	Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios das Instituições Financeiras– Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias	118
Tabela 35 –	Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios do Grupo de Serviços de Valores Mobiliários, Administração de Imóveis e Outros – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias	119
Tabela 36 –	Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios dos Setores de Transportes e Comunicações – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias	120
Tabela 37 –	Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios do Grupo de Serviços de Alojamento, Alimentação, Manutenção e Outros – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias	121
Tabela 38 –	Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios dos Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias	122
Tabela 39 –	Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios das Atividades de Ensino Privadas – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias	123

LISTA DE SIGLAS

FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PIB-M	Produto Interno Bruto Municipal
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO RECENTE DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL	19
1.1	Introdução	19
1.2	Breve Histórico e Características Gerais da Região Nordeste	20
1.3	O Território do Semiárido e as Políticas Públicas Regionais	23
1.4	Desenvolvimento Socioeconômico Recente e as Crises Econômicas	30
1.5	Base de Dados e Abordagem Empírica	35
1.6	Análise dos Resultados	36
1.6.1	Brasil, Grandes Regiões e Semiárido	36
1.6.2	Estados e Microrregiões	41
1.7	Considerações Finais	51
2	A DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS NO NORDESTE DO BRASIL	53
2.1	Introdução	53
2.2	O Setor Terciário e o seu Desenvolvimento	54
2.3	Os Serviços no Contexto Brasileiro e Nordestino	57
2.4	Metodologia	60
2.4.1	Base de Dados	60
2.4.2	Abordagem Empírica	60
2.5	Análise dos Resultados	61
2.5.1	Comparação Entre Regiões	61
2.5.2	Desempenho a Nível Microrregional	67
2.5.3	Comparação com Variáveis Relevantes	79
2.6	Considerações Finais	83
3	A HETEROGENEIDADE DO SETOR TERCIÁRIO NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL	86
3.1	Introdução	86
3.2	Desenvolvimento Econômico e Produtividade Setorial	87
3.3	Produtividade do Trabalho, Salário Médio e Qualificação do Trabalhador	89
3.4	Metodologia	90

3.4.1	Base de Dados	90
3.4.2	Abordagem Empírica	91
3.5	Análise dos Resultados	92
3.5.1	Dinâmica Região Nordeste	92
3.5.2	Dinâmica Estados Nordestinos	104
3.5.3	Dinâmica Municípios	114
3.6	Considerações Finais	123
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS	128
	APÊNDICE A - POPULAÇÃO ESTIMADA - BRASIL E REGIÕES – MÉDIAS DE 2002-04 E 2017-19 E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS	132
	APÊNDICE B - PIB PER CAPITA REAL (MÉDIA MENSAL) (PREÇOS DE 2019) (R\$) – BRASIL, GRANDES REGIÕES E SEMIÁRIDO NORDESTINO – 2002-06, 2008-09 E 2011	133
	APÊNDICE C - PIB PER CAPITA REAL (MÉDIA MENSAL) (PREÇOS DE 2019) (R\$) – BRASIL, GRANDES REGIÕES E SEMIÁRIDO NORDESTINO – 2012-19	134
	APÊNDICE D - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB REAL (AJUSTADO COM DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB) – ESTADOS NORDESTINOS – 2012 A 2019	135
	APÊNDICE E – PIB REAL (PREÇOS DE 2019, 1000 R\$) – MICRORREGIÕES NORDESTINAS – MÉDIAS DE 2002-04 E 2017-19 E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS – CLASSIFICADOS EM ORDEM DECRESCENTE DE CRESCIMENTO	136
	APÊNDICE F – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB REAL (AJUSTADO COM DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB) – MICRORREGIÕES QUE INCLUEM AS CAPITAIS DOS ESTADOS – 2012 A 2019	141
	APÊNDICE G – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB REAL (AJUSTADO COM DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB) – 10 MAIORES MICRORREGIÕES NORDESTINAS DE ACORDO COM O PIB NA MÉDIA 2017-19 (EXCETO	

AQUELAS QUE INCLUEM MUNICÍPIOS QUE SÃO CAPITAIS) – 2012 A 2019	142
APÊNDICE H – PIB REAL (PREÇOS DE 2019, 1000 R\$) – ESTADOS BRASILEIROS – MÉDIAS DE 2002-04 E 2017-19 E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS – CLASSIFICADOS EM ORDEM DECRESCENTE DE CRESCIMENTO	143
APÊNDICE I – PIB PER CAPITA REAL A PREÇOS DE 2019 (MÉDIAS 2002-04 E 2017-19) (MÉDIA MENSAL) (R\$) E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS – ESTADOS BRASILEIROS – CLASSIFICADOS EM ORDEM DECRESCENTE DE CRESCIMENTO	144
APÊNDICE J - MAIORES MICRORREGIÕES POR ORDEM DE CRESCIMENTO (POSIÇÕES 36 ATÉ 188) (ESTADO ENTRE PARÊNTESES): VALOR ADICIONADO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS A PREÇOS CONSTANTES DE 2019 (MÉDIAS DOS ANOS DE 2002-2004 E 2016-2018) (R\$1.000,00) E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS	145
APÊNDICE K – MAIORES MICRORREGIÕES POR ORDEM DE CRESCIMENTO (POSIÇÕES 36 ATÉ 188) (ESTADO ENTRE PARÊNTESES): VALOR ADICIONADO DOS SERVIÇOS PRIVADOS A PREÇOS CONSTANTES DE 2019 (MÉDIAS DOS ANOS DE 2002-2004 E 2016-2018) (R\$1.000,00) E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS	150
APÊNDICE L – MAIORES MICRORREGIÕES POR ORDEM DE CRESCIMENTO (POSIÇÕES 36 ATÉ 188) (ESTADO ENTRE PARÊNTESES): PARTICIPAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO PIB DE CADA MICRORREGIÃO (MÉDIAS DOS ANOS DE 2002-2004 E 2016-2018) E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS	154
APÊNDICE M – MAIORES MICRORREGIÕES POR ORDEM DE CRESCIMENTO (POSIÇÕES 36 ATÉ 188) (ESTADO ENTRE PARÊNTESES): PARTICIPAÇÃO DOS SERVIÇOS PRIVADOS NO PIB DE CADA MICRORREGIÃO (MÉDIAS	

DOS ANOS DE 2002-2004 E 2016-2018) E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS

158

APÊNDICE N – MAIORES MICRORREGIÕES POR ORDEM DE CRESCIMENTO DOS SERVIÇOS PRIVADOS (POSIÇÃO 46 ATÉ 188) (ESTADO ENTRE PARÊNTESES): CRESCIMENTO DOS SERVIÇOS PRIVADOS, SERVIÇOS PÚBLICOS, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E PIB PER CAPITA (CALCULADOS A PARTIR DAS MÉDIAS DOS RESPECTIVOS VALORES NOS ANOS DE 2002-2004 E 2016-2018)

162

APÊNDICE O – REGIÃO NORDESTE: MASSA SALARIAL SETORIAL (A PREÇOS CONSTANTES DE 2019) (R\$ 1) – SUBSETORES DO IBGE: SETOR PRIMÁRIO (AGRICULTURA), SETORES INDUSTRIAIS E SETORES DE SERVIÇOS – MÉDIAS (2002-04) E (2017-19) E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS

167

1 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO RECENTE DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

1.1 Introdução

A Região Nordeste do Brasil continua sendo um espaço de relativo atraso socioeconômico. Essa evidência se torna ainda mais profunda em sua área semiárida, que pode ser considerada uma das regiões mais pobres do país. Essa característica atrasada faz da Região Nordeste um interessante objeto de estudo nos mais variados temas.

De fato, a análise do Produto Interno Bruto (PIB) per capita revela a defasagem que existe entre o Nordeste e o Brasil e o contraste é ainda maior quando considerado o Território do Semiárido. No ano de 2010, o PIB per capita do Nordeste era aproximadamente R\$ 9.550, cerca de 54,6% do PIB per capita do país (LIMA, 2014). Com relação ao Semiárido, Garcia e Buainain (2011) mostram que no ano de 2008, o PIB a preços correntes dos municípios que fazem parte do Semiárido Brasileiro foi de R\$ 115,7 bilhões (3,8% do PIB brasileiro), o que equivale a um PIB per capita de aproximadamente R\$ 5,4 mil por ano e a uma renda per capita mensal de R\$ 450,00, inferior ao salário-mínimo da época. Mais recentemente, em 2019, é possível observar que a defasagem continua grande, com o Semiárido Nordestino registrando uma renda per capita de R\$ 1.176 (desta vez pouco acima do salário-mínimo), ao passo que o Nordeste registrou um valor de R\$ 1.530. O Brasil por sua vez registrou R\$ 2.930, e a região mais rica, o Sudeste, R\$ 3.694.

Apesar deste quadro, são notórios os avanços e transformações vivenciados na região em anos mais recentes (principalmente a partir dos anos 2000). Neste período, se observa um crescimento econômico maior da região nordestina na comparação com o país como um todo. Além disso, esse desenvolvimento tem sido ainda maior na região semiárida. Uma evidência desse fortalecimento da região, em boa parte resultante de políticas públicas, foi uma resistência maior à forte seca observada nos anos de 2011-13, que depois foi apontada como a mais intensa dos últimos cem anos.

Porém, o futuro da região parece ser bastante incerto por uma gama de fatores. Mudanças recentes em políticas públicas (tais como as modificações nos programas de transferência de renda do governo federal) e a conclusão iminente de importantes infraestruturas (como a transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina) são alguns destes. Agregado a tais fatos, a economia brasileira vem sofrendo desde 2014 com problemas econômicos e políticos, que tem afetado as mais diversas regiões do país. E por

fim, a mais recente crise desencadeada pela pandemia de Covid 19 tem gerado questionamentos de até que ponto mudanças estruturais em setores importantes (por exemplo, o setor de turismo no Nordeste) podem ocorrer após diversos ciclos de abertura e fechamento das atividades econômicas.

O presente estudo tem por objetivo avaliar o desenvolvimento socioeconômico recente da Região Nordeste, buscando avaliar se a região manteve sua trajetória mais dinâmica frente ao Brasil ou se o período recente de crise econômica a partir de 2014 contribuiu para alterar isto. Busca-se também comparar o Nordeste com as demais regiões brasileiras e com o Semiárido Nordestino. Por último, algumas abordagens dos estados e das microrregiões ajudam a entender as possíveis mudanças dentro da região. Porém, antes da execução de tais análises, o trabalho se preocupa em contextualizar diversos aspectos regionais à luz de algumas fontes bibliográficas: como as características gerais da região, o Território do Semiárido, as políticas públicas regionais e o desenvolvimento recente.

Além desta introdução, a próxima seção faz um breve histórico e conta algumas características gerais da região nordestina. A terceira seção trata do Território do Semiárido, destacando sua importância para o entendimento da problemática nordestina e buscando fazer um paralelo com as políticas públicas atuantes na região. A quarta seção por sua vez aborda o desenvolvimento mais recente vivido pelo Nordeste, principalmente a partir dos anos 2000, contextualizando com as crises econômicas enfrentadas no período e fazendo uma breve menção das potencialidades e oportunidades econômicas existentes na região. A quinta seção descreve os dados utilizados e a metodologia empregada. Já a sexta seção traz os resultados resultantes separados por tipos de regiões. Por fim, a seção de considerações finais resume e ressalta alguns pontos importantes debatidos no trabalho.

1.2 Breve Histórico e Características Gerais da Região Nordeste

A Região Nordeste do Brasil ocupa uma área em torno de 1,55 milhões de km², cerca de 18,2% do território brasileiro com estimativa para o ano de 2021 de pouco mais de 57 milhões de pessoas, representando aproximadamente 27% da população do país, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹. A região é formada por nove estados, contando com grande diversidade geográfica e socioeconômica. Possui

¹ Para mais informações, acesse: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

importantes cidades com mais de um milhão de habitantes, dentre estas: Fortaleza, Salvador, Recife, São Luiz e Maceió.

Do ponto de vista histórico, como estudado por Furtado (2007), foi a economia açucareira a atividade mais importante a se desenvolver na região nordestina após o descobrimento das terras brasileiras pelos portugueses. Esta atividade, desenvolvida na faixa litorânea, foi extremamente exitosa e serviu de justificativa para a defesa dos novos territórios e a partir do qual se poderia intensificar a exploração de outras regiões. Era um mercado de dimensões relativamente grandes, com alta rentabilidade e elevado grau de especialização.

As primeiras incursões portuguesas pelo interior do Nordeste já mostravam a dureza do clima da região. A primeira atividade econômica da região semiárida foi a pecuária, que era subsidiária da atividade produtora de açúcar que ficava no litoral, produzindo alimentos e animais de carga/tração para esta última. A pecuária era de caráter predominantemente extensivo, não havia necessidade de grandes contingentes de força de trabalho. Não havia, nesta atividade, a prática disseminada do assalariamento, recebendo o vaqueiro uma parte da produção da fazenda. O longo período de atrofiamento pelo qual passou a economia nordestina, do fim do século XVII e começo do século XIX, teve como resultado o afrouxamento do efeito dinâmico externo sobre a pecuária, o que a levou a atividade a se apoiar cada vez mais no setor de subsistência (ARAÚJO; LIMA, 2009).

Ainda, de acordo com Garcia e Buainain (2011), os elementos estruturais da economia açucareira, tais como a monocultura, a grande propriedade, a mão de obra escrava e o elevado volume de capital, moldaram toda a estrutura socioeconômica da Região Nordeste. Além disso, como narra os autores, as atividades do algodão vêm a assumir importante papel posteriormente no interior da região. Esta atividade, produzida em bases técnicas precárias, afirmou-se durante a Guerra da Secessão e abolição da escravatura nos Estados Unidos, e constituiu-se em uma base econômica importante para a economia da região durante mais de um século, em torno do qual sobrevivia a maioria dos pequenos produtores rurais do semiárido.

De acordo com Araújo e Lima (2009), até meados do século XX, não houve grandes transformações na economia da região semiárida, apesar de que, em alguns estados como o Rio Grande do Norte, a mineração veio a se tornar uma atividade importante. O que ocorreu foi uma certa estagnação econômica, que em parte pode ser creditada às adversidades climáticas da região. A cada nova seca, a produção agropecuária, em certo grau, era

prejudicada; em algumas delas chegou a ser praticamente dizimada. Isto aumentava a pobreza e a miséria da região, gerando também fluxos migratórios.

Nesse contexto, um ponto de transformação foi a criação em 1959 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), agência desenvolvimentista que visava diminuir as diferenças regionais existentes no país. De acordo com Araújo e Lima (2009), a SUDENE atuou com maior intensidade no incentivo ao desenvolvimento de indústrias no Nordeste, deixando de lado um pouco a questão rural, que só teve mais atenção a partir do fim da década de 1970. De um modo geral, a SUDENE alcançou resultados satisfatórios; a economia do Nordeste cresceu a um ritmo maior do que a economia brasileira, diminuindo um pouco a diferença entre a média dos produtos per capita regional e nacional. Porém, as ações da SUDENE foram concentradoras de renda, tanto do ponto de vista das classes sociais como do ponto de vista espacial.

Para o semiárido, os investimentos e incentivos fiscais concentraram-se em alguns poucos pólos de desenvolvimento como o pólo de fruticultura irrigada de Petrolina e de Mossoró-Açu e o pólo de calçados de Sobral. Nestas cidades, desenvolveu-se um setor privado com alta produtividade que em pouco lembra o setor privado das outras cidades da região (ARAÚJO; LIMA, 2009, p.51).

No atual cenário, a diferença do PIB per capita da Região Nordeste com relação ao país é um exemplo das dificuldades socioeconômicas por ela enfrentadas (em 2019 (média mensal): R\$ 1.530 para o Nordeste e R\$ 2.930 para o Brasil). Além disso, utilizando a área semiárida como exemplo, Garcia e Buainain (2011) explicam que em 2008 enquanto o semiárido representava 54% do território nordestino, o PIB dos municípios localizados no mesmo respondeu por apenas 27,6% do regional, revelando a grande disparidade entre base territorial e a geração de riqueza e renda. Por fim, o PIB per capita do Semiárido Nordestino em 2019 foi de R\$ 1.176.

Neste ponto, trabalho elaborado por Martins (2019) merece atenção. Tratou o mesmo de analisar numa perspectiva de longo prazo o crescimento econômico a nível nacional, de regiões e estados. O autor elucida a enorme disparidade regional e o crescimento desbalanceado que as regiões tiveram desde o final da década de 30 do século passado. O trabalho mostra, entre outras coisas, que a Região Nordeste logrou um aumento no percentual de participação do PIB brasileiro desde os anos 1970, após um período anterior de declínio. Esse movimento assemelha-se com o ocorrido com as regiões Norte e Centro Oeste, ao passo que a Região Sul apresentou uma maior estabilidade. Por outro lado, a Região Sudeste registra uma queda da participação nos anos 70 em diante. Esse cenário é corroborado também pelas análises com PIB per capita, que mostram movimentos regionais parecidos com

o descrito. Mesmo assim, a disparidade regional atual ainda é enorme, com a Região Nordeste registrando 14,18% de participação no PIB brasileiro no ano de 2019, ao passo que a Região Sudeste registrou para o mesmo ano 53,02% (valores observados nos dados deste trabalho).

Há, assim, indicações de que, mesmo de forma lenta, mudanças significativas vêm ocorrendo na região nordestina. Uma evidência de mudança na estrutura socioeconômica nordestina é dada por Carvalho (2014), que aponta uma maior resistência do Semiárido à forte seca no período entre 2011-2013. O desenvolvimento mais recente da região, a continuidade ou não dessas mudanças, serão melhor vistos adiante.

Como foi possível constatar, o Território do Semiárido Nordestino assume particular importância no entendimento da problemática da Região Nordeste. A melhor compreensão de suas peculiaridades climática, demográfica e econômica, assim como as consequências de sua posterior institucionalização são essenciais. A seção seguinte discute esse tema, em paralelo com a contextualização da importância de algumas das principais políticas públicas atuantes na região.

1.3 O Território do Semiárido e as Políticas Públicas Regionais

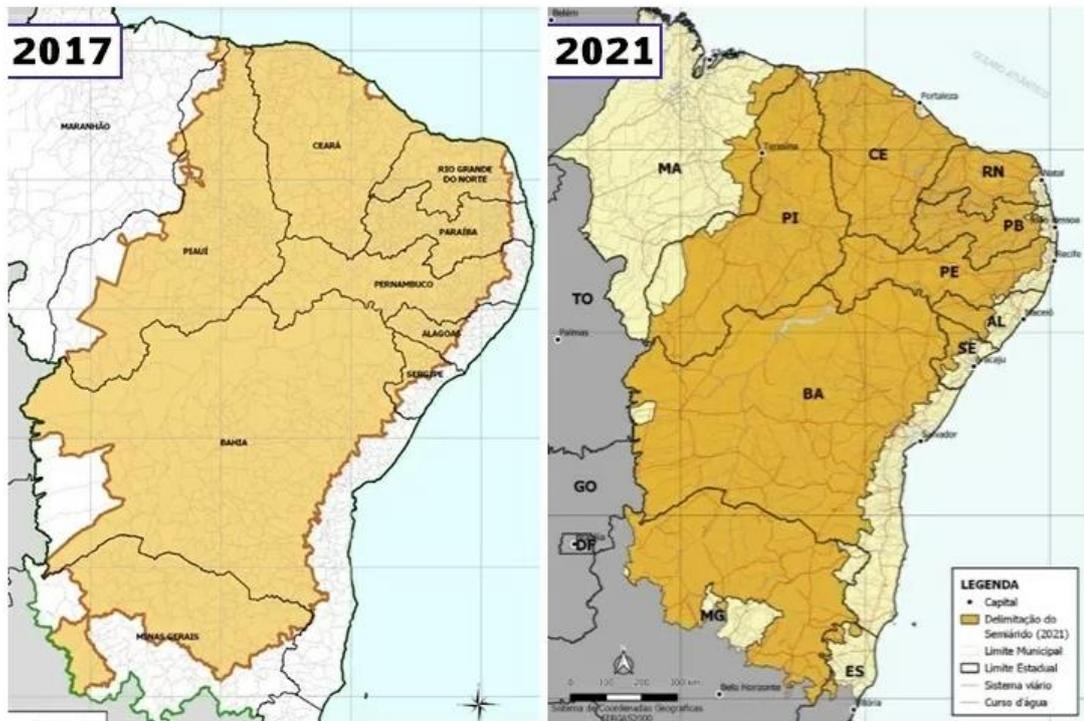
O Semiárido Brasileiro é uma região delimitada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que o faz considerando características específicas que refletem as condições de semiaridez local, com o intuito de servir como referência para a atuação de políticas públicas. Essa delimitação tem sofrido revisões em anos recentes, em 2005, 2017 e 2021. De acordo com a última, que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2022², a região possui 1.427 municípios, distribuídos pelos nove estados nordestinos mais os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Para fazer parte da região, os municípios precisam atender ao menos a um dos seguintes critérios:

- a) Precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800mm (oitocentos milímetros);
- b) Índice de Aridez de Thorntwaite igual ou inferior a 0,5;
- c) Percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60% considerando todos os dias do ano.

²Por ser uma mudança recente, alguns trâmites ainda não estão finalizados, continuando a fazer parte do Semiárido os 50 municípios excluídos nesta revisão. Para mais informações: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-condel/sudene-n-150-de-13-de-dezembro-de-2021-370970623>.

A Figura 1 a seguir mostra a mudança na delimitação territorial do semiárido entre a revisão de 2017 e 2021:

Figura 1 - Mudança Territorial do Semiárido Brasileiro entre as Delimitações de 2017 e 2021

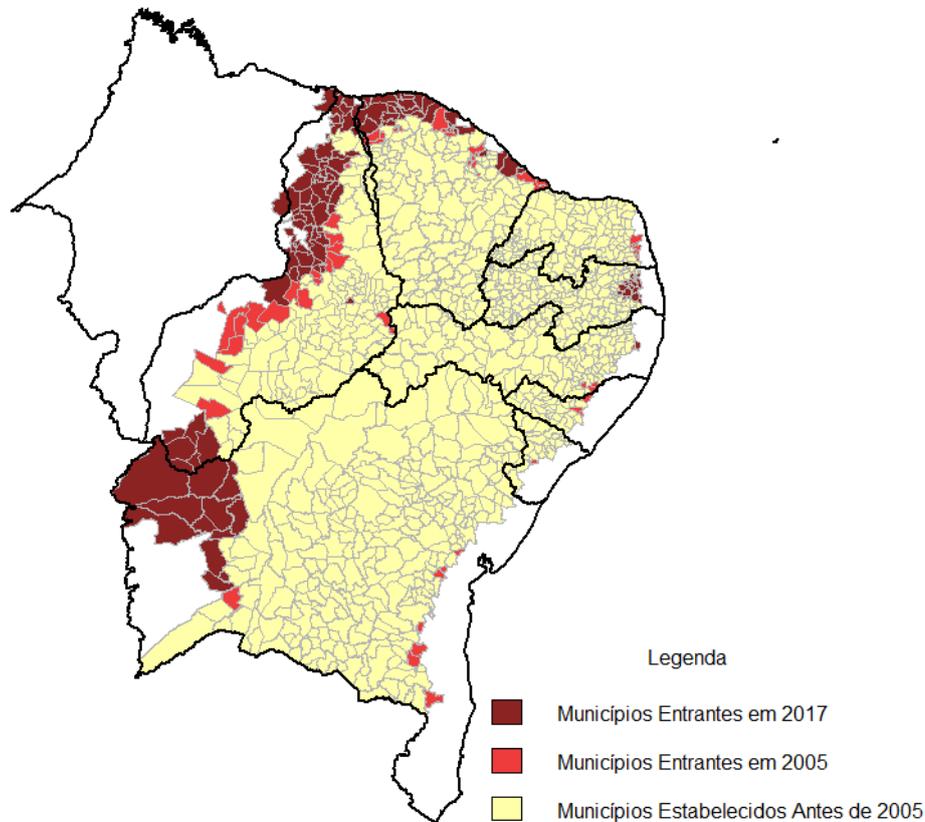


Fonte: SUDENE (2021).

Do Nordeste, faziam parte do semiárido 1.171 municípios na delimitação de 2017, passando para 1.212 em 2021, com 42 localidades excluídas e 83 incluídas entre uma delimitação e outra³. Apesar disto, por ainda ser muito recente, não houve atualizações nas bases consultadas, sendo neste trabalho utilizada a delimitação de 2017. A Figura 2 por sua vez mostra as mudanças municipais ocorridas dentro do território nordestino entre 2005 e 2017:

³ Para informações gerais sobre a delimitação de 2021: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/02/19/delimitacao-do-semiarido-entra-espirito-santo.htm>.

Figura 2 - Distribuição Espacial dos Municípios do Semiárido Nordestino – Municípios Entrantes nas Delimitações de 2005 e 2017



Fonte: O autor (2022).

O fato é que existem vantagens em termos de acesso a políticas públicas para os municípios que fazem parte do semiárido, o que provoca pressões políticas por parte de estados e municípios nos bastidores políticos a cada nova delimitação a ser aprovada. Já adiantando, uma das vantagens está ligada ao acesso aos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) (um dos principais instrumentos de política pública na Região Nordeste). O fundo, operado pelo Banco do Nordeste, financia diversos setores produtivos na região, como agropecuária, industrial, agroindustrial, turismo, comércio, dentre outros⁴. O papel diferenciado que o FNE assume dentro do território do semiárido está ligado a uma fatia maior dos recursos que são destinados aos municípios da região (pelo menos metade dos recursos). Além disso, existe um “bônus” de 15% sobre os juros pagos até a data de vencimento e, se o empreendimento estiver localizado em municípios do semiárido do Nordeste, o benefício pelo pagamento em dia sobe para 25%. Ainda, o prazo de

⁴ Para mais informações sobre o FNE: <https://www.bnb.gov.br/fne>.

financiamento dado pelo fundo é de até 12 anos, incluindo até 4 anos de carência. Para os municípios localizados no semiárido o prazo é de até 15 anos, incluindo até 5 anos de carência (CNI, 2011).

Outras vantagens que se somam aos municípios do semiárido são um maior acesso aos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNDE), maior assistência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (financiamento de infraestrutura hídrica e implementação de infraestrutura) e de construção de cisternas⁵.

A respeito das mudanças de delimitação e das vantagens de se fazer parte do semiárido, alguns estudiosos se preocuparam em entender o possível impacto econômico nos municípios ao se mudar para dentro da região. Foi o caso de Caldas (2016), que utilizando o método econométrico de diferenças-em-diferenças avaliou o efeito do programa de microcrédito do FNE sobre o emprego e a renda dos municípios entrantes na delimitação estabelecida em 2005. O trabalho, no entanto, não encontrou efeitos sobre as localidades tratadas, argumentando para isso que possivelmente os novos municípios não estão aproveitando os benefícios extras e não estão pegando mais empréstimos.

Ainda na linha de entender a importância que fundos como o FNE possuem na região, foram feitos outros trabalhos buscando observar o impacto do fundo. Um exemplo é o trabalho de Soares, Sousa e Pereira Neto (2009), que investigaram o impacto do fundo no crescimento do emprego, da massa salarial e do salário médio das empresas formais beneficiadas no Nordeste, obtendo impactos significantes nos dois primeiros. Outro trabalho é o de Resende (2012), que buscou avaliar micro e macro impactos dos empréstimos do programa FNE-Industrial no estado do Ceará, com a sugestão de um impacto positivo e estatisticamente significativo dos empréstimos sobre o crescimento do PIB per capita no estado. Já Silva, Resende e Silveira Neto (2009), avaliaram e compararam a eficácia dos empréstimos do FNE, do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), obtendo no que diz respeito ao FNE, um resultado geral de impacto positivo sobre a taxa de variação do número de empregados e à ausência de impacto sobre a taxa de variação do salário médio pago pelas firmas.

Um último trabalho que utilizou informações do FNE em sua análise foi Cavalcanti Junior e Lima (2019). Os autores buscaram relacionar o montante dos financiamentos do fundo (destinados aos setores de indústria e agroindústria) com o crescimento do setor da

⁵Para outras informações: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/02/19/delimitacao-do-semiarido-entra-espírito-santo.htm>

indústria nos municípios do Semiárido Nordestino, observando repasses no intervalo de 1999 a 2013. O resultado possibilita indicar que as transferências parecem estar ajudando para o maior dinamismo do setor industrial no semiárido.

Ainda no contexto das políticas públicas atuantes no Nordeste, há de se mencionar o papel do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como indutor de redução das desigualdades regionais no Brasil. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (2012), o FPM foi criado no ano de 1965, sendo inicialmente formado por 10% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda (IR) e sobre os produtos industrializados (IPI). De sua concepção, o FPM tem por objetivo diminuir as desigualdades regionais, na medida em que transfere renda das regiões mais ricas para as mais pobres. Os critérios de distribuição do FPM estabelecem uma relação direta com a população e inversa com o Produto Interno Bruto dos municípios.

Por fim, o papel das políticas públicas estaduais não pode ser esquecido, sendo estas muitas vezes fundamentais no maior desenvolvimento de regiões específicas e menos desenvolvidas, com os governos estaduais promovendo muitas vezes programas focados em determinadas ações estratégicas nesses espaços menos desenvolvidos. Dessa forma, tais políticas, onde em geral incluem-se incentivos fiscais de tributos estaduais, são fundamentais no processo de interiorização do crescimento. Como exemplo, no estado do Ceará as políticas governamentais são estruturadas a partir de sete eixos governamentais de articulação intersetorial, os quais contemplaram a proposta do plano plurianual de 2016-19. Estas incluem ações visando a melhoria da economia estadual, tais como fomento ao crescimento econômico com desenvolvimento territorial e geração de trabalho e renda⁶. Já no estado do Piauí, desde 2007, o governo implanta uma estratégia de desenvolvimento de planejamento participativo territorial. O planejamento das ações governamentais passa pelos territórios de desenvolvimento (regiões do estado), visando uma democratização das ações e uma regionalização do orçamento⁷. Como último exemplo, no Rio Grande do Norte, o governo estadual leva adiante um Plano Estadual de Economia Solidária, regulamentado em 2020. Este se objetiva ao apoio e fomento de diversos empreendimentos coletivos. São favorecidos atividades como a agricultura familiar, pesca, artesanato e pequenas confecções⁸.

⁶Para mais informações: <https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/prioridades-e-politicas-de-governo>;

⁷Para mais informações: <http://www.antigoseplan.pi.gov.br/planejamento.php> e <http://www.seplan.pi.gov.br/mapa-grande.pdf>;

⁸ Para mais informações: <https://www.rededegestoresecosol.org.br/governo-do-rn-regulamenta-o-plano-estadual-de-economia-solidaria/>.

Aprofundando algumas características do semiárido, o trabalho de Garcia e Buainain (2011) contextualiza bem diversas questões. De acordo com os autores, o ecossistema que predomina no Semiárido Brasileiro é a Caatinga. O território de Caatinga é caracterizado pelo baixo volume pluviométrico, com precipitações médias entre 500 e 700 mm anuais, elevada insolação média de 2.800 horas/ano, temperaturas médias anuais entre 23° a 27° C, evaporação de 2.000 mm/ano e umidade relativa do ar em torno de 50%. Consequentemente, a região apresenta um balanço hídrico negativo e o fenômeno da seca é algo recorrente, com implicações diretas sobre os aspectos socioeconômicos locais.

Ainda de acordo com as informações computadas pelos autores acima na época da análise, apesar da região apresentar características físico-climáticas que dificultam a ocupação humana, a população do Semiárido Brasileiro era da ordem de 21,7 milhões de pessoas (11,4% da nacional), com uma densidade demográfica de 24,2 hab./km² (inferior à nordestina, mas superior à nacional). A taxa de urbanização era de 62%, muito inferior à registrada na Região Nordeste e no Brasil, este último registrando em torno de 84%. Já a população rural era de 13,5 milhões de pessoas. Caracteristicamente, regiões semiáridas no mundo têm baixa densidade populacional, mas o Semiárido Brasileiro se destaca pela sua elevada densidade, o que coloca forte pressão sobre a base dos seus recursos naturais.

Como já explicitado na seção anterior, o semiárido pode ser considerado um território estruturalmente pobre quando se toma por base a produção corrente de riqueza. Além disso, apesar da imagem da região ser fortemente associada ao mundo rural e à agropecuária, observa-se o predomínio do setor de serviços na composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) municipal a preços de mercado, que em 2008 representou 67% do VAB. O setor industrial registrou uma participação de 20% e o setor agropecuário de 13% ,bem acima da média nacional que é de 5,9%. Em teoria a participação do setor de serviços cresce com o desenvolvimento, mas, no caso do semiárido, a elevada participação pode ser interpretada como o resultado da falta de dinamismo da indústria e da agropecuária local. Essa evidência é corroborada pela elevada participação da administração pública no Valor Adicionado: 47,2% do total (GARCIA; BUAINAIN, 2011).

A pobreza estrutural fica mais evidente quando se considera a distribuição dos municípios por faixa de PIB-M. Apenas quatro municípios têm PIB-M na faixa superior, acima de R\$ 2,5 bilhões: Feira de Santana na Bahia (R\$ 5,3 bilhões), Campina Grande na Paraíba (R\$ 3,5 bilhões), Mossoró no Rio Grande do Norte (R\$ 3 bilhões), Vitória da Conquista na Bahia (R\$ 2,6 bilhões); apenas 11 municípios registraram um PIB-M entre R\$ 1,2 e R\$ 2,5 bilhões e a maioria tem PIB-M inferior a R\$ 300 milhões, dentre os quais 907, correspondendo a pouco mais de 80% dos

municípios do semiárido, registraram PIB-M inferior a R\$ 100 milhões. (GARCIA; BUAINAIN, 2011, p.13).

Por último, o retrato socioeconômico da região pode ser visto através do IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal), utilizado como proxy ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal⁹.

A análise do IFDM no ano de 2007 (realizada por Garcia e Buainain (2011)) indicou que no semiárido predominavam municípios com estágio de desenvolvimento regular. Portanto, a presença de municípios com IFDM baixo e moderado se apresentavam como “ilhas” no território do semiárido. São apenas 11 municípios com nível baixo e 131 com nível moderado de desenvolvimento, e nenhum com nível alto, logo, 991 municípios apresentavam nível regular de desenvolvimento (IFDM entre 0,4 e 0,6). De fato, o IFDM confirma o baixo nível de desenvolvimento humano da população dos municípios do Semiárido Brasileiro (GARCIA; BUAINAIN, 2011).

O IFDM Educação por sua vez revelou que mais de 44% dos municípios tinham nível baixo e regular de desenvolvimento no quesito educação, e que apenas 5 municípios tinham nível alto (Várzea-PB, Santana do Seridó-RN, Doutor Severiano-RN, Acari-RN e São João do Sabugi-RN). O IFDM com melhor resultado foi aquele que representa a saúde. Observou-se o predomínio de municípios com estágio moderado de desenvolvimento (834 municípios), e a presença de 82 municípios com nível alto de desenvolvimento. No entanto, quando se observaram os indicadores do IFDM Emprego e Renda, a situação foi extremamente desoladora, revelando sem disfarces a abrangência da pobreza do Nordeste e do semiárido: a maioria dos municípios é classificada com baixo estágio de desenvolvimento (988 municípios), indicando a precariedade da ocupação e emprego, o baixo nível de renda e a desigualdade na distribuição de renda na região (GARCIA; BUAINAIN, 2011).

Todas as evidências mostradas até aqui ao longo das duas últimas sessões levantam questionamentos acerca da situação mais recente do Nordeste e de sua região semiárida. Por um lado, a literatura mais atual aponta que a região mostra avanços significativos em suas deficiências econômicas. Por outro, apesar desta tendência, a crise econômica brasileira iniciada em 2014 e a crise do corona vírus iniciada em 2020 geraram incerteza acerca desta

⁹O IFDM possui estrutura semelhante à do IDH, representando uma síntese dos indicadores de educação, saúde e emprego e renda. Desta forma, o IFDM também apresenta os seguintes subíndices: IFDM Educação, IFDM Saúde e IFDM Emprego e Renda (FIRJAN, 2017). A leitura dos resultados apresentados pelo IFDM é bastante simples, utilizando o mesmo raciocínio do IDH, em que varia entre 0 e 1. Portanto, quanto mais próximo o IFDM estiver de 1, maior será o nível de desenvolvimento da localidade. Para facilitar a análise foram criadas quatro classificações para IFDM: municípios que registram um índice entre 0 e 0,4 são considerados de baixo estágio de desenvolvimento; entre 0,4 e 0,6, de desenvolvimento regular; entre 0,6 e 0,8, de desenvolvimento moderado; entre 0,8 e 1,0, de alto desenvolvimento (FIRJAN, 2010).

trajetória. A seção seguinte mostra o que tem sido evidenciado no cenário mais recente, contextualizando potencialidades regionais e as situações de crise.

1.4 Desenvolvimento Socioeconômico Recente e as Crises Econômicas

Recentemente a literatura tem evidenciado que transformações estão em curso na economia e na sociedade da Região Nordeste, ainda mais quando considerado somente o semiárido nordestino. De acordo com Cavalcanti Junior (2015), entre os anos de 2000 e 2011 o crescimento do produto interno bruto a preços correntes (PIB) foi de 300% para o Semiárido Nordestino, ao passo que nesse período o crescimento para a Região Nordeste foi de 278% e para o Brasil de 251%, evidenciando um maior dinamismo para a região semiárida. Evidências similares foram encontrados também por Garcia e Buainain (2011) e por Gomes (2013).

Para Garcia e Buainain (2011) o maior desenvolvimento do semiárido é impulsionado por um amplo conjunto de fatores. Alguns desses incluem o próprio adensamento populacional, a democratização, a maior descentralização política e econômica estabelecida pela Constituição de 1988, a acumulação e maturação de investimentos públicos viabilizadores de importantes iniciativas privadas, como os polos irrigados, e a maior integração à própria economia nacional.

Atualmente, a economia do semiárido passa por processo de reorganização econômica. Novas atividades começam a aparecer no cenário econômico da região como indústrias leves que vão sendo interiorizadas, atividades centradas na agricultura irrigada, exploradas nas regiões que tem melhor dotação de recursos e água. Porém, as atividades tradicionais de baixa eficiência e produtividade ainda predominam na região como um todo (ARAUJO; LIMA, 2009, p.51).

Outra evidência que mostra uma mudança na estrutura socioeconômica nordestina é dada por Carvalho (2014), que como já citado, apontou uma maior resistência do semiárido à forte seca no período de 2011-2013, apontada posteriormente como a mais intensa dos últimos cem anos¹⁰. O autor destaca vários fatores que influíram para essa nova configuração da região, e dentre esses estão as políticas de crescimento econômico, a exemplo do Pronaf e microcrédito produtivo, e as políticas sociais de transferência de renda, como o programa Bolsa Família¹¹ e o da Previdência Social.

¹⁰ Para mais informações: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/05/nordeste-brasileiro-vive-pior-seca-dos-ultimos-cem-anos.html>

¹¹ Programa esse extinto em 2021, substituído pelo Auxílio Brasil. Para mais informações: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/30/bolsonaro-sanciona-com-vetos-lei-que-cria-auxilio-brasil.ghtml>

Por outro lado, a forte seca mencionada mostra que a preocupação com o fenômeno persiste na região. Os prejuízos foram tidos como consideráveis, como aponta Gomes (2013), que mostra que no ano de 2012 importantes produtos da região como, por exemplo, o feijão, o milho e a mandioca, tiveram perdas de respectivamente 80%, 66% e 40% de suas produções. Ainda, os rebanhos bovino, caprino e ovino tiveram reduções, respectivamente, de 9%, 8% e 6%, e a produção de leite caiu 17%.¹²

Há ainda de se mencionar o trabalho recente de Amaral Filho, Penna e Vieira (2021), que estudaram o desempenho econômico do Nordeste no período de 1985 até 2014. Os autores conseguiram observar uma clara divisão do desempenho da região nordestina ao separar dois subperíodos distintos: 1985-1999 e 2000-2014. No primeiro período, o desempenho nordestino fica abaixo do Brasil, tanto em termos de crescimento médio do PIB real (taxa média de crescimento: Nordeste (1,5%) e Brasil (2,4%)) como do PIB real por trabalhador (taxa média de crescimento: Nordeste (-1,61%) e Brasil (-0,14%)). Esta tendência se inverte no segundo período para ambas as variáveis: PIB real (Nordeste (3,4%) e Brasil (2,6%)) e PIB real por trabalhador (Nordeste (2,2%) e Brasil (0,81%)).

Outra informação interessante mostrada pelos autores acima foi a evolução da participação dos grandes setores da economia nordestina. Chama atenção que a partir de 2002 o processo de aumento da participação do setor de serviços no Nordeste sofre uma considerável ampliação, indo de pouco mais de 50% para quase 70%, enquanto a indústria cai de pouco menos de 40% para pouco mais de 20%. Isso coincide, portanto, com o início do subperíodo mais dinâmico vivido pela região.

Ainda, a intenção de Amaral Filho, Penna e Vieira (2021) foi ir além, buscando entender os fatores geradores do crescimento na região. Para tal, buscou-se uma análise baseada na oferta, analisando a função de produção dos estados nordestinos e estimando seus fatores de produção. Os autores concluem que o desempenho das economias nordestinas no período 2000-2014 foi obtido, principalmente, pela participação da força de trabalho-capital humano, em detrimento do capital físico e da produtividade total dos fatores.

O desenvolvimento nordestino nos últimos anos também têm sua explicação pautada no estímulo dado pela política de valorização do salário-mínimo e pelas aposentadorias rurais. Principalmente nos anos 2000, entre 2005 e 2015, nos Governos Lula e Dilma Rousseff, o salário-mínimo logrou importantes aumentos reais, o que contribuiu para um aumento do poder de compra da população. Possivelmente, a similaridade com as transferências do bolsa

¹² Todas as comparações são feitas entre o valor obtido em 2012 e a média dos valores da mesma variável nos três anos anteriores (2009, 2010 e 2011).

família, essa renda extra teve um impacto decisivo sobre a demanda de diversas atividades que fornecem serviços e produtos às famílias. Já a aposentadoria rural, com sua legislação estabelecida pela Lei 8.213 de 1991 e pela Constituição Federal, também se constitui em um importante elo econômico no contexto regional.

A Região Nordeste apresenta um conjunto variado de polos de desenvolvimento. O setor têxtil do agreste pernambucano, atividades de fruticultura irrigada na região do São Francisco e o cultivo de soja na região do cerrado nordestino são alguns exemplos. Cavalcanti Junior e Lima (2019) oferecem recente perspectiva dos setores industriais que vêm demonstrando maior dinamismo na região semiárida do Nordeste, baseado no aumento do número médio de vínculos empregatícios (aumento entre as médias de 1999-2001 e 2011-2013). São exemplos destacados naquele trabalho o setor de calçados nos municípios cearenses de Pentecoste e Uruburetama, a Construção Civil em Água Branca – Alagoas e a Indústria Química em Nossa Senhora das Dores – Sergipe.

O setor do turismo é outro que pode ser mencionado com um grande potencial de desenvolvimento regional. A Região Nordeste possui características singulares para o crescimento regional do setor. As diversas praias existentes ao longo da faixa litorânea, o clima tropical, a cultura regional única com manifestações como o Carnaval e o São João, são alguns exemplos. Apesar de diversos roteiros já consagrados, ainda parece que há muito por onde crescer o setor. Como argumentado por Tomé (2018), para que a atividade obtenha sucesso, é necessária uma infraestrutura adequada de acesso à região, como estradas e aeroportos, assim como redes hoteleiras, serviços de entretenimento de qualidade e mão de obra especializada para o setor. Nesse ponto, as recentes concessões de diversos aeroportos da região inflam expectativas acerca da melhoria da eficiência e da capacidade operacional das operações aeroportuárias, com expectativa positiva para o setor de turismo¹³.

Por fim, cabe mencionar a recente conclusão da transposição do Rio São Francisco e a construção da Ferrovia Transnordestina como pilares de melhorias socioeconômicas futuras na região. A conclusão da transposição pode estar tendo um impacto profundo em um dos principais problemas da região semiárida: a falta de água. Melhorias de qualidade de vida, assim como redução de índices de mortalidade infantil são esperados. Por outro lado, apesar do atraso na conclusão da transnordestina, é possível que esta já tenha tido importantes impactos ao longo de sua construção. Quando finalizada, está será uma importante ligação

¹³Para mais informações sobre as concessões dos aeroportos: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/15/grupos-estrangeiros-dominam-leilao-de-aeroportos-espanhola-aena-leva-bloco-nordeste.ghtml>

para o escoamento de produtos nos principais portos da região. No entanto, estudos como o de Branco e Barros (2017) buscaram através de entrevistas e análises exploratórias de dados avaliar o impacto futuro da ferrovia sobre a exportação de uva dos produtores do Vale Submédio São Francisco, não obtendo impacto significativo.

A crise econômica experimentada pelo Brasil a partir do ano de 2014 colocou grande dúvida em cima do desempenho recente descrito. Esta crise, caracterizada por um período de recessão profunda aliada a grande instabilidade política, pode ter provocado mudanças profundas em diversos setores importantes a nível regional, podendo ter atingido de forma heterogênea a região.

O trabalho de Carvalho (2018) se dedicou a estudar a crise recente do ponto de vista nacional. De acordo com a autora, após a década de 2000, período esse marcado por uma taxa de crescimento anual de 3,7%, acompanhado de redução em diversos indicadores de desigualdade e aumento no nível de emprego formal, houve uma mudança de modelo econômico adotado, saindo de um modelo de estímulo ao mercado interno para um centrado na tentativa de desenvolvimento industrial, com mais enfoque nas exportações. A justificativa para essa mudança decorria da falta de competitividade da indústria nacional e dos desequilíbrios externos que surgiam. Para tal mudança, a estratégia era reduzir a taxa de juros e desvalorizar o real, adotando medidas fiscais restritivas. Porém, o dólar baixo era o que mantinha a inflação sob controle, dada a inflação dos serviços que acompanhava o crescimento dos salários. Nesse contexto, a defesa de um ajuste fiscal se fazia necessária para controlar a demanda e os preços.

A estratégia não funcionou como esperado e pode-se dizer que foi o primeiro passo para moldar o cenário onde a crise surgiria mais adiante. Ainda de acordo com a autora, esse novo modelo, colocado em prática no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2014), falhou pois o maior dinamismo da indústria não veio, com a produção industrial caindo em 2011 (-0,9%) e 2012 (-3,7%). Junto a isso a economia desacelerou e houve uma deterioração fiscal, com um resultado de déficit primário de -0,9% do PIB em 2014. Esse resultado fiscal ruim ocorreu em parte devido a uma queda na arrecadação oriunda da própria desaceleração da economia e também contou com desonerações tributárias feitas no período. Por outro lado, o expansionismo fiscal no período se deu sobretudo por meio de subsídios e desonerações, que acabou sendo pouco efetivo no estímulo da demanda agregada.

O estudo de Carvalho (2018) narra ainda que após a reeleição apertada de Dilma Rousseff (com 51,6% dos votos) e a posterior nomeação do economista Joaquim Levy como

Ministro da Fazenda, foi implementado um ajuste fiscal rápido que incluiu mais uma vez o corte dos investimentos públicos como principal variável de ajuste, o que ajudou a agravar ainda mais a crise. Junto a isto, a inflação acelerou, principalmente pelo reajuste rápido de preços que vinham sendo administrados. Com isso, o Banco Central passou a adotar uma política fiscal recessiva, com sucessivos aumentos da taxa básica de juros. Porém, além das políticas fiscais e monetárias citadas, a crise recebeu grande influência da crise política, que culminou em um impeachment da presidenta Dilma, acusada de manobras fiscais ilegais. Os efeitos da Operação Lava Jato sobre os setores de construção civil e petróleo, a desvalorização do real e a queda nos preços dos produtos destinados à exportação contribuíram para o desempenho catastrófico no ano de 2015. O ano seguinte ainda reservou dificuldades econômicas, com um resultado econômico mais uma vez ruim. Isso em um contexto ainda de crise política, com o novo governo de Michel Temer sendo acusado em diversos casos de corrupção.

Como será melhor visto nos dados exibidos por este trabalho, a partir de 2017 a economia brasileira retomou a registrar crescimento positivo, apesar que em patamares muito baixos (média anual de aproximadamente 1,4% até 2019). A região nordestina por sua vez, que já havia apresentado uma recessão menor em 2015 e 2016 na comparação com o Brasil (média de aproximadamente -2% para a região nestes anos, ante média de menos de -3% para o todo nacional), logrou crescimento mais robusto pouco além de 2% em 2017. Porém, nos dois anos seguintes a região apresentou desempenho pior que o Brasil, incluindo um crescimento quase nulo em 2019, interrompendo uma sequência consecutiva de anos de crescimento acima do crescimento nacional (iniciada em 2012).

O começo de 2020 marcou o início de uma nova crise, desta vez global e ainda em curso, a Pandemia de Covid 19. Esta crise de saúde global teve profundas implicações sobre as economias dos países e regiões mundo afora, provocando ciclos de fechamento e abertura das atividades econômicas (incluindo as atividades de ensino), mudanças nas relações de trabalho (com muitas empresas adotando o home office para diversos trabalhadores), dentre outros. Estas implicações se deram de forma heterogênea, com regiões mais e menos afetadas, e em diferentes momentos.

Ainda não há clareza em até que ponto as implicações da pandemia podem se traduzir em mudanças estruturais definitivas, como é o caso de alguns aspectos do mercado de trabalho. Para muitos setores produtivos, a produtividade setorial e dos trabalhadores pode estar mudando estruturalmente. Isso decorre na medida que a popularização do home office

pode estar se tornando definitiva em muitas áreas dentro das firmas e, na medida que uma possível aceleração na automação esteja ocorrendo em muitos ramos produtivos¹⁴.

Por fim, principalmente a partir de 2021, a política econômica de muitos países mundo afora vem cada vez mais se preocupando com sucessivas pressões inflacionárias. A pandemia teve seu papel nesse cenário ao contribuir para gerar uma situação atípica de escassez de chips (semicondutores), encarecendo diversos produtos que dependem dessa tecnologia¹⁵. Para o Brasil, já há algum tempo, a constante subida de preços energéticos também tem contribuído decisivamente para a situação atual. Esses fatores ampliam a incerteza de como continuará se comportando a economia brasileira e nordestina nos próximos anos.

1.5 Base de Dados e Abordagem Empírica

Para a montagem do banco de dados desse trabalho foram coletadas informações do IBGE (Plataforma Sidra), a nível de país, macrorregiões, estados, municípios e microrregiões¹⁶. Foram coletadas informações do Produto Interno Bruto (PIB) e das Estimativas da População Residente do IBGE, ambos entre os anos de 2002 e 2019¹⁷. Além disso, também foram coletados dados trimestrais do PIB real e nominal do Brasil através das Contas Nacionais Trimestrais, com o intuito de calcular o Deflator Implícito do PIB, usado para desinflacionar as séries.

O trabalho utiliza amplamente o cálculo de médias aritméticas dos anos iniciais e finais das séries estudadas. Através dessa metodologia é possível observar a variação percentual dos dados e amenizar a implicação de algum dado atípico em algum ano, por conta de algum fator não esperado e localizado. Ao processar as informações coletadas procurou-se, no geral, destacar dois quadros. O primeiro é o comportamento da economia das regiões em uma perspectiva mais de curto prazo, acompanhando ano a ano os acontecimentos, observando os anos pré, pós e durante a crise iniciada em 2014. Já o segundo busca uma visão mais de longo prazo, buscando observar as modificações nas regiões ocorridas no período das duas primeiras décadas do século 21.

¹⁴ Já há evidências de aceleração da automação nos Estados Unidos: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-11-06/rise-of-the-robots-speeds-up-in-pandemic-with-u-s-labor-scarce>

¹⁵ Para mais informações: <https://finance.yahoo.com/news/these-industries-are-hit-hardest-by-the-global-chip-shortage-122854251.html>

¹⁶ Muitas microrregiões possuem o mesmo nome de municípios inclusos nas mesmas.

¹⁷ As estimativas populacionais não estão disponíveis para 2007 e 2010.

Ainda, para se obter as informações sobre o Semiárido Nordestino foram agregadas as informações de todos os seus 1.171, obedecendo a delimitação de 2017. Para o cálculo do PIB per capita das localidades, dividiu-se o valor do PIB em cada ano pelo valor da população estimada no mesmo ano.

1.6 Análise dos Resultados

1.6.1 Brasil, Grandes Regiões e Semiárido

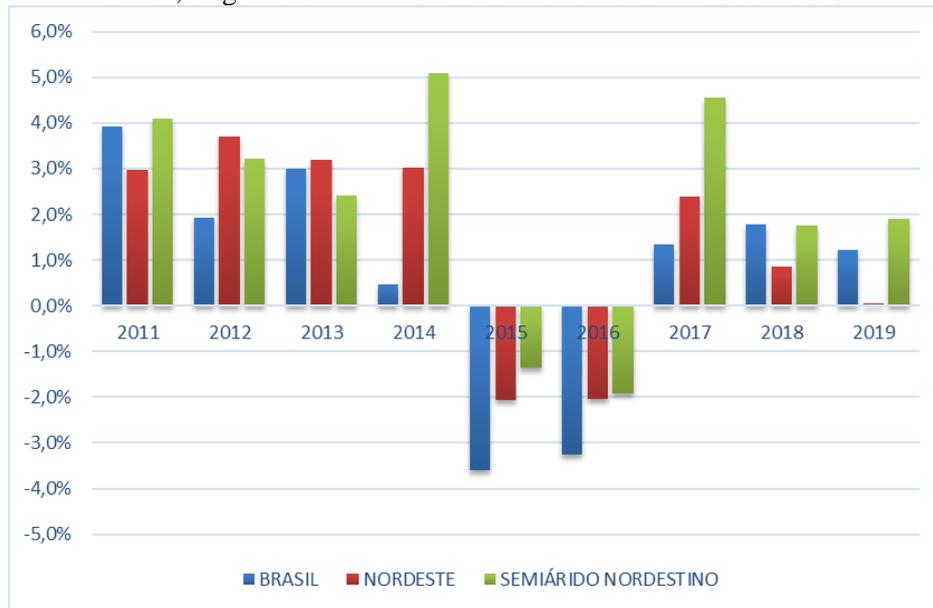
A Tabela 1 mostra o crescimento anual do PIB real do Brasil, das Grandes Regiões e do Semiárido Nordestino. Nela é possível ver o efeito da crise iniciado em 2014, com impacto global mais significativo em 2015 e 2016. A Figura 3 ilustra o comportamento desse período comparando o Nordeste e o seu semiárido ao desempenho nacional.

Tabela 1 – Taxa de Crescimento do PIB Real Anual (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Brasil e Regiões – 2011 a 2019

BRASIL E REGIÕES	ANO								
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
BRASIL	3,9%	1,9%	3,0%	0,5%	-3,6%	-3,2%	1,3%	1,8%	1,2%
NORTE	7,4%	-0,4%	5,0%	-2,3%	-3,3%	-2,7%	5,2%	0,8%	4,1%
NORDESTE	3,0%	3,7%	3,2%	3,0%	-2,1%	-2,0%	2,4%	0,9%	0,1%
SUDESTE	3,9%	1,6%	1,9%	-0,2%	-5,2%	-4,8%	0,8%	2,3%	1,0%
SUL	3,6%	1,8%	7,0%	-0,1%	-1,2%	-2,0%	1,4%	2,0%	2,1%
CENTRO-OESTE	4,1%	2,9%	1,6%	3,6%	-0,7%	1,0%	0,6%	0,8%	1,0%
SEMIÁRIDO NORDESTINO	4,1%	3,2%	2,4%	5,1%	-1,4%	-1,9%	4,6%	1,8%	1,9%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Figura 3 – Taxa de Crescimento do PIB Real Anual (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Brasil, Região Nordeste e Semiárido Nordestino – 2011 a 2019



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

A desaceleração do PIB nacional em 2014 foi influenciada principalmente pelos desempenhos das regiões Sudeste, Sul e Norte (com enorme tombo para as duas últimas), com o Nordeste ainda sustentando crescimento parecido com o dos anos anteriores (com influência do ótimo crescimento do semiárido, o maior da série observada: 5,1%).

A tabela acima evidencia ainda que todas as regiões foram impactadas nos anos recessivos de 2015 e 2016, apesar da existência de abismos. A economia do Sudeste é de longe a mais afetada, com a região mais rica do país registrando crescimento negativo médio - 5% nestes dois anos, enquanto o Centro Oeste, com média de 0,2% foi o menos afetado. A Região Nordeste com patamar médio de -2% fica em uma colocação melhor que o Norte, porém inferior ao Sul, com o seu Semiárido com desempenho de -1,6%.

Os anos de 2017-19 mostram que a economia brasileira enfrentou dificuldades para retomar o nível de atividade anterior à crise, com crescimento médio aproximado de 1,4%. O que chama atenção é que em um primeiro momento, no ano de 2017, a Região Sudeste ainda se encontra em dificuldade de retomar um crescimento mais expressivo, cabendo ao Norte e Nordeste maior crescimento. Porém, enquanto o ano seguinte marca uma melhora do primeiro, os demais enfrentam um decaimento. Por fim, para o Nordeste, o ano de 2019 marca uma piora maior, com crescimento quase nulo, em que pese ter sido o único com crescimento bem abaixo (muito embora sua região semiárida tenha crescido 1,9% nesse ano).

Mudando de foco e buscando se concentrar nas mudanças de longo prazo do PIB real, ocorridas no país e no território nordestino referente as duas primeiras décadas do século XXI, as Tabelas 2 e 3 resumem as informações sobre essa variável, no que confere seu volume, participação e crescimento.

Tabela 2 – PIB real a preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (Mil Reais) e Crescimento das Médias – Brasil e Regiões

BRASIL E REGIÕES	MÉDIA 2002-04	MÉDIA 2017-19	CRESCIMENTO
BRASIL	5.172.569.752	7.286.555.793	41%
NORTE	248.452.846	408.325.188	64%
NORDESTE	668.628.871	1.044.390.250	56%
SUDESTE	2.936.160.916	3.862.495.986	32%
SUL	863.553.797	1.246.625.550	44%
CENTRO-OESTE	455.773.322	724.718.819	59%
SEMIÁRIDO NORDESTINO	215.991.150	363.547.180	68%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Tabela 3 – Participação das Regiões no PIB real do Brasil – (Médias 2002-04 e 2017-19) e Crescimento das Médias

BRASIL E REGIÕES	MÉDIA 2002-04	MÉDIA 2017-19	CRESCIMENTO
BRASIL	100,00%	100,00%	-----
NORTE	4,80%	5,60%	17%
NORDESTE	12,93%	14,33%	11%
SUDESTE	56,77%	53,01%	-7%
SUL	16,69%	17,11%	2%
CENTRO-OESTE	8,81%	9,95%	13%
SEMIÁRIDO NORDESTINO	4,18%	4,99%	19%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Ocorre aqui uma completa convergência do PIB real entre as regiões estudadas, com o crescimento das regiões diretamente proporcional ao volume do PIB no começo da série. Não ocorre troca de posições entre as regiões, apesar da diminuição das diferenças, como fica mais perceptível ainda olhando as mudanças na participação. A única região que registra queda é o Sudeste (decréscimo de -7%), com todas as demais com exceção do Sul (crescimento de 2%) crescendo acima de 10% suas participações. Apesar do ocorrido no período, a distância entre

o Sudeste e as demais regiões segue muito grande, com este correspondendo ainda por pouco mais de 50% de todo o PIB brasileiro.

A Tabela 4 por sua vez mostra o comportamento recente do PIB per capita real. Como esperado, esta é uma variável que se comporta similarmente ao PIB real. Apesar disto é possível destacar o tombo ainda maior registrado aqui nos anos de 2015-16 para todas as regiões, com o Brasil registrando uma média de -4,2%, o Nordeste de -2,7% e o Semiárido Nordestino de -2,2%. O resultado nordestino ruim em 2019 visto acima é também realçado aqui, com um crescimento negativo de -0,5%.

Tabela 4 – Taxa de Crescimento do PIB Per Capita Real Anual (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Brasil e Regiões – 2012 a 2019

BRASIL E REGIÕES	ANO							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
BRASIL	1,1%	-0,6%	-0,4%	-4,4%	-4,0%	0,6%	1,4%	0,4%
NORTE	-1,7%	0,8%	-3,7%	-4,6%	-4,0%	3,9%	-0,6%	2,7%
NORDESTE	2,9%	-0,3%	2,3%	-2,7%	-2,7%	1,8%	1,7%	-0,5%
SUDESTE	0,9%	-1,6%	-1,0%	-5,9%	-5,4%	0,1%	1,4%	0,3%
SUL	1,2%	3,0%	-0,9%	-2,0%	-2,7%	0,7%	1,6%	1,3%
CENTRO-OESTE	1,7%	-2,3%	2,0%	-2,2%	-0,4%	-0,8%	-0,5%	-0,3%
SEMIÁRIDO NORDESTINO	2,6%	-1,0%	4,5%	-1,9%	-2,4%	4,0%	2,7%	1,5%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Já a Tabela 5 mostra o crescimento do PIB per capita (em valores mensais) entre as médias iniciais e finais da série estudada, para o Brasil e Regiões, possibilitando um olhar mais apurado sobre as mudanças de bem-estar no período. É possível observar novamente quase o mesmo padrão de convergência visto no PIB real, a única exceção fica com o crescimento quase idêntico visto das regiões Sul e Norte (26,66% para a primeira e 25,60% para a segunda). As regiões mais pobres, do Nordeste e do Semiárido Nordestino, são as que mais cresceram, enquanto a mais rica até então (Sudeste) foi a que menos avançou. De fato, o Sudeste deixa de ser a região com a melhor renda per capita, dando o lugar para o Centro-Oeste.

Chama atenção que, apesar das regiões Norte e Centro-Oeste terem crescido acima do Nordeste em termos de PIB real, o mesmo não ocorre com o PIB per capita. De fato, a

evidencia destas regiões citadas serem as que mais cresceram em termos populacionais (aproximadamente o dobro que as demais cada uma) é o ponto fundamental aqui¹⁸.

Tabela 5 – PIB Per Capita Mensal Real (R\$) (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Brasil e Regiões – Médias de 2002-04 e 2017-19 e Crescimento das Médias

BRASIL E REGIÕES	MÉDIA 2002-04	MÉDIA 2017-19	CRESCIMENTO
BRASIL	2.425	2.908	20%
NORTE	1.490	1.871	26%
NORDESTE	1.125	1.526	36%
SUDESTE	3.230	3.671	14%
SUL	2.753	3.487	27%
CENTRO-OESTE	3.063	3.754	23%
SEMIÁRIDO NORDESTINO	773	1.154	49%

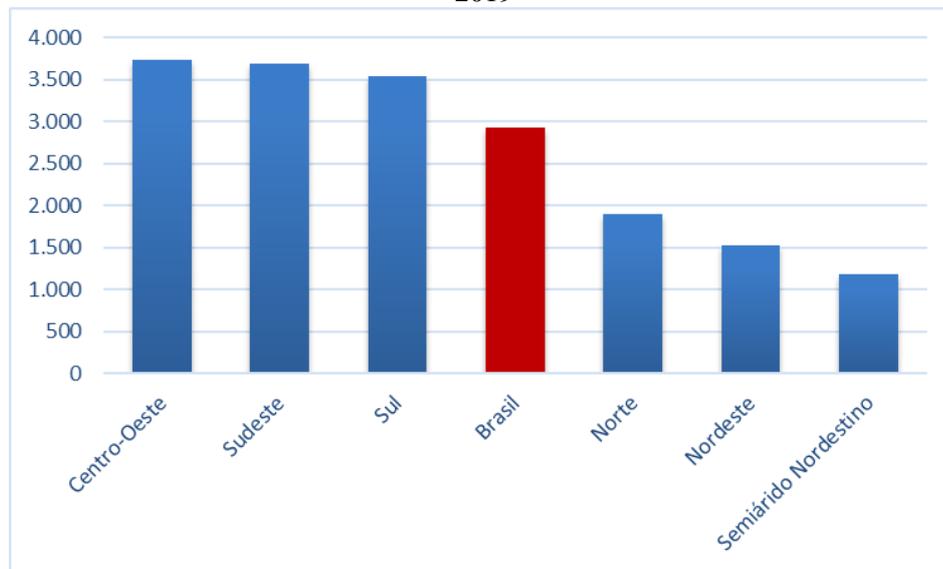
Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

A luta do Semiárido Nordeste para superar suas origens humildes pode ser observado na evolução do seu PIB per capita (a preços de 2019) em valores mensais na comparação com o valor do salário-mínimo no ano de 2019, que valia R\$ 998. Da série iniciada em 2002, os dados mostram que somente a partir de 2011, quando o valor regional do PIB per capita foi de R\$ 1067, a região passou a apresentar valores acima do mínimo¹⁹. Apesar disto e do maior crescimento mostrado no período, a região ainda permanece longe das demais, como pode ser melhor visualizado pela Figura 4 a seguir, que mostra os valores para o ano mais recente disponível.

¹⁸Para visualização de informações sobre a população estimada (médias e crescimento) olhar tabela do Apêndice A.

¹⁹ Para visualização completa dos dados do PIB per capita em valores mensais olhar tabelas dos Apêndices B e C.

Figura 4 – PIB Per Capita (Média Mensal) (R\$)– Brasil, Região Nordeste e Semiárido Nordestino – 2019



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Como é possível observar, o PIB per capita nordestino em 2019 corresponde a somente 52% do brasileiro, e somente a 41% do da Região Centro-Oeste. Enquanto para a área semiárida os valores são ainda piores, de 40% para o Brasil e de 31% para a região Centro-Oeste. Isso mostra o quanto ainda é necessária a continuação, em um ritmo mais intenso via políticas públicas, desse lento processo de convergência para se chegar a um equilíbrio socioeconômico mais homogêneo no país. A seção a seguir apresenta os resultados desta vez para Estados e Microrregiões do Nordeste, no intuito de observar possíveis mudanças intrarregionais na região.

1.6.2 Estados e Microrregiões

A Figura 5 ilustra o comportamento do PIB real dos estados nordestinos entre 2012-19²⁰. A maioria dos estados oscilaram negativamente nos anos de crise 2015-16. As exceções foram apenas Alagoas (5,15%) e Bahia (1,69%) em 2015, e Maranhão (0,59%) em 2016. Esse resultado é significativo pois poucos foram os estados brasileiros que conseguiram fugir do crescimento negativo no biênio²¹. Já entre os casos mais sofríveis estão Pernambuco (-5,98%) e Maranhão (-5,1%) em 2015, e Sergipe (-6,7%) em 2016. Apesar do enorme decréscimo, estão distantes de estados como Espírito Santo e Rio de Janeiro (os mais afetados pela

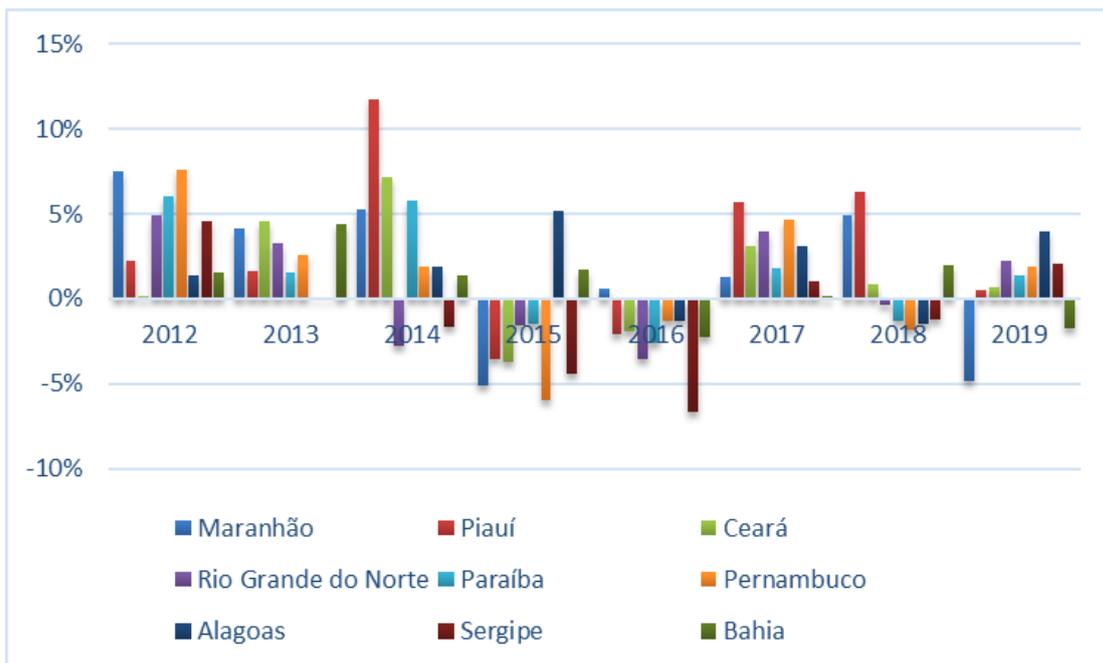
²⁰ Para estas informações em formato de tabela, ver Tabela do Apêndice D.

²¹ Estados não-nordestinos que conseguiram obter crescimento positivo nos anos 2015-16: Tocantins (2,65%), Paraná (0,63%) e Distrito Federal (1,48%) em 2015; Tocantins (1,02%), Mato Grosso do Sul (2,34%), Mato Grosso (6,71%) e Distrito Federal (1,08%) em 2016.

crise)²². As informações aqui reforçam que, apesar da desaceleração em 2014 ter sido pouco sentida na Região Nordeste, os resultados de 2015 e 2016 não colocam dúvidas do efeito da crise sobre a região.

O ano de 2017 mostra uma boa recuperação econômica de alguns estados (como Pernambuco (4,69%) e Piauí (5,67%)), ao passo que evidencia certa dificuldade enfrentada por outros (como Bahia (0,19%), Sergipe (1,02%) e Maranhão (1,26%)). Os dados ainda mostram que a queda de 2018 na Região Nordeste resultou mais do crescimento negativo de alguns estados neste ano: Rio Grande do Norte (-0,34%), Paraíba (-1,27%), Pernambuco (-1,80%), Alagoas (-1,47%) e Sergipe (-1,23%). Já o crescimento quase nulo de 2019 é puxado consideravelmente pelos estados do Maranhão (-4,86%) (que no ano anterior tinha tido um ótimo desempenho junto com o Piauí, contribuindo para amenizar a queda) e da Bahia (-1,70%).

Figura 5 – Taxa de Crescimento Anual do PIB Real (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Estados Nordestinos – 2012 a 2019



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Já o crescimento de longo prazo calculado para os estados é exibido pela Tabela 6. O estado do Piauí é de longe o com melhor desempenho, sendo não somente o estado nordestino que mais cresceu como também o que mais cresceu no Brasil, seguido por Tocantins (97%) e Pará (83%) nas duas posições seguintes. O estado do Maranhão fica em segundo maior em

²² Taxa de crescimento PIB real: Rio de Janeiro (-8,73% em 2015, -10,1% em 2016) e Espírito Santo (-13,15% em 2015, -16% em 2016).

crescimento no Nordeste (sétimo no Brasil como um todo), seguido por Ceará e Pernambuco com crescimento acima de 60%. Como destaques negativos ficam a Bahia (44%) e, principalmente, o Sergipe, com crescimento muito inferior de 25%. Este último inclusive somente fica na frente do Rio de Janeiro, estado brasileiro que menos cresceu (22%), e pouco atrás de São Paulo (31%)²³.

É possível inferir, portanto, que não há um padrão muito claro de convergência dentro do Nordeste, com estados maiores como Pernambuco e Ceará com bons números de crescimento, enquanto a Bahia nem tanto. E também estados menores com crescimento mais abaixo, como Alagoas e Sergipe. A única troca de posição entre os estados ocorreu entre Piauí e Sergipe, com este último passando a ser o menor estado em montante de PIB real na média de 2017-19.

Tabela 6 – PIB Real a Preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (Mil Reais) e Crescimento das Médias – Estados do Nordeste

ESTADO	MÉDIA 2002-04	MÉDIA 2017-19	CRESCIMENTO
MARANHÃO	57.529.212	99.054.689	72%
PIAUI	24.977.045	51.560.944	106%
CEARÁ	98.530.476	162.375.910	65%
RIO GRANDE DO NORTE	45.816.080	70.384.766	54%
PARAÍBA	43.394.611	67.673.065	56%
PERNAMBUCO	120.283.708	196.607.155	63%
ALAGOAS	38.369.487	57.740.595	50%
SERGIPE	35.497.167	44.270.259	25%
BAHIA	204.231.087	294.722.868	44%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

As mudanças de longo prazo do PIB per capita, por sua vez, mostram-se na Tabela 7. O Piauí novamente se destaca aqui com um crescimento muito acima dos demais, sendo também o estado brasileiro que mais cresceu e deixando de ser o estado mais pobre do Nordeste. O Maranhão por sua vez vem em segundo no ranking nordestino, e terceiro no brasileiro (atrás do Tocantins (56%))²⁴. Estes dois estados nordestinos eram os únicos que para a primeira média de 2002-04 tinham valores inferiores ao salário-mínimo em 2019.

O Estado de Sergipe novamente vai mal, sendo o estado que menos cresceu no Nordeste, e perdendo apenas para o Amazonas do ponto de vista nacional (único estado do país a ter crescimento negativo: -1%). O ranking de crescimento visto aqui para a região

²³Para as informações do PIB real (médias de 2002-04 e 2017-19 e crescimento) de todos os estados brasileiros (classificados em ordem decrescente de crescimento), olhar tabela do Apêndice H.

²⁴ Para as informações do PIB real per capita (médias de 2002-04 e 2017-19 e crescimento) de todos os estados brasileiros (classificados em ordem decrescente de crescimento), olhar tabela do Apêndice I.

nordestina é quase similar ao do PIB real, com apenas o Rio Grande do Norte perdendo posições e ficando em penúltimo.

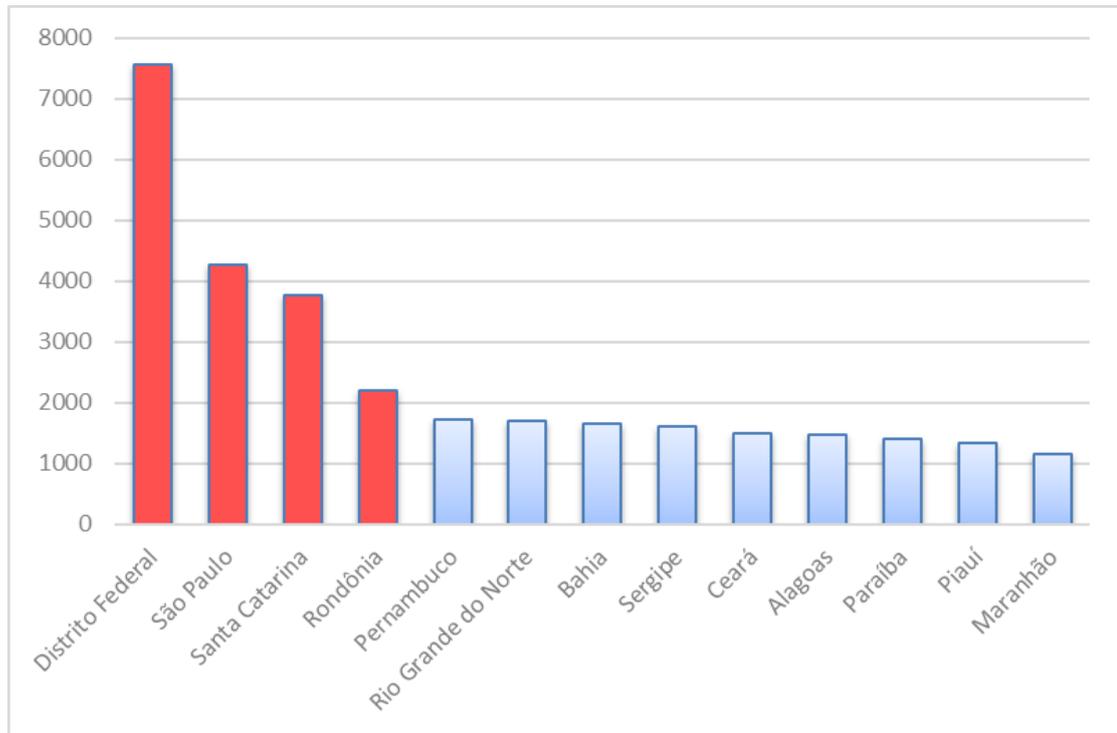
Tabela 7 – PIB Per Capita Real a Preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (Média Mensal) (R\$) e Crescimento das Médias – Estados do Nordeste

BRASIL E REGIÕES	MÉDIA 2002-04	MÉDIA 2017-19	CRESCIMENTO
MARANHÃO	812	1.173	44%
PIAUI	710	1.321	86%
CEARÁ	1.053	1.491	42%
RIO GRANDE DO NORTE	1.316	1.677	27%
PARAÍBA	1.025	1.405	37%
PERNAMBUCO	1.224	1.723	41%
ALAGOAS	1.092	1.438	32%
SERGIPE	1.569	1.612	3%
BAHIA	1.262	1.637	30%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Evidenciando mais uma vez a disparidade ainda existente entre o Nordeste e o resto do país, a Figura 6 mostra, em ordem decrescente, o PIB per capita dos estados nordestinos e dos maiores estados das demais macrorregiões brasileiras no ano de 2019. Nenhum estado nordestino ultrapassa o nível de 2.000 reais de PIB per capita. Mesmo Pernambuco, o maior da região com valor de R\$ 1.725, corresponde a 78% do valor de Rondônia, o maior da Região Norte. O abismo fica ainda maior quando se compara com os outros estados considerados: 46% do valor de Santa Catarina, 40% de São Paulo e 23% do Distrito Federal.

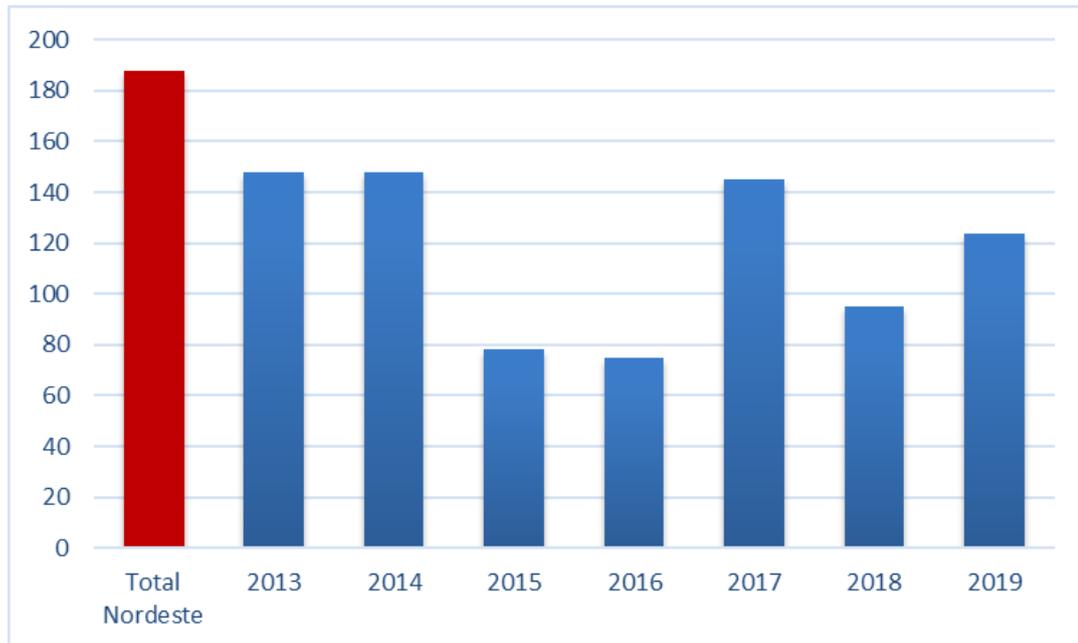
Figura 6 – PIB Per Capita (Média Mensal) (R\$ 1) – Estados do Nordeste, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina e Rondônia – 2019



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Avançando na análise, a observação das microrregiões aprofunda o entendimento das mudanças intrarregionais recentes na economia da Região Nordeste. A Figura 7 mostra um retrato geral do crescimento das microrregiões nordestinas nos anos de 2013-19, evidenciando a quantidade destas que tiveram crescimento positivo em cada ano. Fica novamente evidente a queda abrupta sofrida pela economia nordestina nos anos de crise de 2015 e 2016, com um número de microrregiões com crescimento positivo nestes anos correspondendo a praticamente metade do observado nos dois anos anteriores. Ainda, o número de microrregiões que tiveram crescimento positivo do PIB em ambos os anos de 2013 e 2014 foi de 118, ao passo que os que tiveram crescimento positivo em ambos os anos de 2015 e 2016 foi de 31.

Figura 7 – Total de Microrregiões Nordestinas e Número de Microrregiões com Crescimento Positivo do PIB Real (2013 a 2019)



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021) e dados do Banco Mundial.

Ainda de acordo com a Figura 7, apesar do ano de 2017 marcar uma retomada aos números anteriores à manifestação da crise, os anos seguintes evidenciam a já mencionada instabilidade da região, com 2018 e 2019 registrando números menores. Aqui chama atenção que apesar da redução do crescimento do PIB nordestino em 2019 para quase zero, o número de microrregiões com crescimento positivo aumentou em relação a 2018, o que pode indicar que essa queda se deva a um conjunto pequeno de localidades importantes.

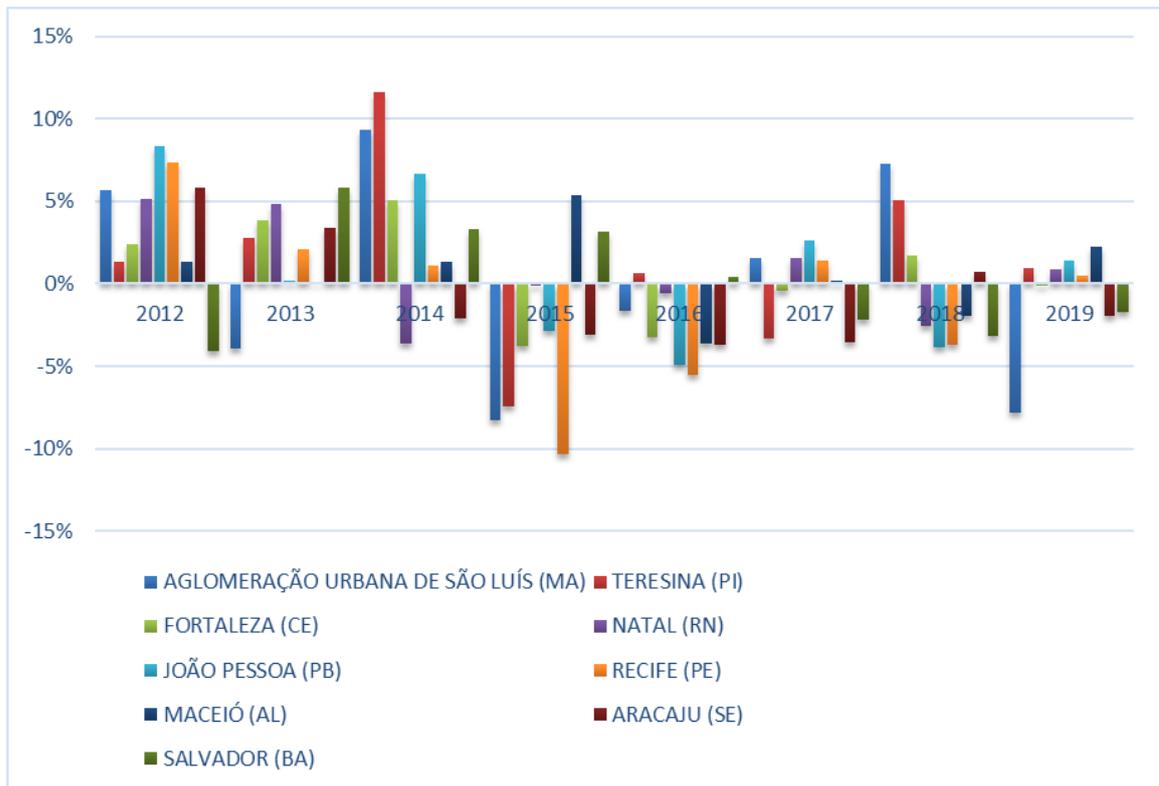
A Figura 8 por sua vez traz o resultado do crescimento anual do PIB real para as microrregiões nordestinas que possuem municípios que incluem a capital do estado e cidades circundantes, no período de 2012-19²⁵. O comportamento geral do crescimento para essas localidades sofre também uma grande mudança a partir de 2015, com a grande maioria das microrregiões registrando crescimento negativo em 2015 e 2016. Alguns resultados como os de Recife (-10,35%) e da Aglomeração Urbana de São Luís (-8,25%) em 2015, seguem os resultados ruins de seus respectivos estados, Pernambuco e Maranhão. A média de crescimento das microrregiões foi -3,05% em 2015, e de -2,46% em 2016.

Os dados ainda apontam que os anos a partir de 2017 continuaram sendo de dificuldades para esse conjunto de microrregiões mais importantes, com muitos crescimentos negativos e poucos casos de crescimento mais vigoroso (Aglomeração Urbana de São Luís (7,30%) e Teresina (5,07%) em 2018 por exemplo). A prova disto é que as médias de

²⁵Para estas informações em formato de tabela, olhar tabela do Apêndice F.

crescimento destes anos continuaram no patamar negativo: 2017 (-0,23%), 2018 (-0,03%) e 2019 (-0,63%). As médias dos demais anos foram: 2012 (3,71%), 2013 (2,14%) e 2014 (3,64%).

Figura 8 – Taxa de Crescimento Anual do PIB Real (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – Microrregiões que Incluem as Capitais dos Estados – 2012 a 2019



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

O crescimento das microrregiões acima para o período total analisado é dado pela Tabela 8 a seguir. A microrregião de Teresina (PI) foi a de melhor desempenho no período, seguindo o bom desempenho do Piauí. Crescendo com mais de 60% ainda se encontram a Aglomeração Urbana de São Luís (MA) e Natal (RN). Chama atenção que microrregiões maiores como Recife (PE) e Salvador (BA), registram os mais baixos crescimento, 30% e 35% respectivamente, o que de certa forma contribuiu para uma diminuição das distâncias perante às demais regiões. Por outro lado, Aracaju (SE) apesar de ser uma das menores regiões aqui consideradas, acompanha o fraco desempenho do seu estado, crescendo apenas 36%. O crescimento médio para todas as microrregiões consideradas foi de 54%.

Tabela 8 – PIB Real a Preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (R\$ 1.000) e Crescimento das Médias – Microrregiões que Incluem as Capitais dos Estados

MICRORREGIÕES	MÉDIA 2002-04	MÉDIA 2017-19	CRESCIMENTO
AGLOMERAÇÃO URBANA DE SÃO LUÍS (MA)	21.888.442	36.605.400	67%
TERESINA (PI)	12.771.508	23.397.221	83%
FORTALEZA (CE)	58.605.782	92.958.646	59%
NATAL (RN)	19.075.216	30.994.353	62%
JOÃO PESSOA (PB)	18.564.165	28.825.790	55%
RECIFE (PE)	65.778.727	85.528.598	30%
MACEIÓ (AL)	18.103.350	28.298.859	56%
ARACAJU (SE)	16.220.332	22.034.891	36%
SALVADOR (BA)	91.054.910	122.584.644	35%

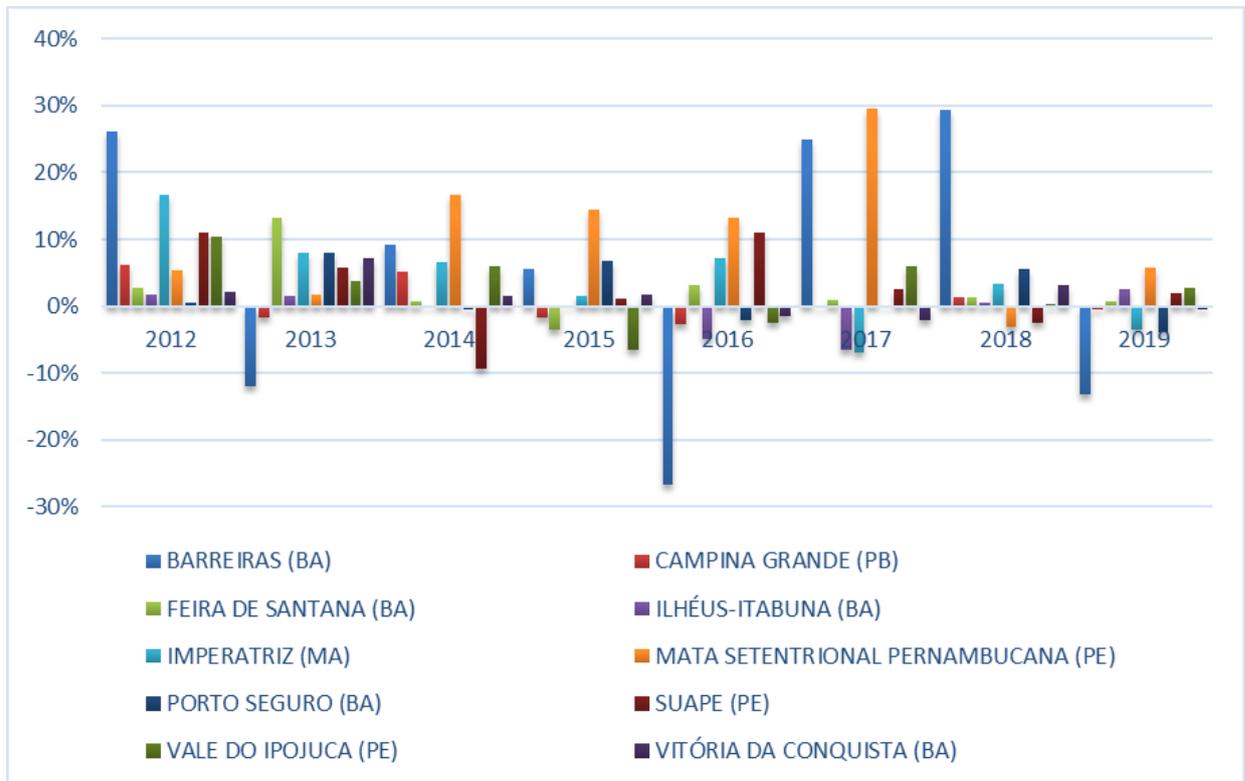
Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Para mais uma ilustração do desempenho da economia nordestina nos anos mais recentes, a Figura 9 traz o resultado do crescimento anual do PIB real desta vez para o grupo das 10 maiores microrregiões nordestinas em tamanho do PIB na média de 2017-19, exceto aquelas que incluem municípios que são capitais de estados (já destacados acima)²⁶. Apesar de casos atípicos, com grande variabilidade, como o caso de Barreiras (BA), a percepção aqui também é de uma queda do desempenho econômico, apesar de menor quando comparado ao grupo anterior. Aqui, a média de crescimento, que antes flutuou de 8,27% em 2012, 3,58% em 2013 e 3,63% em 2014, passa para 1,97% em 2015 e -0,56% em 2016.

Por outro lado, ao contrário das microrregiões com municípios que são capitais, a retomada a partir de 2017 foi mais positiva, com 2017 e 2018 registrando médias de crescimento de 4,84% e 3,95% respectivamente. Já o ano de 2019, com média de -0,75%, acompanha mais de perto a queda da economia nordestina vista neste ano. Chama atenção o desempenho da Mata Setentrional Pernambucana (PE), que vindo de um ritmo de crescimento elevado desde 2014 manteve o crescimento durante o biênio de crise 2015-16 e obteve quase 30% de crescimento em 2017.

²⁶Para estas informações em formato de tabela, olhar tabela do Apêndice G.

Figura 9 – Taxa de Crescimento Anual do PIB Real (Ajustado com Deflator Implícito do PIB) – 10 Maiores Microrregiões Nordestinas de Acordo com o PIB na Média 2017-19 (Exceto aquelas que Incluem Municípios que são Capitais) – 2012 a 2019



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

A Tabela 9 por sua vez exibe o crescimento de longo prazo das microrregiões aqui consideradas. A Mata Setentrional Pernambucana (PE), além do destaque recente visto acima durante a crise, é a quinta região com maior volume de crescimento no período analisado dentre todas as microrregiões, além de ser a maior aqui. Esta microrregião (que inclui municípios como Carpina, Goiana, Paudalho e Timbaúba)²⁷, junto com outras de destaque no estado de Pernambuco como Suape (PE) e Vale do Ipojuca (PE)^{28,29}, provavelmente ajudaram a contrabalançar o baixo crescimento da microrregião de Recife (PE), ajudando no crescimento do Estado.

²⁷O município de Goiana por exemplo, contou com a inauguração da fábrica de automóveis da FIAT em 2015, o que provavelmente contribuiu de forma significativa para o crescimento da microrregião entre os anos de crise e no resultado de longo prazo. Para mais informações: <https://quatorrodas.abril.com.br/noticias/fabrica-da-fca-em-goiana-e-oficialmente-inaugurada/>

²⁸ O desenvolvimento observado na área ao redor do Distrito Industrial do Porto de Suape, onde destacam-se a Refinaria Abreu e Lima e dois estaleiros, gerou importante impacto sobre diversos setores econômicos nos municípios inclusos na microrregião de Suape (PE) (municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho).

²⁹ A microrregião do Vale do Ipojuca (PE) conta com cidades com forte aptidão para o turismo, comércio e atividades têxtil e de confecções, como Caruaru, Bezerros e Gravatá.

Outra microrregião aqui com crescimento acima de 100% foi Feira de Santana (BA). Do lado oposto, foram mal as regiões baianas de Ilhéus-Itabuna (BA) (18%) e Porto Seguro (BA) (38%). O crescimento médio das 10 microrregiões aqui foi de 89% (ante os 54% registrado pelo grupo anterior). Vale a pena por fim falar sobre a microrregião de Mossoró (RN), apesar desta não pertencer ao grupo aqui considerado, ela fazia parte dos 10 maiores na média de 2002-04. O fraco crescimento de 14% no período, tirou a região da lista, fazendo com que Vitória da Conquista (BA) entrasse.

Tabela 9 – PIB Real a Preços de 2019 (Médias 2002-04 e 2017-19) (R\$ 1.000) e Crescimento das Médias – 10 Maiores Microrregiões Nordestinas de Acordo com o PIB na Média 2017-19 (Exceto aquelas que Incluem Municípios que são Capitais)

MICRORREGIÕES	MÉDIA 2002-04	MÉDIA 2017-19	CRESCIMENTO
BARREIRAS (BA)	9.948.739	16.980.826	71%
CAMPINA GRANDE (PB)	7.094.592	10.806.273	52%
FEIRA DE SANTANA (BA)	10.477.144	22.696.266	117%
ILHÉUS-ITABUNA (BA)	12.985.808	15.304.045	18%
IMPERATRIZ (MA)	7.641.367	12.460.849	63%
MATA SETENTRIONAL PERNAMBUCANA (PE)	5.768.032	16.505.340	186%
PORTO SEGURO (BA)	11.447.007	15.807.046	38%
SUAPE (PE)	8.554.217	22.549.445	164%
VALE DO IPOJUCA (PE)	7.487.974	15.447.247	106%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	5.630.639	10.007.455	78%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Por fim, cabe destacar algumas informações gerais sobre o crescimento das 188 microrregiões como um todo³⁰. As três microrregiões que mais cresceram na Região Nordeste no intervalo das médias consideradas foram: Baixo Curu (CE) (447%), Baixa Verde (RN) (322%) e Alto Parnaíba Piauiense (PI) (272%)³¹³²³³. Além disso, um total de 35 regiões cresceram acima dos 100%, e 96 entre o intervalo de [50%, 100%) Do ponto de vista oposto,

³⁰Para as informações do PIB real (médias de 2002-04 e 2017-19 e crescimento) de todas as 188 microrregiões nordestinas (classificados em ordem decrescente de crescimento), olhar tabela do Apêndice E.

³¹Dentre os municípios incluídos na microrregião de Baixo Curu (CE), se encontra São Gonçalo do Amarante (CE), onde se localiza o Porto de Pecém, que têm se consolidado como um dos principais polos de desenvolvimento econômico do estado do Ceará.

³²Em Baixa Verde (RN) se destaca por exemplo o município de João Câmara, que sofreu enorme desenvolvimento recente impulsionado por investimentos no setor de energia eólica.

³³A microrregião de Alto Parnaíba Piauiense (PI) é conhecida por ser um importante polo da produção de soja. Municípios da região como Uruçuí (PI) e Baixa Grande do Ribeiro (PI), são destaques na produção de grãos. De fato, o agronegócio pode estar sendo um dos pilares do desenvolvimento mais acentuado do estado.

apenas 7 microrregiões tiveram registro de crescimento negativo, entre eles: Paulo Afonso (BA) (-1%), Sergipana do Sertão do São Francisco (SE) (-8%) e Japaratuba (SE) (-27%).

As informações acima ajudam a realçar o bom desempenho visto pelo Nordeste neste período, conseguindo ganhar mais espaço no produto brasileiro, e logrando um desenvolvimento mais frutífero de sua área semiárida.

1.7 Considerações Finais

O período que engloba as duas primeiras décadas do século 21 evidenciou uma lenta, mas significativa redução das desigualdades regionais no Brasil. A Região Nordeste se mostrou mais dinâmica do que o Brasil, e do que a região mais rica do país, o Sudeste. Além disso sua região semiárida apresentou um desenvolvimento superior ao próprio Nordeste como um todo, permitindo constatar por exemplo que no último ano estudado (2019) já obtivesse um valor de renda per capita superior ao do salário-mínimo em vigência. Potencialidades de alguns subespaços do semiárido, políticas públicas, entre as quais o FNE, parecem ter sido fundamentais nesse avanço maior do semiárido, tendo em conta as vantagens maiores da região na tomada de financiamentos.

Nos anos mais recentes, novamente o Nordeste demonstrou um impulso maior que o país como um todo (e mais ainda a área semiárida), sofrendo um impacto menor na crise de 2014-16, e obtendo uma recuperação mais forte em 2017. Porém, mais recente ainda, 2018 marca uma queda no desempenho nordestino, e 2019 piora ainda mais (apesar da manutenção de um crescimento razoável do semiárido, o que joga para as demais áreas nordestinas o peso dessa queda). A inferência de que houveram mais microrregiões com crescimento positivo em 2019 do que 2018 dá a entender que essa desaceleração ocorreu em um conjunto menor de localidades importantes (o resultado muito ruim da Aglomeração Urbana de São Luís neste ano (-7,79%) é um exemplo). Enquanto isso, o crescimento brasileiro em 2018-19, apesar de pequeno, se mantém acima, o que acaba por jogar um pouco de incerteza acerca do desempenho da economia nordestina nos próximos anos.

O estudo a nível estadual mostrou que a crise, evidenciada com mais força entre 2015-16, impactou de modo geral todos os estados nordestinos, apesar da existência de alguns mais afetados, como Sergipe e Pernambuco. Já o crescimento quase nulo nordestino de 2019 foi influenciado consideravelmente pelos decréscimos dos estados do Maranhão e da Bahia. O crescimento de longo prazo mostrou um excelente desempenho do estado do Piauí (inclusive

o maior do Brasil), que no começo dos anos 2000 era o estado mais pobre do país. Por outro lado, o estado de Sergipe apresenta um desempenho bem abaixo dos demais (sendo o vice lanterna no ranking nacional), passando a ser o estado nordestino mais pobre na última média calculada do PIB real. No mais, não há um padrão de convergência muito claro, com estados maiores como Pernambuco e Ceará com bons números de crescimento do PIB real e do PIB per capita real.

Já o estudo das microrregiões mostrou que, para ambos os conjuntos considerados, houve uma queda no biênio 2015-16. Porém essa queda é muito mais significativa no grupo que inclui as capitais. Já no ano de 2019, ambos os grupos têm média negativa de crescimento, contribuindo para o tombo desse ano. O crescimento de longo prazo revelou regiões com excelente desempenho no período, como foram os casos da Mata Setentrional Pernambucana (PE) e Suape (PE). Enquanto o grupo que inclui as capitais teve crescimento médio de 54%, o outro teve um dinamismo bem maior, de 89%. Note-se que o crescimento mais forte de determinadas microrregiões pode estar ligada diretamente as políticas estaduais de desenvolvimento econômico, junto ao suporte das políticas de transferência de renda.

Uma vez entendido o que foi exposto aqui, outras questões acerca do desenvolvimento socioeconômico da Região Nordeste surgem como interesse, entre eles questões relacionadas ao setor de serviços. Já é algo bem documentado a liderança que o setor terciário vêm estabelecendo em diversas economias mundo afora, incluindo a brasileira, que desde a década de 1980 vêm observando uma “desindustrialização” de suas atividades. A compreensão da dinâmica desse setor passa a ser fundamental para o entendimento socioeconômico regional. Os dois próximos capítulos/artigos exploram a temática do setor de serviços dentro do contexto nordestino, buscando compreender sua conjuntura e transformações recentes, incluindo aspectos do mercado de trabalho.

2 A DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS NO NORDESTE DO BRASIL

2.1 Introdução

A análise estrutural do setor terciário têm sido uma importante via de avaliação do desempenho socioeconômico das regiões. Esse setor se tornou referência de crescimento na participação do produto interno bruto das regiões em níveis mais altos de desenvolvimento, além de possuir importantes subsetores com elevados níveis de produtividade. Além disso, a peculiaridade do setor em agregar serviços privados e públicos confere diferentes dinâmicas nas quais as regiões podem se inserir.

Essa análise setorial assume importante interesse na Região Nordeste do Brasil. Não obstante o fato do território nordestino como um todo ainda ser um espaço de relativo atraso socioeconômico, com grandes carências infra estruturais que limitam o desenvolvimento de atividades mais produtivas assim como o bem-estar geral da população, também é uma região com enormes disparidades intrarregionais, com consequências diretas sobre a disposição setorial do setores de serviços entre as localidades.

Recentemente a literatura de desenvolvimento econômico sobre a Região Nordeste tem evidenciado que transformações importantes podem estar em curso na economia e na sociedade da região desde o começo dos anos 2000. Porém a crise econômica brasileira iniciada em 2014, acompanhada de grande período de recessão e grande instabilidade política colocou dúvidas acerca do desenvolvimento econômico da região nordestina. Aliado a tudo isso, diversas questões importantes embasam a maneira como a região e o setor terciário poderão se comportar no futuro. A continuidade de determinadas políticas públicas (como o financiamento pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)) e a maior exploração de potencialidades locais (como os segmentos do setor de turismo) são exemplos disto.

Consoante ao exposto, o entendimento da forma como está se comportando o setor terciário na região passa por outra questão pertinente. Na medida que se espera que a economia de uma região se desenvolva, é esperado que o peso do setor de serviços aumente também, uma vez que grande parte dessas atividades está diretamente ligada ao aumento do dinamismo econômico. Porém, em regiões mais pobres e pouco dinâmicas, como é o exemplo de determinadas regiões no Semiárido Nordestino, o peso elevado que as atividades ligadas à administração pública possuem na comparação com os demais setores econômicos faz com que o setor de serviços seja relevante. Esta característica torna a análise a ser feita pelo setor

na região peculiar, com clara necessidade de separação das atividades ligadas a administração pública das demais atividades terciárias.

O presente estudo, portanto, possui o objetivo de entender a conjuntura e as transformações sofridas pelo setor terciário nordestino nas duas primeiras décadas do século XXI. Além disso, busca também responder as seguintes perguntas. Quais as consequências dessas transformações sobre as diferenças intrarregionais do setor na Região Nordeste? E quais as consequências sobre as diferenças inter-regionais entre o Nordeste e as demais regiões brasileiras? Quais resultados podemos encontrar ao diferenciar a análise entre serviços públicos e privados? Quais regiões têm apresentado um dinamismo mais relevante em cada tipo de serviço (público/privado)? Qual a associação que pode ser observada entre o crescimento dos serviços e o crescimento de outras variáveis relevantes para o contexto socioeconômico da região? Este trabalho conseqüentemente contribui para a literatura de heterogeneidade setorial entre regiões. Para alcançar esse resultado o estudo buscou analisar as series históricas disponíveis do setor de serviços da região, com foco central na análise a nível microrregional. Além desta introdução, a segunda seção aborda um pouco sobre o setor terciário em si, comentando um pouco sobre o seu desenvolvimento. A terceira seção levanta uma abordagem dos serviços no contexto brasileiro, e mais especificamente dentro do território nordestino. Logo em seguida, são explicadas as bases de dados utilizadas no trabalho e a metodologia empregada. Por fim, os resultados, separados de acordo com a abordagem, se encontram na quinta seção, enquanto os comentários finais são apresentados logo em seguida.

2.2 O Setor Terciário e o seu Desenvolvimento

O setor terciário da economia, também conhecido como o setor de serviços, constitui um dos três setores de atividades econômicas dentro da abordagem mais clássica³⁴. Este setor possui a característica particular de que a produção final de suas atividades resulta em bens ditos “intangíveis”, ao contrário dos demais setores primários (produção agropecuária) e secundário (produção industrial), que resultam em “bens finais”.

As atividades incluídas no setor de serviços vão desde o comércio varejista e atacadista de bens, passando por atividades de transporte e financeiras, serviços de comunicação e atividades imobiliárias, até as atividades incluídas no escopo da administração

³⁴Alguns autores dão ênfase a outras abordagens, como a separação das atividades em quatro setores, como é o caso de Kenessey (1987). Neste trabalho a distribuição das atividades entre os três primeiros setores é parecida com a usual, com poucas exceções. Já o quarto setor absorve os serviços financeiros, de seguros e imobiliários, além das atividades da Administração Pública.

pública. De acordo com IBGE (2020), as atividades normalmente realizadas por este último compreendem à administração geral (executivo, legislativo, administração tributária, etc.); atividades de defesa, justiça, relações exteriores, dentre outros; a gestão do sistema de seguridade social e a regulamentação e fiscalização das atividades na área social e da vida econômica do país³⁵.

A distinção dos serviços de acordo com sua produtividade é essencial em qualquer estudo sobre o assunto. Em seu trabalho, Silva, Menezes Filho e Komatsu (2016) concluem, em consonância com estudos anteriores, que no geral, os serviços destinados ao consumidor final (como serviços prestados às famílias e serviços de manutenção e reparação) apresentam níveis de produtividade relativamente mais baixos. Por outro lado, com elevados níveis de produtividade se destacam os serviços de informação e comunicação, e as atividades imobiliárias. Ainda, dentro desses subsetores se destacam segmentos altamente produtivos, dentre eles telecomunicações, segmentos de transportes e serviços auxiliares financeiros (atividades mais ligadas ao consumo intermediário). De fato, os autores concluem ainda que os serviços que acabam por serem mais intensivos em conhecimento possuem maiores níveis de produtividade e salários.

A evolução do setor de serviços ao longo do processo de desenvolvimento dos países e regiões e sua relação com a produtividade das economias é um outro objeto de interesse debatido na literatura. O setor terciário foi historicamente definido como um setor improdutivo, apenas complementar ao setor industrial e primário, somente recebendo atenção em meados do século XX (ANDRADE BASTOS; SOUZA; MACIEL, [2008]). De acordo com Silva, Negri e Kubota (2006), a partir da segunda metade deste século, começou a se presenciar crescentes participações do setor de serviços no produto e no emprego das economias no geral. De acordo ainda com os autores, a importância do papel dos serviços no processo de inovação e na competitividade das economias modernas se mostra no instante que as empresas industriais em geral, que antes exerciam internamente uma série de atividades de serviços, têm cada vez mais procurado serviços profissionais especializados fora do âmbito de suas empresas.

Uma tópico importante neste contexto é a relação entre o crescimento do setor terciário e da renda per capita da economia. Uma explicação importante dessa dinâmica pode

³⁵As informações do valor adicionado da Adm. Pública extraídas do IBGE e utilizadas nesse trabalho inclui também o valor da educação e saúde públicas.

ser tirada a partir da interpretação da Lei de Engel³⁶. Como na medida que a renda aumenta se diminui a proporção de consumo de produtos básicos como alimentos, é de se esperar que se aumente a proporção de consumo de determinados serviços não essenciais, tais como transporte de aplicativo, hospedaria, alimentação, serviços de lazer, etc. Essa abordagem foi mencionada em trabalhos como os de Silva e Lourenço (2014) e Giovannetti (2013). No primeiro estudo o autor utiliza a Lei de Engel como suporte para explicar a perda da importância relativa da indústria por conta das diferentes elasticidades renda da demanda entre os setores. Já o segundo autor enfatiza a importância que a Lei têm para o entendimento da dinâmica da inflação de uma economia, e de modo mais específico para a inflação de serviços.

Além do que foi destacado, é de se esperar também que o tamanho do setor de serviços seja diretamente relacionado com o tamanho da população urbana. Isso vale tanto para serviços públicos como para serviços privados. À medida que a população urbana cresce aumenta a demanda por serviços públicos como hospitais, atividades de ensino público e serviços jurídicos por exemplo. Por outro lado, serviços como conserto de automóveis, entregas de encomendas, serviços de limpeza, dentre outros, aumentam também. Outro fator que provavelmente influi tanto no montante de serviços, como para a diversificação do setor, é o nível de desenvolvimento econômico na qual o meio urbano em análise se encontra. Isso também associado ao estágio de avanço tecnológico que as atividades se encontram, com a sempre presente possibilidade da criação de novos tipos de serviços, assim como da reformulação de serviços antigos (como a mudança de Taxi para Uber).

Por fim, outro trabalho interessante que buscar contextualizar o crescimento do setor de serviços nas economias é o de Kon (2009). De acordo com a autora, a evolução do setor em uma economia depende por um lado de fatores intrínsecos, como é o caso da demanda da economia. Por outro lado, fatores exógenos atuam nesse desenvolvimento, são exemplos: volume e velocidade de liberação da mão de obra rural que migra às áreas urbanas; capacidade do setor secundário em absorver essa mão de obra liberada; evolução em quantidade e qualidade das atividades industriais, que requerem o desenvolvimento de serviços complementares; dentre outros.

A seção seguinte continua discutindo o setor terciário, dessa vez com o foco mais voltado ao contexto brasileiro e da Região Nordeste do Brasil.

³⁶A proposição da Lei diz que a porcentagem de renda alocada para a compra de alimentos diminui na medida que a renda aumenta.

2.3 Os Serviços no Contexto Brasileiro e Nordestino

A História Econômica do Brasil mostra que até meados do século XX o setor primário foi o setor que dominou a composição do PIB brasileiro, tendo o café como o grande último produto agrário exportador do período. De acordo com Lacerda (2018), o setor industrial somente passa o setor de produção agrícola em 1956, depois de um processo que teve início nos anos 30, com a mudança para um cenário onde a indústria passa a determinar os rumos da economia brasileira.

A construção do parque industrial brasileiro foi, portanto, a tônica da orientação das políticas públicas até meados da década de 80, quando o processo de substituição de importações vem a se esgotar. Nesse período, apesar da ênfase industrial, alguns projetos parecem ter contribuído para uma maior oferta de determinados tipos de serviços. Como exemplo, no período do plano de metas nos anos JK, os amplos projetos de infraestrutura implementados, como os de rodovias, ferrovias, energia elétrica e até a construção de Brasília, contribuíram com o aumento da capacidade posterior de oferta de determinados setores de serviços ligados a transporte, manutenção de equipamentos, entre outros.

É, portanto, trivial que diversos setores de serviços cresceram associados ao crescimento industrial brasileiro, tanto auxiliando a indústria, como servindo de complemento para os bens industriais finais (o setor de manutenção e reparação de veículos por exemplo). Porém, a partir dos anos 80, começa a surgir um movimento de “desindustrialização” da economia brasileira, onde principalmente a indústria de transformação começa a perder participação no PIB brasileiro³⁷. Azzoni (2005) destaca que no ano de 1985 o setor secundário do estado de São Paulo respondia por mais da metade do PIB estadual, com o setor terciário com a segunda maior parcela, seguido por uma pequena parcela do setor primário. Porém, em 1998, o setor terciário já era o maior do estado, respondendo por quase 60% do PIB paulista, ao passo que o setor industrial respondia por 37%.

Essa tendência de “desindustrialização”, e de maior crescimento proporcional do setor de serviços, não ocorre somente nas áreas mais desenvolvidas do país, como é o caso do estado de São Paulo, mas se espalha por diversas áreas, incluindo a Região Nordeste do Brasil. Essa constatação é bem documentada por Oliveira, Machado e De Mattos (2020), que mostram em seu trabalho que entre 2003 e 2015 a perda de participação do setor de indústria de transformação nordestina foi 2,6 p.p. e para as outras atividades industriais foi de 2,2 p.p..

³⁷Como apontado na seção anterior, houve uma mudança na composição do PIB das economias no geral a partir da segunda metade do século XX, com maior ganho para o setor terciário.

Por outro lado, no mesmo período a região registrou ampliação de participação de 3,6 p.p. do comércio, de 1,9 p.p. para os serviços tradicionais (transporte, alojamento, alimentação, etc.) e de 0,1 p.p. para os serviços modernos (serviços de comunicação, atividades financeiras e imobiliárias, etc.). A pouca evolução dos serviços modernos mostra que a transformação em questão no âmbito nordestino não está gerando aumento em atividades do setor terciário de maior produtividade.

A explicação para esse ganho de espaço do setor terciário no âmbito brasileiro não é muito clara. Arbache (2015) afirma que o ganho de participação dos serviços observado no Brasil se deveu mais a perda de dinamismo de outros setores do que o ganho de seu próprio setor. O autor argumenta que o crescimento da população urbana e características de alguns setores de serviços (como o relativamente mais baixo custo de entrada em termos de capital, tecnologia e capital humano), que fizeram do setor uma escolha mais vantajosa de empreendimento, foram alguns dos fatores que contribuíram para esse aumento de participação.

No âmbito do crescimento dos serviços públicos, há ainda de se destacar a importância que teve as mudanças promovidas pela instituição da Constituição Brasileira de 1988. Esta nova constituição, ao estruturar melhor o direito a educação e ao criar o Sistema Único de Saúde (SUS), construiu as bases para fomentar um aumento e uma maior distribuição dos serviços públicos de saúde e ensino dentro do território brasileiro e nordestino.

A constatação do maior atraso socioeconômico ainda vigente na Região Nordeste, e principalmente em determinadas áreas, como muitas no espaço do Semiárido Nordeste, leva a questionamentos sobre a composição do produto interno bruto dos municípios nordestinos. Como muitas localidades ainda apresentam um nível de dinamismo econômico muito baixo, suportadas por atividades econômicas com baixíssimo grau de produtividade, se espera que o peso das atividades da administração pública local seja relevante, o que conseqüentemente faz aumentar o peso do setor terciário local.

Corroborando com essa ideia, Oliveira, Machado e De Mattos (2020) mostraram que no ano de 2015 as atividades da administração pública corresponderam por aproximadamente 25% do valor adicionado total da Região Nordeste. Enquanto isso o percentual para o Brasil como um todo ficou em 17,2%, enquanto as regiões mais ricas do Sul e Sudeste registraram respectivamente 13,9% e 13,5%. Os autores ainda mostraram que esse desequilíbrio é praticamente o mesmo que já era registrado no ano de 2003, não ocorrendo, portanto, mudanças estruturais nesse sentido.

Esse cenário subdesenvolvido de grandes áreas do território nordestino provavelmente inspirou Gomes (2001) a afirmar no seu trabalho que há uma “Economia sem Produção” na região, onde há pouca renda e quase nenhum produto. Para esse desequilíbrio funcionar na visão do autor, a renda oriunda de determinados agentes como os aposentados e os funcionários públicos é fundamental (renda essa sem contrapartida produtiva). Fica, portanto, implícita a crítica a respeito da ineficiência produtiva dos setores de atividade das administrações públicas municipais da região, principalmente no que diz respeito às prefeituras.

Pelo fato de as atividades de serviços serem muito mais ligadas ao meio urbano, é provável que esse setor seja aquele com maior desigualdade de distribuição espacial dentre os setores econômicos. De fato, as grandes cidades concentram o grosso das atividades terciárias no Nordeste, sendo as regiões metropolitanas das capitais os principais polos. Além disso, diversas outras cidades do interior se destacam como importantes centros regionais, como exemplo as cidades de Caruaru – PE, Petrolina – PE, Campina Grande – PB, Juazeiro do Norte – CE, Picos – PI, Feira de Santana – BA, dentre vários outros.

Do exposto até aqui, analisar com mais detalhes o setor de serviços ao longo do território nordestino é, portanto, compreender melhor como está se dando o desenvolvimento da região, tanto no que confere a observação dos setores (público ou privado), como analisando o desenvolvimento espacial da região, contribuindo assim para a literatura de heterogeneidade setorial. Consoante a isto, o entendimento conjuntural do setor terciário na região lança luz sobre as mudanças estruturais que podem vir a ocorrer, ou que já estão ocorrendo, no universo socioeconômico da região. A conclusão de importantes obras como a transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina, o forte potencial turístico ainda a ser mais explorado na região, a continuidade de políticas públicas regionais tais como a oriunda do financiamento de atividades pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), a crise da economia brasileira a partir de 2014 (com importante queda da assistência governamental devido à crise fiscal) e mais recentemente a crise mundial ocasionada pela pandemia de Covid 19 (com possíveis mudanças permanentes nas relações de trabalho) são eventos com grande potencial para criar mudanças estruturais importantes, inclusive nos setores que compõe o setor terciário da economia nordestina.

As sessões seguintes tratam brevemente dos dados e da maneira como estes serão utilizados para o desenvolvimento deste trabalho.

2.4 Metodologia

2.4.1 Base de Dados

Este trabalho utiliza amplamente os dados do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do IBGE, coletados através do banco de dados agregados SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Estes dados se encontram disponíveis de modo atualizado entre os anos de 2002 e 2018, podendo ser obtidos para valores adicionados da indústria, agropecuária, serviços privados e serviços associados a administração pública. As informações podem ser coletadas a nível municipal, de microrregião, mesorregião, unidades da federação e territórios.

Como complemento, também foi consultada a plataforma Ipeadata. Este portal fornece com mais facilidade dados de população estimada para microrregiões por exemplo.

2.4.2 Abordagem Empírica

Dentro do objetivo do trabalho de entender a conjuntura e as transformações sofridas pelo setor terciário nordestino nas duas primeiras décadas do século XXI, o trabalho inicialmente foca sua análise na observação do comportamento das séries históricas do setor de serviços públicos (serviços da administração pública, incluindo defesa, educação e saúde públicas e Seguridade Social) e de serviços privados.

O tratamento das séries históricas foi realizado para níveis mais agregados como de regiões e estados e para o nível menos desagregado de microrregiões³⁸. Toda essa análise, do nosso ponto de vista, se mostra necessária para melhor ilustração do panorama e das mudanças ocorridas no setor estudado. No processo mencionado, o cálculo de médias, crescimentos, participações dos setores no PIB, dentre outros foi fundamental. Além do estudo das séries históricas dos serviços, também se procurou por critérios de comparação estudar outras variáveis importantes no contexto socioeconômico nordestino, como os valores adicionados da agropecuária e indústria, e o PIB per capita.

Este trabalho se utiliza amplamente do cálculo de médias aritméticas dos anos iniciais e finais das séries estudadas. Através dessa metodologia é possível observar a variação percentual dos dados e amenizar a implicação da existência de algum dado atípico em algum ano, por conta de possível fator não esperado e localizado. Por fim, para desinflacionar as

³⁸Algumas microrregiões possuem o mesmo nome de alguns municípios, porém uma microrregião é um conjunto de municípios. Ex: a microrregião de Recife-PE inclui os seguintes municípios: Abreu e Lima, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata (IBGE,1990).

informações foi utilizado o Deflator Implícito do PIB, calculado através das séries do PIB nominal e real do Brasil.

2.5 Análise dos Resultados

2.5.1 Comparação Entre Regiões

As informações da Tabela 10 evidenciam a liderança da Região Sudeste no montante do valor dos setores da administração pública tanto no período inicial, como no final, com valores de aproximadamente o dobro em relação ao Nordeste, a segunda maior região.

A Tabela 10 mostra ainda que o crescimento dos valores médios do valor adicionado dos serviços públicos do Brasil foi de 53%. Se observa que somente o Sudeste cresceu abaixo do país como um todo, com crescimento de 36%. Todas as demais regiões obtiveram crescimento de 60% para cima, com o Nordeste perdendo em crescimento apenas para a Região Norte.

Tabela 10 – Brasil e Regiões: Valor adicionado dos serviços públicos a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias

REGIÕES	VALOR MÉDIO (2002-2004)	VALOR MÉDIO (2016-2018)	CRESCIMENTO
BRASIL	707.612.443	1.082.698.613	53%
NORTE	52.037.259	91.354.034	76%
NORDESTE	135.507.375	228.823.270	69%
SUDESTE	319.923.532	435.797.418	36%
SUL	90.420.226	150.713.518	67%
CENTRO-OESTE	109.724.051	176.010.373	60%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

No que diz respeito ao Valor Adicionado dos serviços privados, a Tabela 11 evidencia a enorme diferença existente entre a Região Sudeste e as demais regiões brasileiras. A diferença entre as regiões mostrada acima se amplia consideravelmente, com o Sudeste correspondendo sozinho por quase 60% do valor médio total do Brasil ao longo do período. A Região Nordeste dessa vez ficou em terceiro lugar na participação do total brasileiro, para ambos os valores médios, ficando um pouco atrás do registrado pela Região Sul.

Em relação a como as informações dos serviços mudaram com o tempo, o crescimento brasileiro ficou na casa de 57%. O mesmo comportamento em relação ao crescimento observado nos setores da administração pública se repete aqui, com a Região Sudeste com crescimento inferior ao registrado nacionalmente, e as demais regiões com crescimento acima

(com a Região Sul apenas ligeiramente maior). Neste caso o Nordeste foi novamente a segunda região que mais cresceu, apenas atrás do Centro Oeste brasileiro.

A interpretação das informações aqui apresentadas mostra que nessas duas primeiras décadas do século 21 o Setor Terciário como um todo apresentou uma tendência de desconcentração a nível macrorregional, com a Região Sudeste (disparada a de maior valor) perdendo participação e as demais ganhando. Apesar do comportamento dos setores da Adm. Pública ser o mesmo, com o Sudeste perdendo participação no total nacional, o Nordeste como segunda maior região neste caso também é a segunda que mais cresceu.

Tabela 11 – Brasil e Regiões: Valor adicionado dos serviços privados a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias

REGIÕES	VALOR MÉDIO (2002-2004)	VALOR MÉDIO (2016-2018)	CRESCIMENTO
BRASIL	2.199.942.119	3.449.218.706	57%
NORTE	82.062.918	135.119.012	65%
NORDESTE	255.559.239	448.231.025	75%
SUDESTE	1.340.230.434	2.006.409.198	50%
SUL	349.855.000	553.742.754	58%
CENTRO-OESTE	172.234.527	305.716.717	78%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Observando a conjuntura e as mudanças do Setor Terciário dentro da Região Nordeste, a Tabela 12 fornece as informações do Valor Adicionado dos serviços públicos para a região e estados. Aqui se observa que nessas duas décadas os estados do Maranhão e Piauí foram os que tiveram crescimento mais significativo, com respectivamente 99% e 97%. Todos os demais estados tiveram crescimento igual ou inferior a 69%, o mesmo registrado para o Nordeste como um todo. O Valor Médio (2016-2018) do setor mostra que, em ordem decrescente, Bahia, Pernambuco e Ceará correspondem aos maiores estados, com valores acima de 30 bilhões de reais.

Tabela 12 – Região Nordeste e Estados Nordestinos: Valor adicionado dos serviços públicos a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias

REGIÕES	VALOR MÉDIO (2002-2004)	VALOR MÉDIO (2016-2018)	CRESCIMENTO
NORDESTE	135.507.375	228.823.270	69%
MARANHÃO	11.942.598	23.819.099	99%
PIAÚÍ	7.521.348	14.800.662	97%
CEARÁ	19.641.738	33.167.458	69%
RIO GRANDE DO NORTE	11.025.373	18.201.948	65%
PARAÍBA	12.281.632	20.104.840	64%
PERNAMBUCO	25.122.995	40.744.734	62%
ALAGOAS	8.178.608	13.518.140	65%
SERGIPE	7.402.047	11.297.999	53%
BAHIA	32.391.034	53.168.390	64%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

A Tabela 13 por sua vez mostra as informações estaduais para os setores de serviços privados. A variação percentual dos valores mostra um comportamento mais heterogêneo dessa vez dentre os estados. Por um lado, o Piauí com 113% foi o que mais cresceu entre os estados, bem acima dos 75% do Nordeste. Crescimento acima do Nordeste foi observado também para Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Para os demais com crescimento abaixo, se destaca a variação bem abaixo de Sergipe, com crescimento de 56%. O Valor Médio mais recente do setor mostra que os 3 maiores estados continuam sendo para este caso a Bahia, Pernambuco e Ceará, com os 3 correspondendo por aproximadamente 65% de todo o resultado do setor na Região Nordeste.

Tabela 13 – Região Nordeste e Estados Nordestinos: Valor adicionado dos serviços privados a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias

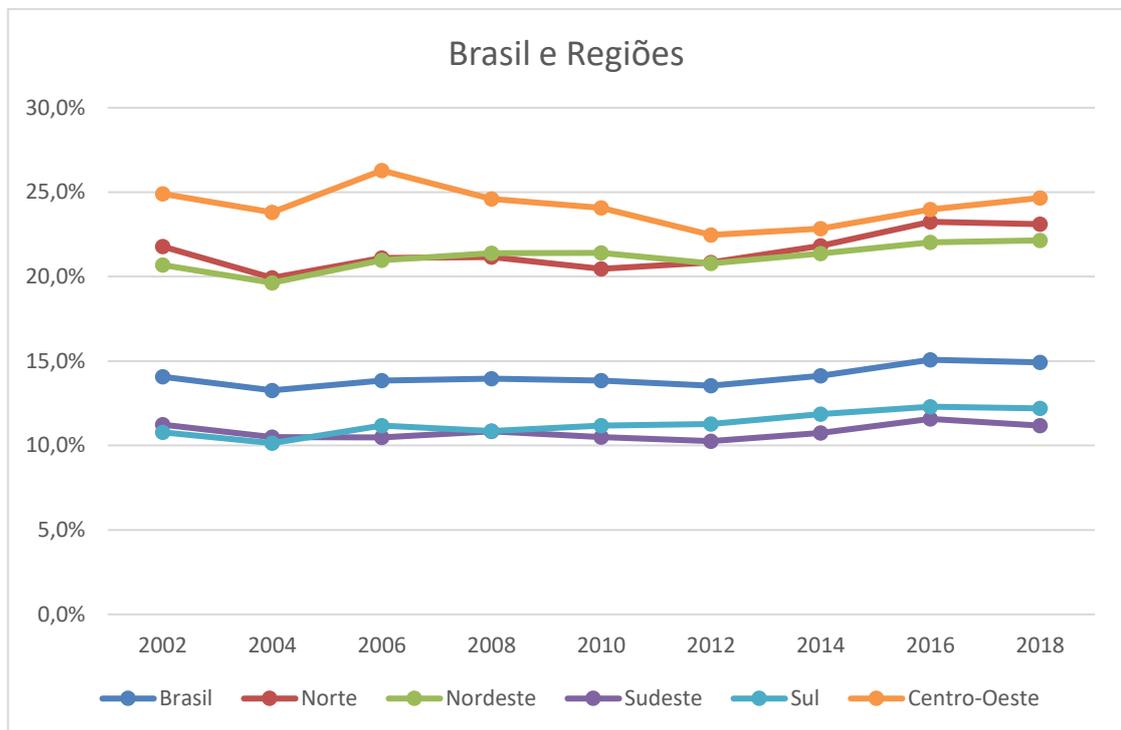
REGIÕES	VALOR MÉDIO (2002-2004)	VALOR MÉDIO (2016-2018)	CRESCIMENTO
NORDESTE	255.559.239	448.231.025	75%
MARANHÃO	23.286.899	40.603.435	74%
PIAÚÍ	9.517.789	20.263.628	113%
CEARÁ	40.256.816	74.768.742	86%
RIO GRANDE DO NORTE	16.263.672	29.323.463	80%
PARAÍBA	16.007.899	28.269.893	77%
PERNAMBUCO	49.419.549	85.079.638	72%
ALAGOAS	12.322.735	22.922.947	86%
SERGIPE	11.741.659	18.361.877	56%
BAHIA	76.742.222	128.637.401	68%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Essa observação estadual, mostra tendências de concentração e desconcentração diferentes para ambos os tipos de serviços. Para os serviços relativos as atividades da administração pública, se observa uma expansão das atividades nos estados do Maranhão e Piauí, ao passo que o restante do território obteve crescimento na média da região como um todo, com exceção apenas do crescimento bem abaixo do estado de Sergipe. Para os serviços privados, se observa expansão significativa em estados de menor valor adicionado como Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte. Por outro lado, dos três maiores estados da região, apenas o estado do Ceará cresceu acima do Nordeste como um todo. Neste caso também se destaca a perda relativa do estado de Sergipe, com crescimento bem abaixo dos demais.

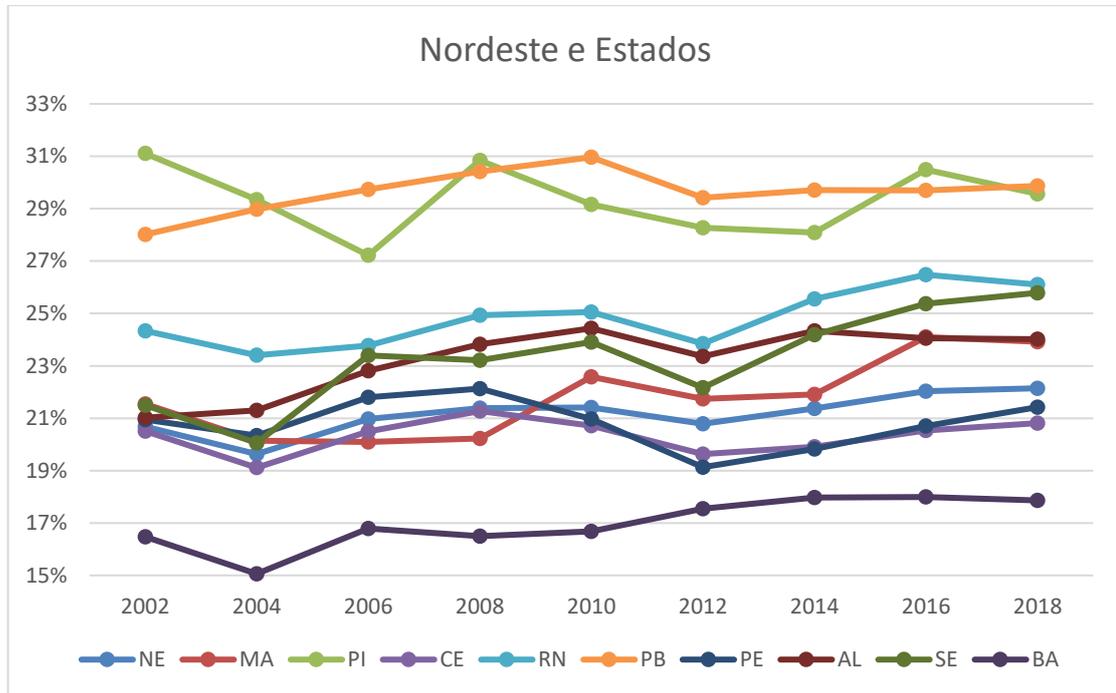
Observar como a participação dos setores no total do PIB de cada região se comportou ao longo dos anos oferece outra perspectiva do dinamismo econômico regional, além de complementar as informações já apresentadas. As duas figuras a seguir mostram como a participação dos serviços públicos no total do PIB variou entre regiões e estados nordestinos:

Figura 10 – Brasil e Regiões: Participação dos serviços públicos no PIB de cada região -Anos alternados de 2002 à 2018



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Figura 11 – Região Nordeste e Estados Nordestinos: Participação dos serviços públicos no PIB de cada região - Anos alternados de 2002 à 2018

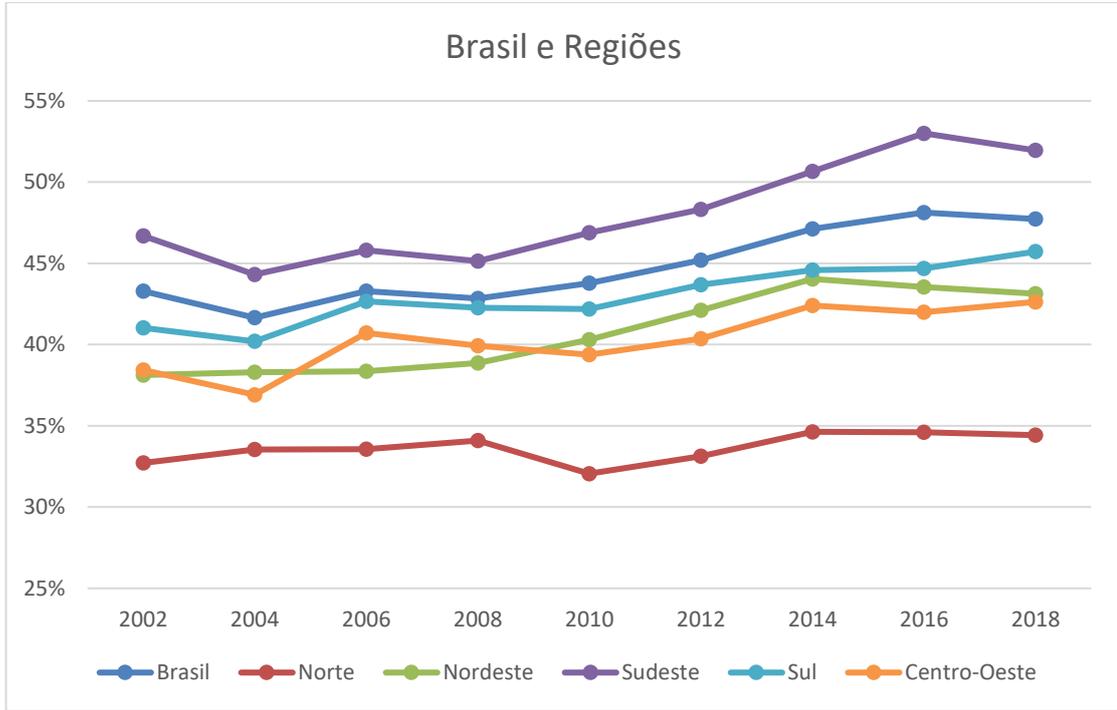


Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

A Figura 10 evidencia uma clara diferença na participação dos serviços públicos no PIB entre as regiões mais e menos desenvolvidas do Brasil. Além disso, a figura mostra que não houve mudanças significativas entre as regiões no período de 2002-18. Enquanto as regiões Sul e Sudeste mantêm uma participação das atividades públicas de em torno de 10% do PIB, as demais regiões mantêm uma participação na casa dos 20% a 25%.

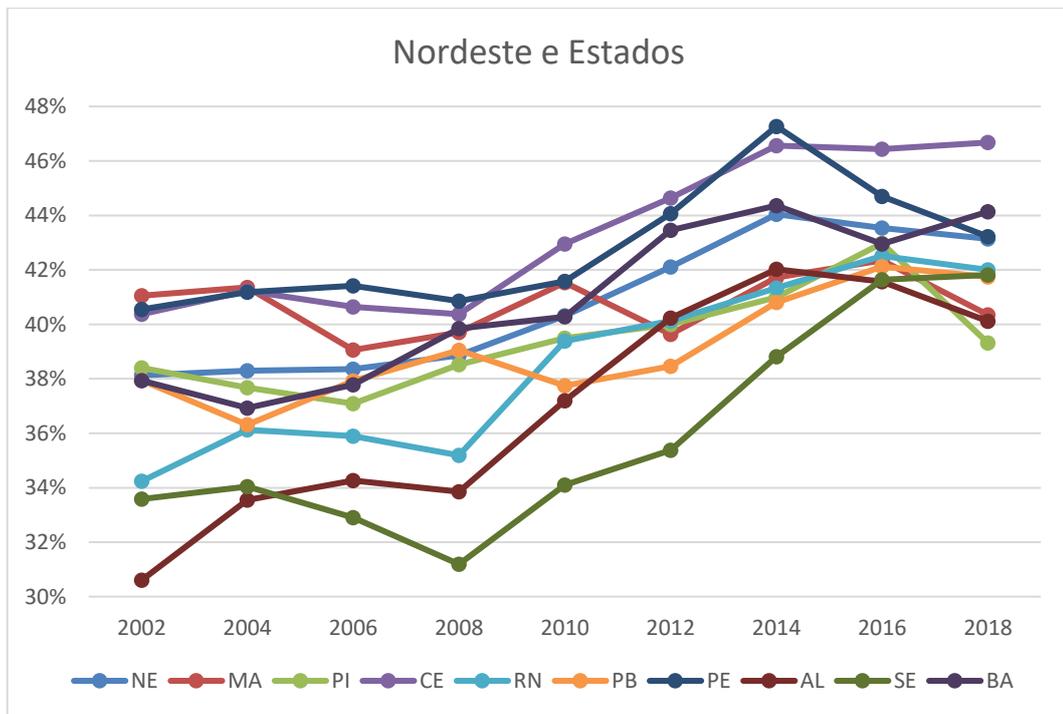
Analisando dessa vez a participação dos serviços públicos dentre os estados nordestinos, a Figura 11 também permite observar diferenças relevantes de níveis para todo o período. Por um lado, o estado da Bahia é o que apresenta a menor participação desses serviços no PIB ao longo do período, saindo de 16% para 18% do PIB no último ano. Do lado oposto, os estados da Paraíba e Piauí se alternaram na liderança das participações no período, ambos sempre a frente dos demais estados, com uma média móvel de aproximadamente 30% para todo o período. Os demais estados oscilaram no meio da tabela com valores de participação variando entre aproximadamente 19% a 27% do PIB. Entre o período inicial e final não ocorreram grandes mudanças entre as participações dos estados, ainda assim pode-se destacar o estado de Sergipe, indo de 21% para 26%.

Figura 12 – Brasil e Regiões: Participação dos serviços privados no PIB de cada região -Anos alternados de 2002 à 2018



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Figura 13 – Região Nordeste e Estados Nordestinos: Participação dos serviços privados no PIB de cada região - Anos alternados de 2002 à 2018



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Observando agora o comportamento da participação dos serviços privados no PIB das regiões e estados no período, as Figuras 12 e 13 resumem essas informações. É possível observar que as regiões mais desenvolvidas do país lideram as participações desses setores em relação ao PIB ao longo do período, com a região Sudeste e Sul registrando em 2018 respectivamente 52% e 46%. As regiões Nordeste e Centro Oeste aparecem logo atrás, com participações no último ano de aproximadamente 43%. Bastante abaixo, porém, se encontrou a região Norte, com participação de 34%. Em relação a evolução, todas as regiões registraram algum ganho na participação na comparação entre o começo e o fim da série, apesar da região Norte ter sido a que menos evoluiu, com ganho aproximado de 1%. Para as demais regiões os ganhos foram de aproximadamente 5% para cada uma.

Olhando dentro da Região Nordeste a Figura 13 mostra uma situação global de melhora dos estados na participação dos serviços privados no PIB. Os destaques positivos ficam para os estados de Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte, com ganhos de respectivamente 9, 8 e 8 pontos percentuais. No sentido oposto, os estados do Piauí e Maranhão registraram variação de 1 e -1 pontos percentuais, sendo o Maranhão o único estado a registrar perda de participação dos serviços privados.

Já a partir dos valores finais da série, em 2018, é possível inferir que os maiores estados em termos de participação são os do Ceará, Bahia e Pernambuco, com respectivamente 47%, 44% e 43%. Estes são os únicos aproximadamente iguais ou superiores ao valor médio do Nordeste, que é de 43%. Os demais estados registraram no último ano valores que ficaram entre 39% e 42%. De fato, a diferença entre o maior e o menor estado se estreitou entre 2002 e 2018. No primeiro ano essa diferença era de 10 pontos percentuais entre o Maranhão e Alagoas, já no último a diferença ficou em 8 pontos, entre o Ceará e o Piauí.

A seção seguinte continua a tratar dos serviços públicos e privados dentro da Região Nordeste, dessa vez olhando seus comportamentos a nível de microrregião.

2.5.2 Desempenho a Nível Microrregional

A distribuição geográfica do valor adicionado do Setor Terciário na Região Nordeste mostra que as microrregiões que incluem as capitais de estados e outras cidades de maior porte lideram o ranking de tamanho baseado no setor, reforçando a aptidão dos serviços de se aglomerar ao redor dos centros urbanos. Isto pode ser visualizado observando as microrregiões em termos de serviços públicos e privados para média de 2016-18, com valores ajustados para o ano de 2019.

Para os serviços públicos, as nove microrregiões que incluem as áreas de capitais de estado encabeçam a lista das maiores microrregiões (em ordem decrescente: Recife-PE, Fortaleza-CE, Salvador-BA, Natal-RN, João Pessoa-PB, Teresina-PI, Maceió-AL, Aglomeração Urbana de São Luís-MA e Aracaju-SE), com Recife-PE liderando, com valor médio 2016-18 de aproximadamente 14,3 bilhões de reais. Completando as 20 maiores microrregiões baseadas nestes serviços estão, em ordem de tamanho: Vale do Ipojuca -PE, Ilhéus-Itabuna-BA, Feira de Santana-BA, Porto Seguro-BA, Mata Meridional Pernambucana-PE, Campina Grande-PB, Mata Setentrional Pernambucana-PE, Vitória da Conquista-BA, Pindaré-MA, Imperatriz-MA e Petrolina-PE³⁹. O maior destes, Vale do Ipojuca-PE, registrou valor médio de aproximadamente 4 bilhões de reais, ao passo que o último, Petrolina-PE, registrou valor de aproximadamente 2,1 bilhões de reais.

Em relação aos serviços privados, novamente os primeiros colocados em termos de valor médio para os anos de 2016-18 são as microrregiões que incluem municípios que são capitais de estados. Dessa vez a lista é encabeçada por Salvador-BA, com valor de médio de aproximadamente 61,1 bilhões de reais, seguido por Fortaleza-CE, com valor aproximado de R\$ 50,4 bilhões, Recife-PE, com valor próximo de R\$ 47,7 bilhões e Aglomeração Urbana de São Luís-MA, com aproximadamente R\$ 18 bilhões (Completam os 9 primeiros em ordem decrescente: Natal-RN, Maceió-AL, João Pessoa-PB, Aracaju-SE e Teresina-PI). Complementam a lista das 20 maiores microrregiões em ordem de tamanho: Feira de Santana-BA, Suape-PE, Porto Seguro-BA, Ilhéus-Itabuna-BA, Vale do Ipojuca-PE, Barreiras-BA, Imperatriz-MA, Vitória da Conquista-BA, Campina Grande-PB, Cariri-CE e Mata Setentrional Pernambucana-PE. Para este último grupo, os valores médios variam no intervalo de R\$ 3,8 bilhões até R\$ 10,6 bilhões.

Focando nesse momento nas transformações nas quais as microrregiões sofreram no período em análise, a avaliação da variação percentual das médias iniciais e finais, primeiramente dos setores da administração pública, mostra que de um total de 188 microrregiões nordestinas, 78 tiveram crescimento acima do registrado para a Região Nordeste como um todo, que foi de 69%. Além disso, 18 microrregiões lograram crescimento acima de 100%. Por fim, todas as regiões em questão obtiveram crescimento positivo, com a microrregião de menor crescimento registrando aproximadamente 30%. A tabela a seguir mostra as 35 maiores microrregiões por ordem do crescimento desses setores:

³⁹Para visualização dos valores médios dos setores de serviços públicos e privados e o crescimento destes para todas as demais microrregiões nordestinas não mostradas nesta seção, consultar tabelas dos Apêndices J e K.

Tabela 14 – 35 maiores Microrregiões por Ordem de Crescimento: Valor adicionado dos serviços públicos a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias

MICRORREGIÕES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2016-2018	CRESCIMENTO
ALTO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	96.764	240.288	148%
ITAPECURU MIRIM (MA)	328.077	788.103	140%
LENÇÓIS MARANHENSES (MA)	275.092	656.329	139%
BARREIRAS (BA)	577.022	1.337.714	132%
ROSÁRIO (MA)	263.571	605.091	130%
PORTO FRANCO (MA)	193.371	437.830	126%
BAIXO CURU (CE)	239.194	539.741	126%
GERAIS DE BALSAS (MA)	237.171	534.155	125%
PACAJUS (CE)	239.895	520.834	117%
ALTO MÉDIO GURGUÉIA (PI)	201.737	437.097	117%
SUAPE (PE)	829.507	1.792.593	116%
CHAPADINHA (MA)	376.357	808.566	115%
BAIXADA MARANHENSE (MA)	951.871	2.010.168	111%
SÃO RAIMUNDO NONATO (PI)	310.896	647.664	108%
COELHO NETO (MA)	156.352	318.970	104%
IMPERATRIZ (MA)	1.085.525	2.187.368	102%
GURUPI (MA)	407.944	821.889	101%
BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE (MA)	237.997	476.457	100%
TERESINA (PI)	2.443.985	4.880.173	100%
PINDARÉ (MA)	1.126.268	2.237.656	99%
MACAU (RN)	213.375	421.527	98%
BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	768.061	1.513.468	97%
CAMPO MAIOR (PI)	523.070	1.030.363	97%
ALTO MÉDIO CANINDÉ (PI)	641.418	1.262.526	97%
CHAPADAS DO EXT. SUL PIAUIENSE (PI)	199.179	391.689	97%
ALTO MEARIM E GRAJAÚ (MA)	565.870	1.105.719	95%
CHAPADAS DAS MANGABEIRAS (MA)	136.682	265.976	95%
PICOS (PI)	471.276	916.064	94%
AGLM. URBANA DE SÃO LUÍS (MA)	2.424.253	4.710.127	94%
ALTO CAPIBARIBE (PE)	673.343	1.304.503	94%
CHAPADAS DO ALTO ITAPECURU (MA)	377.526	726.657	92%
PIO IX (PI)	132.527	254.837	92%
LITORAL PIAUIENSE (PI)	719.312	1.375.984	91%
BERTOLÍNIA (PI)	105.582	200.331	90%
CAXIAS (MA)	779.810	1.479.303	90%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

É possível observar que dentre as primeiras colocações estão duas microrregiões que são polos de agronegócio: Alto Parnaíba Piauiense (PI) e Barreiras (BA). Além destes, Lençóis Maranhenses (MA) se destaca como importante polo turístico. Estes exemplos

mostram como a oferta de serviços públicos pode crescer junto com o dinamismo de outros setores⁴⁰.

Olhando dessa vez o comportamento do setor de serviços privados dentre as microrregiões, é possível inferir que 140 microrregiões cresceram acima da região nordestina, cujo crescimento foi de 75%. Junto a isto, 86 regiões lograram dobrar seus valores médios do setor de serviços. Estes resultados são expressivos quando comparados com os dos setores da Adm. Pública, como mostrado anteriormente. Por outro lado, dessa vez uma microrregião registrou crescimento negativo, Japaratuba (SE), com -17%. Pegando as 35 maiores microrregiões por crescimento destes serviços (Tabela 15) e comparando com as 35 maiores dos serviços públicos, é possível inferir que 17 microrregiões estão em ambos os grupos⁴¹.

⁴⁰As três microrregiões citadas também figuram entre as primeiras colocações no ranking dos serviços privados.

⁴¹Estas Microrregiões são: Alto Capibaribe (PE), Alto Médio Canindé (PI), Alto Médio Gurguéia (PI), Alto Parnaíba Piauiense (PI), Baixada Maranhense (MA), Baixo Curu (CE), Baixo Parnaíba Maranhense (MA), Baixo Parnaíba Piauiense (PI), Barreiras (BA), Chapadas do Ext. Sul Piauiense (PI), Lençóis Maranhenses (MA), Litoral Piauiense (PI), Picos (PI), Rosário (MA), São Raimundo Nonato (PI), Suape (PE), Gurupi (MA).

Tabela 15 – 35 maiores Microrregiões por Ordem de Crescimento (Estado entre Parênteses): Valor adicionado dos serviços privados a preços constantes de 2019 (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) (R\$1.000,00) e crescimento das médias

MICRORREGIÕES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2016-2018	CRESCIMENTO
SERRA DO PEREIRO (CE)	57.820	273.477	373%
BAIXO CURU (CE)	238.966	1.033.440	332%
ALTO MÉDIO GURGUÉIA (PI)	161.800	583.041	260%
LENÇÓIS MARANHENSES (MA)	134.261	435.542	224%
LITORAL NORTE ALAGOANO (AL)	124.410	395.615	218%
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (PE)	633.713	1.999.029	215%
ALTO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	176.777	528.450	199%
SUAPE (PE)	2.435.976	7.256.412	198%
ARAPIRACA (AL)	1.003.160	2.852.769	184%
BAIXA VERDE (RN)	110.362	307.474	179%
LITORAL NORDESTE (RN)	120.412	330.339	174%
LITORAL SUL (PB)	337.710	911.713	170%
COREAÚ (CE)	61.654	165.939	169%
GURUPI (MA)	187.706	487.618	160%
ALTO MÉDIO CANINDÉ (PI)	280.687	719.251	156%
IBIAPABA (CE)	501.016	1.270.759	154%
ALTO CAPIBARIBE (PE)	634.148	1.595.122	152%
PICOS (PI)	500.639	1.258.371	151%
BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE (MA)	125.192	313.727	151%
CARIRI OCIDENTAL (PB)	224.535	547.921	144%
SERGIPANA DO SERTÃO DO SÃO FRANC. (SE)	257.359	624.927	143%
MATA SETENTR. PERNAMBUCANA (PE)	1.588.432	3.828.789	141%
CHAPADAS DO EXT. SUL PIAUIENSE (PI)	102.628	246.800	140%
BARREIRAS (BA)	2.427.835	5.806.751	139%
MÉDIO CURU (CE)	98.415	235.326	139%
BREJO SANTO (CE)	189.093	450.797	138%
ROSÁRIO (MA)	185.997	443.123	138%
SANTANA DO IPANEMA (AL)	221.346	526.962	138%
BAIXADA MARANHENSE (MA)	641.195	1.524.047	138%
SÃO RAIMUNDO NONATO (PI)	180.189	427.143	137%
CARIRI (CE)	1.882.929	4.442.858	136%
VALENÇA (BA)	671.397	1.582.553	136%
BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	381.183	898.136	136%
FLORIANO (PI)	338.968	789.380	133%
LITORAL PIAUIENSE (PI)	664.057	1.539.119	132%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Dentre as primeiras colocações estão as microrregiões cearenses de Serra do Pereiro (CE) e Baixo Curu (CE). O primeiro vem se destacando como um polo de serviços de telecomunicações, e o segundo com destaque a partir do desenvolvimento da região do Porto

de Pecém. Logo em seguida vêm Alto Médio Gurgueia (PI), região que também se destaca por conta das atividades do agronegócio. Neste caso, possivelmente os serviços privados estejam crescendo como resultado do impulso destas atividades.

A observação dos valores dos serviços privados entre as microrregiões é de que o crescimento foi mais elevado para as regiões que mais cresceram na comparação com os valores da Adm. Pública. Por outro lado, as regiões que menos cresceram em termos desses setores privados apresentam um crescimento mais baixo na mesma comparação. De fato, o cálculo dos desvios padrões para cada conjunto de dados mostra uma maior variabilidade no crescimento dos serviços privados (o desvio padrão para estes serviços foi de 0,47, enquanto o desvio dos serviços públicos foi de 0,21). A correlação entre o crescimento de ambos os setores foi de 0,4, o que indica que os dados têm uma razoável associação positiva. Os dados aparentemente mostram, portanto, que as transformações, medidas aqui no crescimento dos valores das médias, para ambos os setores têm fatores geradores comuns, porém a dinâmica diferenciada de cada um abre margem para causas diferentes⁴².

Do mesmo modo que na seção anterior, também se buscou estudar o nível e as mudanças na participação dos serviços no PIB de cada microrregião. Apesar de não necessariamente mudanças nulas ou pequenas na participação refletirem ausência de dinamismo por parte dos setores de serviços, o conhecimento das participações auxilia no entendimento da importância que esses setores exercem sobre a economia das regiões. Primeiro em relação aos serviços públicos, observando o crescimento da participação destes entre as médias de 2002-04 e 2016-18, um total de 69 de 188 microrregiões nordestinas registraram crescimento negativo. Por outro lado, das regiões com crescimento positivo, 103 registraram crescimento de até 40%. Se destacam, aproximadamente dobrando a participação, as microrregiões de Japaratuba (SE), Catu (BA) e Paulo Afonso (BA)⁴³. A Tabela 16 a seguir mostra as 35 maiores microrregiões por ordem de crescimento das participações dos serviços públicos:

⁴²Uma limitação dessa análise é que a correlação provavelmente não está transparecendo com exatidão a dinâmica conjunta de crescimento de ambos os setores. Isso ocorre pois o tamanho de ambos os setores pode diferir muito dentre as microrregiões.

⁴³ Para visualização das participações dos setores de serviços públicos e privados e o crescimento destes para todas as demais microrregiões nordestinas não mostradas nesta seção, consultar tabelas dos Apêndices L e M.

Tabela 16 – 35 maiores Microrregiões por Ordem de Crescimento (Estado entre Parênteses):
Participação dos serviços públicos no PIB de cada Microrregião (médias dos anos de 2002-2004 e
2016-2018) e crescimento das médias

MICRORREGIÕES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2016-2018	CRESCIMENTO
JAPARATUBA (SE)	18.7%	41.6%	122%
CATU (BA)	11.4%	23.1%	104%
PAULO AFONSO (BA)	9.3%	18.1%	95%
ENTRE RIOS (BA)	14.9%	27.7%	86%
SERGIPANA DO SERTÃO DO SÃO FRANC. (SE)	14.2%	26.0%	83%
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS (AL)	14.7%	26.8%	82%
BAIXO COTINGUIBA (SE)	13.7%	24.4%	78%
PACAJUS (CE)	10.2%	18.1%	77%
COELHO NETO (MA)	26.7%	45.2%	69%
ALAGOANA DO SERTÃO DO SÃO FRANC. (AL)	27.6%	45.0%	63%
ITAPARICA (PE)	18.3%	29.5%	61%
COTINGUIBA (SE)	27.6%	44.3%	61%
CHAPADA DO APODI (RN)	21.7%	34.7%	59%
VALE DO AÇU (RN)	20.8%	31.5%	52%
BARREIRAS (BA)	6.0%	9.0%	50%
MOSSORÓ (RN)	14.7%	22.1%	50%
SENHOR DO BONFIM (BA)	22.5%	31.1%	38%
LITORAL SUL (PB)	14.9%	20.5%	37%
GERAIS DE BALSAS (MA)	8.3%	11.3%	35%
MACAÍBA (RN)	23.3%	31.3%	34%
ESTÂNCIA (SE)	17.7%	23.3%	32%
URUBURETAMA (CE)	24.5%	32.2%	31%
CHAPADAS DAS MANGABEIRAS (MA)	15.9%	20.6%	30%
CODÓ (MA)	30.4%	39.3%	29%
PORTO SEGURO (BA)	15.0%	19.4%	29%
MATA ALAGOANA (AL)	24.0%	30.6%	28%
CHAPADINHA (MA)	33.5%	42.0%	26%
LIVRAMENTO DO BRUMADO (BA)	29.6%	37.1%	25%
JEREMOABO (BA)	38.2%	47.5%	24%
CAXIAS (MA)	26.7%	33.0%	24%
SALVADOR (BA)	8.3%	10.3%	24%
PINDARÉ (MA)	31.0%	38.0%	23%
SANTA QUITÉRIA (CE)	31.7%	38.7%	22%
BATALHA (AL)	38.1%	46.3%	21%
RIBEIRA DO POMBAL (BA)	32.8%	39.8%	21%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Apesar de, como já observado, nenhuma microrregião ter registrado crescimento negativo do valor adicionado dos serviços públicos no período considerado, o resultado aqui

esclarece melhor as transformações. Aproximadamente 35% das microrregiões diminuíram o peso do setor público no PIB, o que indica que nessas regiões o aumento desse setor acompanhou o crescimento de outros setores da economia, tal como indústria ou outros serviços privados. De fato, como observado acima, a correlação com o crescimento dos serviços privados, apesar de baixa, foi ainda considerável. Provavelmente para essas regiões, o aumento do setor público se deu a partir do próprio aumento “normal” da demanda por esses serviços resultante do avanço de outros setores econômicos (como mais escolas e hospitais públicos para novos grupos de moradores/trabalhadores, gastos com segurança pública, limpeza urbana, etc.), sem que ocorra uma mudança de “influência” na economia da região.

Todavia, as atividades exercidas pela administração pública continuam a ter grande peso no Nordeste Brasileiro, esta afirmação continua válida ao notar que na média de 2016-18, 100 microrregiões possuem participação acima de 35% do PIB. Destes, 43 registram participação acima de 45% e 20 acima de 50%, com os três maiores sendo: Umbuzeiro-PB (63,1%), Serra de São Miguel-RN (61,3%) e Serra do Teixeira-PB (57,9%). Já com relação a participação exercida pelos serviços privados no PIB de cada microrregião nordestina no período estudado, a Tabela 17 a seguir resume essa perspectiva para as 35 maiores microrregiões por ordem de crescimento.

Tabela 17 – 35 maiores Microrregiões por Ordem de Crescimento (Estado entre Parênteses): Participação dos serviços privados no PIB de cada Microrregião (médias dos anos de 2002-2004 e 2016-2018) e crescimento das médias

MICRORREGIÕES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2016-2018	CRESCIMENTO
SERGIPANA DO SERTÃO DO SÃO FRANC. (SE)	6.1%	18.2%	196%
LITORAL SUL (PB)	17.3%	40.3%	132%
ITAPARICA (PE)	12.4%	26.6%	115%
PAULO AFONSO (BA)	13.9%	29.3%	110%
SERRA DO PEREIRO (CE)	23.6%	48.4%	105%
ALAGOANA DO SERTÃO DO SÃO FRANC. (AL)	20.6%	38.5%	87%
MACAÍBA (RN)	23.1%	38.2%	66%
JEREMOABO (BA)	18.8%	29.9%	59%
PACAJUS (CE)	19.8%	31.0%	57%
CHAPADA DO APODI (RN)	20.7%	32.2%	56%
BARREIRAS (BA)	24.6%	38.2%	55%
MÉDIO JAGUARIBE (CE)	23.9%	36.9%	54%
CODÓ (MA)	26.1%	39.1%	50%
MÉDIO OESTE (RN)	18.2%	27.0%	48%
SANTANA DO IPANEMA (AL)	23.3%	34.3%	47%
MOSSORÓ (RN)	30.0%	43.9%	47%
CATU (BA)	27.4%	40.1%	46%
LITORAL NORTE ALAGOANO (AL)	19.4%	28.1%	45%
EUCLIDES DA CUNHA (BA)	25.2%	36.6%	45%
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS (AL)	15.8%	22.9%	45%
SOBRAL (CE)	29.7%	42.6%	44%
CARIRA (SE)	21.5%	30.9%	44%
ARAPIRACA (AL)	28.8%	41.4%	44%
ENTRE RIOS (BA)	20.7%	29.7%	43%
VALE DO AÇU (RN)	20.4%	29.1%	43%
GURUPI (MA)	18.9%	26.8%	42%
PORTO SEGURO (BA)	30.0%	42.4%	42%
SANTA MARIA DA VITÓRIA (BA)	21.1%	29.8%	42%
CHAPADAS DAS MANGABEIRAS (MA)	18.3%	25.9%	42%
RIBEIRA DO POMBAL (BA)	24.6%	34.4%	40%
BAIXO COTINGUIBA (SE)	18.1%	25.3%	40%
SERTÃO DE INHAMUNS (CE)	24.7%	34.3%	39%
BORBOREMA POTIGUAR (RN)	24.1%	33.2%	38%
JUAZEIRO (BA)	29.3%	40.2%	37%
SANTA QUITÉRIA (CE)	22.3%	30.6%	37%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

O resultado dessa vez mostra que apenas 12 microrregiões tiveram uma redução na participação dos serviços privados no período, um número bastante inferior ao registrado

pelos serviços associados à administração pública. Enquanto isso, 147 microrregiões registraram crescimento entre 0 e 40%, 22 entre 40 e 60% e 7 acima de 60%, sendo estes últimos: Sergipana do Sertão do São Francisco-SE (196%), Litoral Sul-PB (132%), Itaparica-PE (115%), Paulo Afonso-BA (110%), Serra do Pereiro-CE (105%), Alagoana do Sertão do São Francisco-AL (87%) e Macaíba-RN (66%).

Como foi observado acima, 45% das microrregiões nordestinas dobraram o valor adicionado do setor de serviços privados, ao passo que essa proporção é de apenas aproximadamente 10% para os públicos. Aliado a isto, o resultado do crescimento das participações mostra uma clara expansão global dos serviços privados dentro do território nordestino. Até aqui, este é o resultado mais expressivo do ponto vista de uma transformação positiva na maior parte das localidades da região, mostrando que atividades mais dinâmicas e de maior valor agregado podem estar assumindo protagonismo em locais até então com relativo atraso econômico, como algumas partes do Semiárido Nordeste.

A observação do ranking das microrregiões por tamanho de participação dos serviços privados leva a conclusão de que as regiões economicamente mais aglomeradas, com maiores populações, maiores rendas per capita e com mais vantagens estratégicas (proximidade com portos e aeroportos por exemplo) tendem a ser as maiores nesse quesito. Das quinze maiores microrregiões de acordo com a média de 2016-18, nove destas incluem municípios das áreas metropolitanas das capitais dos estados nordestinos. Apesar disso se destacam nestas primeiras colocações: Fernando de Noronha-PE (uma exceção ao dito acima: basicamente constituída pelo setor do turismo, acaba sendo a microrregião disparada com maior participação: 78,2%), Cariri-CE (englobando importantes cidades do sul cearense como Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha), Vitória da Conquista-BA (engloba a cidade de Vitória da Conquista, importante polo comercial do sul baiano), Serra do Pereiro-CE (constituído por municípios relativamente pequenos e, entre eles, como já citado, Pereiro se destaca abrigando empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e informática⁴⁴), Patos-PB (englobando o município de Patos, principal centro urbano dessa região) e Feira de Santana-BA (engloba o município de Feira de Santana, maior município em população do interior nordestino, e historicamente forte no setor de comércio⁴⁵).

A associação dos dados de crescimento das participações para ambos os tipos de setores aponta para uma correlação positiva de 0,5, mostrando, portanto, uma correlação

⁴⁴Para mais informações, acesse: <https://www.econodata.com.br/lista-empresas/CEARA/PEREIRO>

⁴⁵Para mais informações, acesse: <https://g1.globo.com/ba/bahia/avanca/noticia/2019/05/25/princesinha-do-sertao-conheca-feira-de-santana-cidade-com-mais-de-600-mil-habitantes-que-nasceu-de-fazenda-no-interior-da-bahia.ghtml>

moderada. O resultado se assemelha ao observado anteriormente para o crescimento dos valores adicionados dos setores, sugerindo algum grau de fatores geradores em comum para estes. Aliado a isto, desta vez um total de 21 microrregiões aparecem em comum dentre as 35 maiores microrregiões para ambos os setores⁴⁶.

Buscando ressaltar as diferenças intrarregionais dos setores públicos e privados na região, as Tabelas 18 e 19 apresentam uma última análise, onde agregam a participação que cada microrregião tem em cada tipo de serviço no valor total do mesmo para o Nordeste como um todo. Para tal, se agrupou três categorias: As microrregiões que abrangem capitais de estados, as 25 maiores microrregiões de acordo com o PIB médio de 2002-04 (exceto as que incluem municípios que são capitais)⁴⁷ e as demais microrregiões.

Tabela 18 – Participação dos serviços públicos no Valor Total dos serviços públicos do Nordeste – Microrregiões que incluem Capitais de Estados, 25 Maiores Microrregiões por PIB médio (2002-04) (Exceto as que Incluem Capitais) e Demais Microrregiões – Médias (2002-2004) e (2016-2018) e Crescimento das Médias

REGIÕES	VALOR MÉDIO (2002-2004)	VALOR MÉDIO (2016-2018)	CRESCIMENTO
MICRORREGIÕES CAPITAIS	31,07%	30,84%	-0,8%
25 MAIORES MICRORREGIÕES	22,60%	22,64%	0,1%
DEMAIS MICRORREGIÕES	46,32%	46,53%	0,4%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

Tabela 19 – Participação dos serviços privados no Valor Total dos serviços privados do Nordeste – Microrregiões que incluem Capitais de Estados, 25 Maiores Microrregiões por PIB médio (2002-04) (Exceto as que Incluem Capitais) e Demais Microrregiões – Médias (2002-2004) e (2016-2018) e Crescimento das Médias

REGIÕES	VALOR MÉDIO (2002-2004)	VALOR MÉDIO (2016-2018)	CRESCIMENTO
MICRORREGIÕES CAPITAIS	60,46%	55,03%	-9,0%
25 MAIORES MICRORREGIÕES	19,71%	22,03%	11,8%
DEMAIS MICRORREGIÕES	19,83%	22,94%	15,7%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

⁴⁶ Microrregiões em comum: Alagoana do Sertão do São Francisco (AL), Baixo Cotinguiba (SE), Barreiras (BA), Catu (BA), Chapada do Apodi (RN), Chapadas das Mangabeiras (MA), Codó (MA), Entre Rios (BA), Itaparica (PE), Jeremoabo (BA), Litoral Sul (PB), Macaíba (RN), Mossoró (RN), Pacajus (CE), Paulo Afonso (BA), Porto Seguro (BA), Ribeira do Pombal (BA), Santa Quitéria (CE), São Miguel dos Campos (AL), Sergipana do Sertão do São Francisco (SE), Vale do Açu (RN).

⁴⁷ As 25 maiores microrregiões por PIB médio 2002-04 em ordem decrescente de tamanho são: Ilhéus-Itabuna (BA), Porto Seguro (BA), Feira de Santana (BA), Barreiras (BA), Suape (PE), Imperatriz (MA), Mossoró (RN), Vale do Ipojuca (PE), Campina Grande (PB), Mata Setentrional Pernambucana (PE), Vitória da Conquista (BA), São Miguel dos Campos (AL), Petrolina (PE), Santo Antônio de Jesus (BA), Catu (BA), Mata Meridional Pernambucana (PE), Juazeiro (BA), Cariri (CE), Sobral (CE), Sergipana do Sertão do São Francisco (SE), Macaíba (RN), Jequié (BA), Alagoinhas (BA), Paulo Afonso (BA) e Pindaré (MA).

As tabelas mostram uma clara diferença entre os serviços privados e públicos, tanto do ponto de vista do resultado da distribuição do valor adicionado entre as três classificações de microrregiões ao longo do período, como das transformações que as participações sofreram. Inicialmente abordando os serviços fornecidos pela Adm. Pública, a Tabela 18 mostra que para ambos os períodos iniciais e finais a participação das demais 154 microrregiões é de pouco mais de 45% do valor total nordestino, ao passo que as 9 microrregiões de capitais mantêm um valor próximo de 30% e as outras 25 maiores mantêm valor de aproximadamente 22%. O crescimento de cada grupo mostra que praticamente não houve transformações entre o começo dos anos 2000 e o final dos anos 2010, com crescimento negativo próximo de um por cento para as microrregiões com capitais e crescimento positivo próximo de zero para os outros grupos.

No caso dos serviços privados, a Tabela 19 mostra uma notável diferença na comparação com os serviços públicos. Inicialmente é possível observar que para esse grupo de serviços a desigualdade regional é muito mais elevada que para o grupo anterior. Somente as microrregiões com capitais no período inicial registravam aproximadamente 60% de todo o valor adicionado dos serviços privados da Região Nordeste, com os outros grupos registrando cada um por volta de 20%. Essa diferença diminuiu no final do período com o grupo das capitais registrando, ainda consideráveis, 55% do valor total. Por consequência, dessa vez é possível notar uma mudança estrutural significativa, com decréscimo de -9% nas áreas mais tradicionais junto as capitais dos estados, e crescimento de aproximadamente 12% e 16% respectivamente para as 25 maiores e para as demais microrregiões.

Os resultados, portanto, evidenciam o considerável suporte que os serviços públicos continuam possuindo nas microrregiões menos desenvolvidas do território nordestino, com essas atividades pouco produtivas melhor “espalhadas” dentro do território nordestino. Em relação aos serviços privados, que possuem características mais dinâmicas, a faceta da desigualdade nordestina fica muito mais evidente de ser vista, com aproximadamente 80% das microrregiões da região respondendo por apenas 22,94% do valor médio final. Apesar da significativa redução observada no período.

Como dito acima, a dinâmica por trás do desenvolvimento dos setores de serviços pode ser variada para as diversas atividades existentes. A partir dessa intuição, a seção a seguir procura observar associações entre o crescimento dos setores de serviços e o crescimento de outras variáveis relevantes, de modo a ilustrar melhor o desenvolvimento destes dentre as microrregiões nordestinas.

2.5.3 Comparação com Variáveis Relevantes

As atividades do setor terciário podem ser desenvolver a partir do desenvolvimento mútuo de diversas variáveis, tais como a renda per capita, as atividades industriais e as atividades agropecuárias. No que tange à indústria, atividades que prestam serviço para este setor podem florescer na medida que as atividades industriais se desenvolvem, tais como serviços de transporte, manutenção e logística. O mesmo vale para as atividades de origem agropecuária, principalmente em um contexto de maior escala e mecanização. Além disso se espera que o próprio setor de comércio ganhe impulso na medida que estas atividades se tornam mais relevantes. Para ambas as atividades, foram calculadas as médias do valor adicionado de cada setor para todas as microrregiões nordestinas, novamente para os anos de 2002-04 e 2016-18, e tirada a porcentagem de crescimento destas.

A correlação entre o crescimento das atividades de serviços privados e das atividades industriais dentre as microrregiões aponta para uma correlação positiva de 33%, ao passo que a correlação entre os crescimentos da agropecuária e dos serviços privados aponta para uma correlação positiva de 26%. Ambos resultados apontam para um grau de associação positiva relativamente baixo para os grupos de dados, apesar de que ilustra que provavelmente há movimentos comuns entre o crescimento dos setores citados para determinadas localidades⁴⁸⁴⁹. Outra forma de enxergar essa questão é observando quantas microrregiões tem algum crescimento considerável da indústria/agropecuária dentre aquelas com elevado crescimento dos serviços privados. Para isto, se separou as 86 microrregiões que lograram dobrar o valor médio dos serviços privados no período. Destes, 78 tiveram crescimento positivo do setor da indústria, enquanto 43 cresceram acima de 100% para o mesmo setor. Já em relação à agropecuária, das 86 microrregiões citadas, 42 registraram crescimento positivo, e apenas 7 dobraram o valor. Fica, portanto, mais evidente a associação mais contundente da indústria junto aos serviços privados na região.

A Tabela 20 resume as informações de crescimento para todas as variáveis tratadas nesta seção, listadas para as 45 maiores microrregiões por ordem de crescimento dos serviços privados⁵⁰. Olhando o crescimento da indústria dentre esse grupo, alguns destaques são:

⁴⁸É importante ressaltar que essa seção não têm o objetivo de encontrar relações de causalidade entre os setores de serviços e demais variáveis. A correlação aqui apenas demonstra o grau de associação entre os grupos de dados.

⁴⁹Como já citado na seção anterior, existe uma limitação da abordagem de correlação neste caso, com a falta de exatidão da dinâmica de crescimento conjunta de ambos os setores comparados.

⁵⁰Para visualizar os valores para todas as demais microrregiões olhar a tabela do Apêndice N.

Baixo Curu (831%) e Coreaú (1219%) no Ceará, Baixa Verde (4145%) e Litoral Nordeste (1255%) no Rio Grande do Norte, Porto Franco (975%) no Maranhão e Vale do Ipanema (728%) em Pernambuco. Já em relação ao crescimento da agropecuária podemos citar as microrregiões piauienses de Floriano (140%), Alto Parnaíba Piauiense (202%) e Alto Médio Gurguéia (132%); Cariri (100%) no Ceará e Litoral Norte Alagoano (108%) em Alagoas.

Tabela 20 – 45 maiores Microrregiões por Ordem de Crescimento dos Serviços Privados (Estado entre Parênteses): Crescimento dos serviços privados, serviços públicos, agropecuária, indústria e PIB per capita (calculados a partir das médias dos respectivos valores nos anos de 2002-2004 e 2016-2018)

MICRORREGIÕES	CRESCIMENTO				
	SERV. PRIVADOS	SERV. PÚBLICOS	AGROP.	INDÚSTRIA	PIB PER CAPITA
SERRA DO PEREIRO (CE)	373%	61%	12%	79%	111%
BAIXO CURU (CE)	332%	126%	37%	831%	319%
ALTO MÉDIO GURGUÉIA (PI)	260%	117%	132%	299%	144%
LENÇÓIS MARANHENSES (MA)	224%	139%	10%	164%	70%
LITORAL NORTE ALAGOANO (AL)	218%	81%	108%	29%	86%
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (PE)	215%	62%	-24%	251%	121%
ALTO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	199%	148%	202%	189%	154%
SUAPE (PE)	198%	116%	-61%	138%	99%
ARAPIRACA (AL)	184%	69%	39%	65%	72%
BAIXA VERDE (RN)	179%	74%	-22%	4145%	282%
LITORAL NORDESTE (RN)	174%	69%	48%	1255%	135%
LITORAL SUL (PB)	170%	61%	-31%	-56%	2%
COREAÚ (CE)	169%	72%	14%	1219%	116%
GURUPI (MA)	160%	101%	5%	64%	49%
ALTO MÉDIO CANINDÉ (PI)	156%	97%	12%	202%	98%
IBIAPABA (CE)	154%	75%	25%	181%	65%
ALTO CAPIBARIBE (PE)	152%	94%	-17%	216%	65%
PICOS (PI)	151%	94%	5%	176%	100%
BAIXO PARNAÍBA MARAN. (MA)	151%	100%	-2%	98%	61%
CARIRI OCIDENTAL (PB)	144%	63%	-8%	87%	60%
SERGIPANA DO SERTÃO DO SÃO FRANC. (SE)	143%	50%	30%	-49%	-32%
MATA SETENTRIONAL PERNAMB. (PE)	141%	56%	-2%	419%	139%
CHAPADAS DO EXT. SUL PIAUIENSE (PI)	140%	97%	78%	142%	96%
BARREIRAS (BA)	139%	132%	-5%	72%	1%
MÉDIO CURU (CE)	139%	78%	4%	485%	71%
BREJO SANTO (CE)	138%	85%	-26%	300%	73%

ROSÁRIO (MA)	138%	130%	30%	41%	53%
SANTANA DO IPANEMA (AL)	138%	58%	-35%	30%	53%
BAIXADA MARANHENSE (MA)	138%	111%	-2%	148%	62%
SÃO RAIMUNDO NONATO (PI)	137%	108%	21%	224%	87%
CARIRI (CE)	136%	75%	100%	7%	63%
VALENÇA (BA)	136%	80%	8%	364%	67%
BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	136%	97%	-21%	171%	79%
FLORIANO (PI)	133%	83%	140%	176%	119%
LITORAL PIAUIENSE (PI)	132%	91%	17%	139%	83%
PIO IX (PI)	131%	92%	11%	286%	71%
PORTO FRANCO (MA)	131%	126%	15%	975%	98%
LITORAL DE CAMOCIM E ACARAÚ (CE)	130%	77%	14%	135%	63%
ITAPECURU MIRIM (MA)	129%	140%	-24%	364%	63%
CAMPO MAIOR (PI)	126%	97%	-2%	230%	87%
FEIRA DE SANTANA (BA)	126%	67%	-37%	228%	83%
VALE DO IPANEMA (PE)	126%	65%	10%	728%	54%
MÉDIO JAGUARIBE (CE)	124%	49%	-33%	21%	44%
SERTÃO DE QUIXERAMOBIM (CE)	124%	68%	-29%	79%	40%
CARIRA (SE)	124%	47%	9%	11%	34%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021) e IpeaData (2018).

A análise para o PIB per capita, por fim, também contou com o cálculo médio dos valores para os anos de 2002-04 e 2016-18 e com a anotação do crescimento entre estes. Como uma variável indicativa do grau de desenvolvimento econômico de uma região, a sua variação dentre os períodos se torna um objeto de interesse para comparar com o crescimento tanto dos serviços privados como públicos. O cálculo da correlação entre o crescimento dos serviços públicos no período e o crescimento do PIB per capita é da ordem de uma correlação positiva de 30%. Por outro lado, o mesmo cálculo anterior feito para o crescimento dos serviços privados e para o crescimento do PIB per capita é da ordem de uma correlação positiva de 70%. Fica assim bastante claro que o crescimento da renda per capita dos cidadãos nordestinos se associa muito mais com o crescimento de serviços privados. Esse resultado também vai ao encontro da interpretação tirada da Lei de Engel. Uma vez que a

maior quantidade de serviços não essenciais se encontram justamente no grupo privado, as repercussões das variações na renda serão mais sentidas no conjunto das atividades privadas.

2.6 Considerações Finais

Os ramos de serviços públicos e privados possuem diferentes características, principalmente no que diz respeito às diferenças de produtividade. Logo, a separação imposta ao analisar separadamente cada setor tornou possível obter um olhar diferenciado sobre as diferenças regionais e sobre as mudanças estruturais que ocorreram ou não dentro dessas duas primeiras décadas do século 21.

Os dados do setor terciário de 2002 até 2018 apontam que no âmbito dos serviços públicos, a Região Sudeste lidera com folga em termos de volume o setor ao longo de todo o período. Ainda em termos de volume, é notório o avanço das demais regiões frente o Sudeste, que é a única região a crescer consideravelmente abaixo do Brasil como um todo. O Nordeste, como segunda maior região nesse grupo de atividades, também é a segunda que mais cresceu, o que faz com que se mantenha no período a importância do setor na região. Os dados de participação do setor no PIB de cada região mostram dessa vez que praticamente não existiram mudanças estruturais nessas participações para as regiões ao longo do período, com as regiões relativamente menos desenvolvidas (Norte, Nordeste e Centro Oeste) com participação entre 20 e 25% e com as relativamente mais (Sudeste e Sul) com participação pouco superior a 10%.

As mesmas informações para os serviços privados dessa vez mostram uma dinâmica parecida, com apenas a Região Sudeste com crescimento abaixo do Brasil. O volume dessa vez do Sudeste é consideravelmente maior, com a região sozinha detendo aproximadamente 60% do valor total brasileiro ao longo do período. Dessa vez a Região Sul se encontra na segunda posição em volume, com o Nordeste em terceiro lugar. Porém o avanço do Nordeste, junto principalmente com o Centro Oeste, é consideravelmente maior que o registrado no Sul. Já o estudo das participações mostrou a liderança ao longo do tempo do Sudeste e Sul, porém seguidos não tão de longe pelo Nordeste e Centro Oeste. As regiões registraram ganhos praticamente iguais (na casa de 5%), apenas com o Norte (região de menor nível) com avanço mais abaixo (na casa de 1%).

É possível concluir que de fato há uma tendência de redução, para o país como um todo, nas diferenças inter-regionais para ambos os serviços públicos e privados. Porém, essa

redução não foi forte o suficiente para alterar consideravelmente o nível das participações no caso do setor público. Já no setor privado, apesar de uma certa melhora para quase todas as regiões, não ocorreu uma alteração significativa de posições entre o ano inicial e o final.

A análise dos serviços públicos dentro da Região Nordeste, primeiramente a nível de estados, mostrou um avanço do setor nos estados do Maranhão e do Piauí, que quase dobraram seus valores médios no período. Por outro lado, as demais regiões cresceram aproximadamente junto a média nordestina, que foi de 69%, com exceção apenas de Sergipe⁵¹. A análise das participações, apesar de não mostrar nenhuma mudança estrutural significativa revela o diferencial de nível ao longo do período dentre os estados. Por um lado, o estado da Bahia detém a menor participação média, de aproximadamente 17% do PIB. Do lado oposto, Paraíba e Piauí se revelam ser os estados com economia mais baseada nos serviços de origem pública, com média de aproximadamente 30% para todo período estudado.

O desempenho dos estados em relação aos serviços privados mostra uma expansão do setor em estados de menor valor adicionado como Alagoas, Rio Grande do Norte e Piauí, sendo este último destaque com crescimento bem acima dos demais. Por outro lado, estados de maior valor como Bahia e Pernambuco cresceram abaixo do Nordeste como um todo, evidenciando aqui um primeiro indício de diminuição das diferenças regionais para o setor privado. Os dados das participações no período apontaram uma melhora global do Nordeste como um todo (com exceção apenas do estado do Maranhão nesse caso), elevando o intervalo de posições dos estados (Figura 13).

O estudo das microrregiões por sua vez continuou a demonstrar um avanço do setor privado de serviços pelo Nordeste, com 140 regiões crescendo acima do Nordeste, e 86 dobrando seus valores médios no período (aproximadamente 45% do total). Microrregiões como Serra do Pereiro (CE), Baixo Curu (CE), Alto Médio Gurguéia (PI) e Lençóis Maranhenses (MA) se destacaram. O estudo do crescimento das participações do setor privado no PIB reforça a afirmação de expansão do mesmo, com apenas 12 das 188 microrregiões não registrando crescimento positivo. Apesar disto, o crescimento privado foi muito mais heterogêneo do que o público, com uma diferença maior entre os que mais cresceram do que com os que cresceram menos.

O crescimento do setor de serviços públicos, ao mostrar uma maior homogeneidade e registrando crescimento mais abaixo para aqueles que mais cresceram, parece indicar que para grande parte das regiões o setor apenas “acompanhou” o crescimento de outros setores da

⁵¹Sergipe também cresce significativamente abaixo dos demais estados nos serviços privados.

economia. Essa afirmação é corroborada ao verificar que 35% das microrregiões diminuíram o peso do setor público no PIB no período. Apesar disto ainda chama atenção a influência que estas atividades ainda exercem na economia nordestina, com 100 microrregiões possuindo participação acima de 35% para média 2016-18 e 43 registrando participação acima de 45% para a mesma média.

A distribuição relativa do setor público de serviços também não se alterou consideravelmente entre as maiores regiões e as menores (Tabela 18). Já com relação aos serviços privados há uma considerável redução das diferenças intrarregionais do setor no território nordestino, com decréscimo das áreas mais ricas das capitais dos estados (-9%), e crescimento das demais regiões: 25 maiores microrregiões (11,8%) e demais microrregiões (15,7%). Isso evidencia, portanto, que o crescimento do setor privado de serviços no Nordeste foi mais “democratizado”, na medida que espalhou mais as atividades.

Por último, a busca por uma associação ao crescimento dos serviços privados resultou que para aquelas microrregiões que mais cresceram em termos desses serviços, maior foi o número destas com crescimento considerável da indústria comparados com a agropecuária. Já a partir do cálculo do crescimento do PIB per capita pode-se perceber que este se associa muito mais com o crescimento dos serviços privados, sugerindo para este período em análise que as melhorias de bem-estar no Nordeste estiveram mais associadas com o crescimento do setor privado do que com o setor de serviços públicos.

Este trabalho, portanto, mostrou a distribuição do setor terciário nordestino e quais tendências essa conjuntura apresentou ao longo do período estudado. Porém a necessidade de estudos aprofundando essa análise se mostra necessária. Mais especificamente trabalhos que consigam avaliar melhor o desempenho dos diferentes subsetores dos serviços no Nordeste, em que pese os diferenciais de produtividade destes. Além disso, o mapeamento desses subsetores ao longo do território, apontando quais destes estão mais ou menos dinâmicos, parece algo interessante. Inspirado nisto, o próximo capítulo/artigo desta Tese busca uma abordagem nesse sentido, complementando, portanto, a discussão iniciada aqui.

3 A HETEROGENEIDADE DO SETOR TERCIÁRIO NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

3.1 Introdução

Este capítulo (artigo) possui o objetivo de ir além da discussão iniciada no capítulo anterior, buscando desta vez uma maior desagregação do setor de serviços. Pretende também observar esse setor a nível municipal dentro do território nordestino. Para tal, desta vez se toma por análise as características e transformações do mercado de trabalho formal do setor.

A crescente evolução do setor terciário na participação do produto e do emprego das economias em geral ao longo das últimas décadas têm colocado o setor em posição de protagonismo no que confere à dinâmica das regiões. A complexidade regional nordestina, com diferenças intrarregionais econômicas e sociais relevantes, confere, portanto, grande curiosidade no entendimento do padrão de composição e evolução dos variados subsetores dos serviços dentre as diversas sub-regiões.

O estudo dos vínculos empregatícios dos setores acaba por levantar questões acerca de outras variáveis relacionadas com estes, como é o caso dos salários pagos. Esta variável permite uma maior compreensão da produtividade do trabalho entre os setores estudados e entre períodos, o que incrementa melhor a caracterização dos locais onde determinados setores estão se tornando relevantes ou não. Por fim, os salários médios de cada setor refletem também a qualificação média do trabalhador em cada um destes, permitindo uma interpretação da região acerca de suas diferenças de capital humano.

O presente estudo busca em síntese responder às seguintes questões: Qual a composição e qual a dinâmica (desconcentração ou não) que os diferentes subsetores de serviços têm apresentado nos últimos anos no nordeste brasileiro? Quais municípios e subsetores têm apresentado um dinamismo local mais relevante? Qual a diferença entre o salário médio pago por cada subsetor? Quais os possíveis ganhos ou perdas na produtividade do trabalho que foram obtidos por cada subsetor no período? Essencialmente, para responder a tais questões, o trabalho buscou observar o comportamento de duas variáveis associadas ao mercado de trabalho formal (vínculos empregatícios e salário real médio), analisadas para diferentes categorias de serviços. Em determinado ponto, os municípios foram agrupados de modo a avaliar a evolução da concentração ou não das atividades. Portanto, este estudo

objetiva avaliar a heterogeneidade do setor terciário dentro da Região Nordeste, tanto entre seus subsetores, como entre regiões.

Este trabalho contém, além desta introdução, uma seção que trata da temática do desenvolvimento econômico e aborda um pouco da produtividade no setor de serviços. A seção seguinte continua falando da produtividade, desta vez observando sua relação com os salários e a qualificação dos trabalhadores. Logo após, a metodologia explica um pouco sobre os dados utilizados e como estes são utilizados no trabalho. A quinta seção deste capítulo apresenta os resultados separados por abordagem regional. E por fim, a última seção tece os comentários finais.

3.2 Desenvolvimento Econômico e Produtividade Setorial

De antemão, como este trabalho busca estudar o setor de serviços, observando a dinâmica do emprego para seus diferentes subsetores ao longo do tempo e, principalmente, observando as diferenças que esse desenvolvimento teve para diferentes regiões dentro do território nordestino, se busca brevemente apresentar como a literatura de desenvolvimento regional têm abordado os diferenciais de desenvolvimento entre as regiões.

A literatura citada, de maneira geral, é dividida em duas visões opostas acerca da dinâmica por trás dessas diferenças de desenvolvimento. Por um lado, se encontram os trabalhos dos estudiosos adeptos do modelo neoclássico de crescimento econômico de Solow (1956), que postula existir uma tendência de redução nas diferenças de rendas relativas entre economias distintas ao longo do tempo, gerando assim uma convergência destas rendas no longo prazo. Disputam com esta visão as teorias que sugerem haver, na verdade, uma tendência de divergência de renda entre economias regionais distintas, sugerindo um aumento nas diferenças econômicas ao longo do tempo.

Para autores associados com o modelo de Solow, tal como Baumol (1986), Kormendi e Meguire (1985) e Barro (1991), não haveria um “problema regional” a ser resolvido com políticas públicas específicas, uma vez que a taxa de crescimento da renda per capita de distintas regiões tendem a se equilibrar no longo prazo em um mesmo ponto. Já a linha teórica que postula a possibilidade de divergência de renda, incluindo autores como Myrdal (1960), Perroux (1967), Hirschman (1958) e Kaldor (1970), afirma que o próprio mercado tende a aumentar as disparidades de renda entre regiões, uma vez observadas as diferenças que distinguem as localidades mais ricas das menos desenvolvidas. Nessa linha de raciocínio, Myrdal (1960) argumenta que as migrações dos fatores de produção ocorrem na

direção das regiões mais desenvolvidas, pelo seu maior dinamismo, com o que seria acentuada a concentração regional de renda. Assim, políticas públicas específicas seriam necessárias para reverter a concentração e beneficiar regiões mais deprimidas.

No contexto brasileiro, alguns autores buscaram verificar a hipótese de convergência embasada no modelo de Solow, com resultados não conclusivos. Azzoni (1997), por exemplo, conclui pela permanência da concentração de renda a favor da Região Sudeste, não encontrando um processo de convergência absoluta na economia brasileira, mas sim, convergência condicional. Também, Lima et al. (2010) não confirmaram a hipótese da convergência de renda entre os estados do Brasil. Em contraste, Ferreira e Diniz (1995), Ferreira e Ellery Júnior (1996) e Ferreira (2000), verificaram convergência nos estados brasileiros (apud ASSIS; MARQUES, 2015).

Apesar da importância da literatura acima para fins de embasamento e analogia com alguns resultados de concentração/desconcentração dos serviços a serem vistos mais adiante, ela apenas elucida uma parte daquilo que o trabalho acaba contando. Como os trabalhos acima tendem a utilizar como base o PIB per capita como medida comparativa, a analogia acaba fazendo mais sentido quando observados o grupo de setores mais dinâmicos, responsáveis por de fato desconcentrar ou não a economia regional em um dado período de tempo. Como bem destacado por Silva, Negri e Kubota (2006), desde a segunda metade do século XX o setor de serviços vem registrando uma crescente na participação do setor tanto no produto como no emprego das economias em geral. De fato, aparentemente, nessas regiões o dinamismo foi se transferindo do setor industrial para o setor terciário⁵². Arbach (2015) complementa ainda afirmando que para o Brasil em 2012, os serviços respondiam por 72,3% do total do emprego e que nos anos seguintes observados, 83 de cada 100 novos vínculos criados no setor formal era oriundo do setor.

No entanto, este trabalho ao desagregar mais as atividades terciárias obtém um olhar mais global de quais atividades estão ou não se tornando relevantes. Atividades estas heterogêneas o suficiente para produzirem serviços de diferentes valores agregados e com diferentes níveis de produtividade. Normalmente, as atividades mais intensivas em conhecimento, que empregam um maior número de trabalhadores com maior qualificação, são aquelas mais dinâmicas. Exemplos são os setores de comunicações e as atividades financeiras.

⁵²O movimento de perda proporcional das atividades industriais têm sido chamado por alguns autores de “desindustrialização”, para estudos sobre o tema dentro do Brasil ver: Azzoni (2005), Spindola e Lima (2017) e Oliveira, Machado e Mattos (2020).

Arbache (2015) novamente, utilizando a produtividade do trabalho anual como parâmetro⁵³ no ano de 2013 verificou que entre alguns dos serviços mais produtivos no Brasil estavam: transporte aéreo e dutoviário, atividades imobiliárias, serviços audiovisuais e técnico-profissionais, serviços financeiros e tecnologia da informação (média de aproximadamente R\$ 110 mil). Em contrapartida, serviços pessoais, de alojamento, de alimentação, de manutenção e reparação de veículos e, de atividades de ensino continuado, ficaram entre os de menor produtividade (média de aproximadamente R\$ 20 mil). A elevada heterogeneidade do setor fica evidente ao notar, por exemplo, que o setor aéreo tem produtividade oito vezes mais que o setor de serviços pessoais.

A seção a seguir continua discutindo o setor terciário, ainda debatendo a produtividade do setor, incluindo desta vez sua relação com os salários e com a qualificação dos trabalhadores.

3.3 Produtividade do Trabalho, Salário Médio e Qualificação do Trabalhador

Este trabalho ao avaliar a variação do salário real médio em cada setor no período de quase duas décadas fornece uma interessante interpretação em termos de produtividade do trabalho. De fato, os salários médios e a produtividade do trabalho são variáveis fortemente correlacionadas e as variações em uma refletem razoavelmente a variação na outra, tanto no tempo como entre setores.

O trabalho de Arbache (2015) fornece uma boa análise da relação entre remuneração e produtividade entre os setores de serviços. O autor mostra a forte correlação entre as variáveis para os setores e mostra as diferenças de apropriação da produtividade para os trabalhadores. Em segmentos como manutenção e reparação de automóveis, serviços de turismo, serviços pessoais e de alojamento, aproximadamente metade do produto por trabalhador transforma-se em remuneração. Uma explicação dada é que para muitos destes tipos de serviços ocorra um arranjo conhecido como meio a meio⁵⁴. Por outro lado, os setores cujo apropriação tendem a ser menores são aqueles com uma tendência maior de

⁵³ A produtividade do trabalho, dada pelo produto dividido por alguma medida do trabalho, é uma das medidas de produtividade mais comumente utilizadas (outras medidas podem ser a produtividade do capital e a produtividade por unidade de consumo de energia elétrica). Messa (2014) argumenta que quanto maior for o período de análise, mais a produtividade do trabalho se aproxima do produtividade total dos fatores (essencialmente determinada pelo progresso tecnológico da economia).

⁵⁴ Neste arranjo, o funcionário fica com uma parte do valor do serviço, por exemplo 50%, com a outra parte ficando para o empresário, que fornece o espaço e equipamentos.

profissionalização e padrão tecnológico, como o caso de serviços de Tecnologia da Informação, serviços auxiliares financeiros e técnico-profissionais.

Já o trabalho de Bonelli e Fonseca (1998) também aborda essa relação dessa vez para ilustrar a apropriação que os salários tiveram sobre os ganhos de produtividade na indústria entre os anos 80 e 90. Após de fato mostrar que ambas as séries caminharam juntas no tempo estudado, os autores demonstram que neste caso houve uma tendência de aumento da apropriação salarial. Isto ilustra, portanto, uma associação entre estas variáveis também na indústria⁵⁵.

O estudo dos salários também elucida as diferenças setoriais entre a qualificação média dos trabalhadores. Apesar da limitação aqui de quantificar o número de trabalhadores por qualificação e conseqüentemente problemas distributivos estarem presentes na análise do salário médio, se conclui que este fornece uma boa indicação inicial da qualificação. Essa relação já é bem conhecida nos estudos que abordam a teoria do capital humano, literatura que tomou impulso a partir de trabalhos de economistas como Theodore Schultz e Gary Becker⁵⁶. Para esta linha de pensamento, o desenvolvimento econômico é influenciado decisivamente pelos fatores que afetam o capital humano do indivíduo (educação, saúde, treinamento e entre outros) e, conseqüentemente, sua renda. Do exposto, fica evidente a importância do estudo das diferenças salariais entre setores e entre diferentes regiões, de modo a obter uma melhor constatação das transformações socioeconômicas que diversas localidades podem ter tido no período.

A metodologia é apresentada na seção seguinte. São explicadas as informações que foram extraídas do setor formal e a maneira como o trabalho as utilizou.

3.4 Metodologia

3.4.1 Base de Dados

Para executar as análises propostas neste trabalho foram utilizados dados advindos do Sistema Dado da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com informações coletadas entre os anos de 2002 e 2019. Essa fonte contém informações do setor formal da economia, e para este trabalho foram utilizados dados de vínculos empregatícios e massa salarial,

⁵⁵Como será visto mais adiante, para critérios de comparação, se calculou também variações nos vínculos e salários de alguns ramos industriais e da agricultura.

⁵⁶ Para trabalhos sobre capital humano destes autores ver: Schultz (1961) e Becker (2009). Para uma revisão sobre o tema ver: França (2005).

acessados para diferentes subsetores da economia nordestina⁵⁷. De acordo com Suzigan, Garcia e Furtado (2005), a principal vantagem da RAIS é a elevada desagregação setorial e geográfica dos dados. Isso torna possível, sem a necessidade de recursos a tabulações especiais, obter e processar diretamente os dados desagregados, em termos espaciais e setoriais. Além disso, a RAIS apresenta um grau relativamente elevado de uniformidade, que permite comparar a distribuição dos setores da atividade econômica ao longo do tempo. Para desinflacionar os dados de salários, se utilizou o Deflator Implícito do PIB, calculado usando as séries do PIB real e nominal do Brasil, coletados através do IBGE.

Obviamente, o uso dos dados da RAIS não inclui o mercado informal, sendo uma limitação por tanto. Porém, o trabalho ainda assim se mostra relevante, principalmente na observação das atividades de maior potencial dinâmico, uma vez que se acredita que a parcela maior da informalidade esteja justo nas atividades de menor produtividade e valor agregado.

3.4.2 Abordagem Empírica

Buscando avaliar de forma mais desagregada o comportamento do setor terciário nordestino a partir dos anos 2000, o trabalho se divide em três partes (uma seção para cada análise nos resultados). Primeiro se buscou avaliar o nível e o crescimento dos setores de serviços (comparando com outros setores econômicos quando conveniente) no período para todo o território nordestino, em termos de vínculos e de salário real. Este último, calculado a partir da divisão entre a massa salarial do setor e os vínculos deste. Para tal, se utiliza a metodologia do cálculo de médias aritméticas dos anos iniciais e finais das séries estudadas. Através dessa metodologia é possível observar a variação percentual dos dados e amenizar a implicação da ocorrência de algum dado atípico em algum ano, por conta de algum fator não esperado e localizado. O cálculo de participações dos vínculos, para o total do Nordeste e para o total do setor terciário, complementa a análise nessa parte.

A segunda parte segue de perto a metodologia da primeira, porém dessa vez desagregando para ver as repercussões ocorridas dentre os estados. Nesse ponto, já é possível observar alguns padrões intrarregionais de dinâmica dos setores. Por fim, a terceira parte analisa os vínculos empregatícios dos municípios, com o principal objetivo de estudar a

⁵⁷Para este trabalho se utilizou a categoria de subsetores do IBGE (IBGE subsetor), o qual inclui nove segmentos de serviços: comércio varejista; comércio atacadista; instituições de crédito, seguros e capitalização; com e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos; setor de transportes e comunicações; serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação; serviços médicos, odontológicos e veterinários; atividades de ensino e; administração pública direta e autárquica.

variação da concentração ou não das atividades privadas ao longo da região. Para tal, se separou os municípios em grupos levando em consideração o critério de tamanho dos mesmos. Para isto, se levou em conta o tamanho de cada localidade em termos de empregos totais do setor privado de serviços para a média inicial estudada⁵⁸. Por fim, para fins de destacar determinadas localidades mais relevantes se estabeleceu um critério adicional além do crescimento observado de vínculos. A existência de municípios com a média de empregos no período inicial muito pequena ou nula limita o uso dessa medida como critério de comparação. Desse modo se buscou estabelecer uma variação mínima de vínculos para cada setor no período (dado as características da distribuição dos vínculos entre as localidades para cada atividade), de modo a eliminar localidades com pouca ou quase nenhuma relevância para o setor estudado.

3.5 Análise dos Resultados

3.5.1 Dinâmica Região Nordeste

Observando inicialmente a composição e a variação do setor formal da economia nordestina como um todo, a Tabela 21 resume essas informações para os vínculos empregatícios de diversos subsetores industriais e de serviços, além do setor agrícola⁵⁹:

⁵⁸ Uma vez que se espera que as atividades terciárias sejam mais ligados ao meio urbano, faz sentido separar os municípios por esse critério para avaliar a dinâmica de cada setor.

⁵⁹ Para uma tabela similar contendo as informações da massa salarial dos setores olhar tabela do Apêndice O.

Tabela 21 – Região Nordeste: Vínculos Empregatícios – Subsetores do IBGE: Setor Primário (Agricultura), Setores Industriais e Setores de Serviços – Médias (2002-04) e (2017-19) (Arredondadas sem Casas Decimais) e Crescimento das Médias

IBGE SUBSETORES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMEN TO
AGRICULTURA	215.174	245.103	14%
EXTRATIVA MINERAL	23.002	36.031	57%
PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	46.284	68.647	48%
INDÚSTRIA METALÚRGICA	31.039	50.529	63%
INDÚSTRIA MECÂNICA	11.080	28.003	153%
INDÚSTRIA DO MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÃO	8.554	15.230	78%
MATERIAL DE TRANSPORTE	9.922	30.503	207%
MADEIRA E MOBILIÁRIO	22.291	30.501	37%
INDÚSTRIA DO PAPEL E GRÁFICA	27.613	37.191	35%
INDÚSTRIA DA BORRACHA, FUMO, COUROS E OUTROS	20.095	27.783	38%
INDÚSTRIA QUÍMICA	52.541	95.214	81%
INDÚSTRIA TÊXTIL	121.277	140.612	16%
INDÚSTRIA CALÇADOS	67.889	103.348	52%
ALIMENTOS E BEBIDAS	261.488	319.085	22%
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	64.178	88.154	37%
CONSTRUÇÃO CIVIL	204.194	355.263	74%
TOTAL INDÚSTRIA	971.448	1.426.095	47%
COMÉRCIO VAREJISTA	653.548	1.320.355	102%
COMÉRCIO ATACADISTA	111.957	271.700	143%
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	63.160	96.610	53%
VALORES MOBILIÁRIOS, ADM. DE IMÓVEIS E OUTROS	404.353	922.534	128%
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	193.662	352.721	82%
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO E OUTROS	397.261	650.216	64%
SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS. E VETERINÁRIOS	162.236	380.418	134%
ENSINO	160.200	410.306	156%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.783.506	2.503.708	40%
TOTAL SERVIÇOS	3.929.883	6.908.567	76%
TOTAL SERVIÇOS PRIVADOS	2.146.377	4.404.859	105%
TOTAL NORDESTE	5.116.506	8.579.765	68%

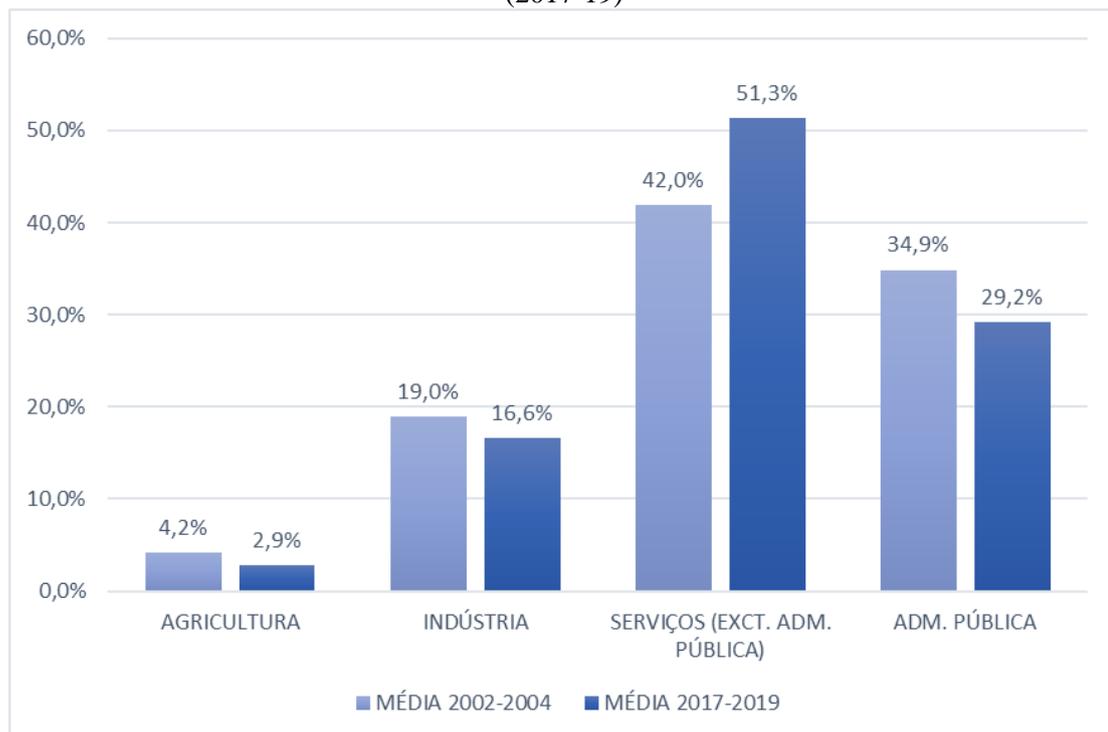
Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

As informações mostram a enorme influência exercida pelo setor de serviços no Nordeste, com os serviços privados e públicos combinados correspondendo a pouco mais de 80% do emprego formal nordestino para a média de 2017-19. Em relação às mudanças ocorridas no período estudado, a primeira informação relevante a ser observada é o crescimento bem maior dos serviços privados (105%) frente aos demais setores: total da

indústria (47%), agricultura (14%) e serviços da administração pública (40%). O crescimento total dos vínculos nordestinos, conseqüentemente, foi de 68%, com apenas os serviços privados com valor superior. A composição setorial do emprego formal nordestino e sua variação observada são resumidas pela Figura 14, que ilustra o avanço na participação do setor privado de serviços em detrimento do recuo de todos os demais setores.

Apesar da existência no período estudado de exceções ao crescimento baixo dos vínculos dentro dos setores industriais, como os casos da indústria mecânica (153%) e da indústria do material de transporte (207%), se confirma dentro do Nordeste o fenômeno da “desindustrialização “. E assim como relatado por outros autores já citados, como Azzoni (2005) e Oliveira, Machado e Mattos (2020), essa perda é ocupada pelo conjunto das atividades terciárias.

Figura 14 – Região Nordeste: Composição Setorial do Emprego Formal no Nordeste Brasileiro – Agricultura, Indústria, Serviços (Exceto Adm. Pública) e Adm. Pública - Médias de (2002-04) e (2017-19)



Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Olhando agora o que aconteceu com os subsetores das atividades terciárias no período observa-se uma confirmação do quão heterogêneo é o dinamismo do setor de serviços. De um lado estão setores que lograram crescimento acima de 100%, e do outro aqueles com crescimento inferior. As atividades de ensino foram o grupo setorial que logrou maior

crescimento, ao passo que as atividades financeiras foram o que menos cresceu⁶⁰. Chama atenção esse resultado das instituições financeiras, uma vez que é entendido ser um dos setores com maior potencial dinâmico dentro dos serviços e, como será melhor visto adiante, é o setor que melhor paga salários no Nordeste.

A Tabela 22 complementa a discussão acima apresentando a participação setorial no total do emprego nordestino. O setor financeiro (-9%) e o setor de alojamento, alimentação, manutenção e outros (-2%), são os únicos a perder participação no período, o primeiro como já mencionado de potencial mais dinâmico, empregando mão de obra mais qualificada, já o segundo de caráter mais tradicional e de relativo menor valor agregado. Por outro lado, ganham participação no período, por exemplo, os dois tipos de comércio, com ganho um pouco maior para o setor de atacado (45%).

Um adendo na comparação dos serviços com a indústria é que de fato se constata que a grande maioria dos setores industriais perderam participação. Apenas 5 de 15 subsetores industriais não apresentaram essa diminuição, são eles: Indústria Mecânica, Indústria do Material Elétrico e de Comunicações, Indústria do Material de Transporte, Indústria Química e Construção Civil.

⁶⁰Uma possível explicação para este desempenho do setor financeiro é que provavelmente este seja um dos setores que mais sofreram mudanças na maneira de fornecer muitos de seus serviços. Além do aumento da mecanização, o maior acesso a formas virtuais de serviços pode ter diminuído a demanda por determinados trabalhadores que antes cumpriam essas tarefas.

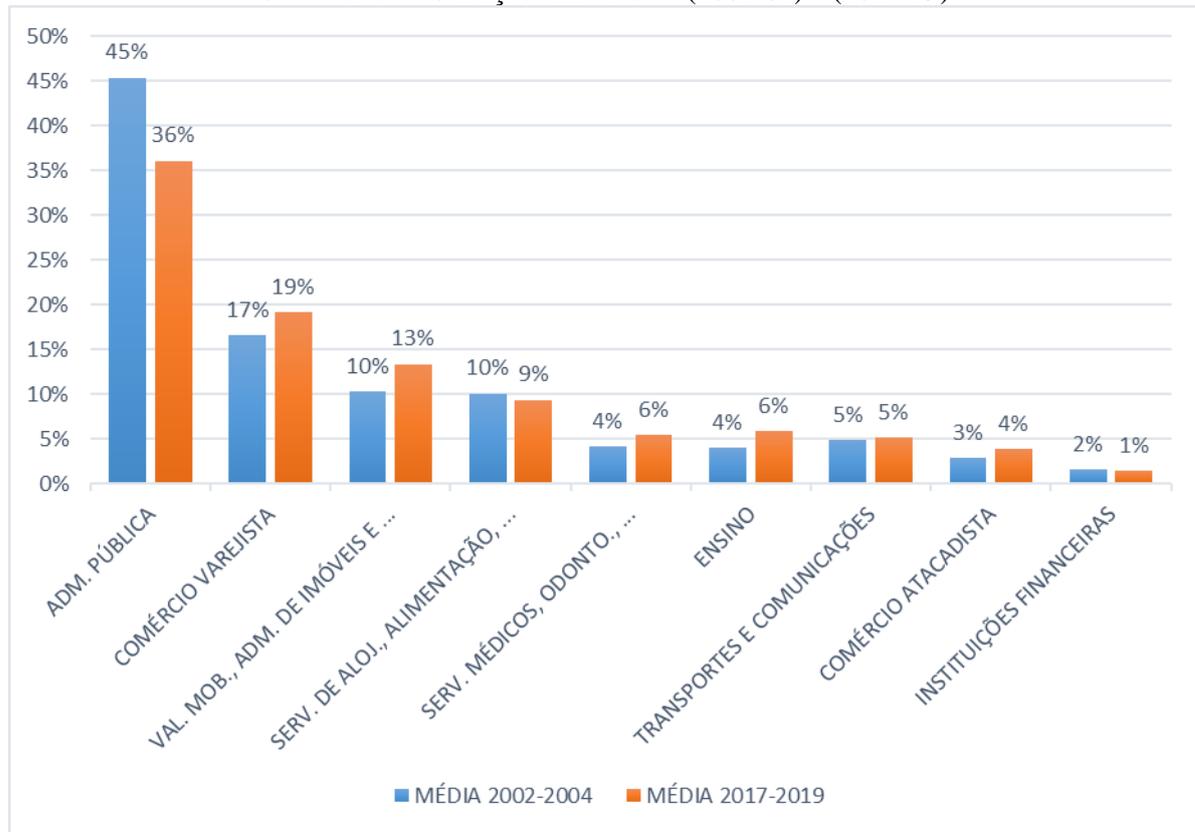
Tabela 22 – Participação Setorial no Total de Vínculos Empregatícios da Região Nordeste – Subsetores do IBGE: Setor Primário (Agricultura), Setores Industriais e Setores de Serviços – Médias (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

IBGE SUBSETORES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
AGRICULTURA	4,20%	2,86%	-32%
EXTRATIVA MINERAL	0,45%	0,42%	-7%
PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	0,91%	0,80%	-12%
INDÚSTRIA METALÚRGICA	0,61%	0,59%	-3%
INDÚSTRIA MECÂNICA	0,22%	0,33%	51%
INDÚSTRIA DO MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÃO	0,17%	0,18%	6%
MATERIAL DE TRANSPORTE	0,19%	0,36%	84%
MADEIRA E MOBILIÁRIO	0,44%	0,36%	-18%
INDÚSTRIA DO PAPEL E GRÁFICA	0,54%	0,43%	-20%
INDÚSTRIA DA BORRACHA, FUMO, COUROS E OUTROS	0,39%	0,32%	-17%
INDÚSTRIA QUÍMICA	1,03%	1,11%	8%
INDÚSTRIA TÊXTIL	2,37%	1,64%	-31%
INDÚSTRIA CALÇADOS	1,32%	1,20%	-9%
ALIMENTOS E BEBIDAS	5,11%	3,72%	-27%
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	1,26%	1,03%	-18%
CONSTRUÇÃO CIVIL	4,00%	4,14%	4%
TOTAL INDÚSTRIA	18,99%	16,62%	-12%
COMÉRCIO VAREJISTA	12,76%	15,39%	21%
COMÉRCIO ATACADISTA	2,18%	3,17%	45%
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1,24%	1,13%	-9%
VALORES MOBILIÁRIOS, ADM. DE IMÓVEIS E OUTROS	7,90%	10,75%	36%
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	3,79%	4,11%	8%
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO E OUTROS	7,77%	7,58%	-2%
SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E VETERINÁRIOS	3,17%	4,43%	40%
ENSINO	3,13%	4,78%	53%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	34,86%	29,18%	-16%
TOTAL SERVIÇOS	76,81%	80,52%	5%
TOTAL SERVIÇOS PRIVADOS	41,95%	51,34%	22%
TOTAL NORDESTE	100,00%	100,00%	0%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Para lograr uma ideia melhor da composição e da variação dos serviços na Região Nordeste, a Figura 15 mostra a distribuição da participação dos subsetores no total dos serviços, para ambas as médias inicial e final.

Figura 15 – Região Nordeste: Composição Setorial do Emprego Formal no Setor Terciário – Subsetores de Serviços - Médias de (2002-04) e (2017-19)



Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

É notório mais uma vez o enorme peso ainda vigente das atividades públicas no emprego formal nordestino, apesar de considerável queda. O comércio varejista, mais tradicional e comum para quase todas as localidades, fica em segundo lugar, aumentando sua participação para quase 20% na última média. O setor que inclui atividades imobiliárias, valores mobiliários e serviços técnicos (setor heterogêneo, porém com atividades consideradas modernas como as atividades imobiliárias) e, o setor de alojamento, alimentação e outros, vem ambos logo em seguida, registrando aumento e queda respectivamente. Em um nível intermediário, mas registrando aumento, estão as atividades de saúde (serviços médicos, odontológicos e veterinários) e, as atividades de ensino. O crescimento destas atividades é bem-vinda dada as características dos serviços produzidos e o emprego de mão de obra mais especializada. De fato, o crescimento dos setores privados de saúde e educação podem complementar a atuação pública dessas atividades em muitas localidades⁶¹, possivelmente gerando maiores ganhos de bem-estar médio nas populações locais.

⁶¹Importante a correta classificação das atividades de ensino e saúde públicas dentro do escopo dos serviços públicos fornecidos pela Adm. Pública: Adm. Pública Direta (Ex: escolas e hospitais públicos) e Adm. Pública Indireta (Ex: universidades federais).

Por fim, as atividades que registraram o menor peso dentre o setor terciário nordestino para a média mais recente estudada foram em ordem decrescente: Transportes e Comunicações, Comércio Atacadista e Instituições Financeiras. A importante atividade de Transportes e Comunicações praticamente não registrou variação relevante em sua participação no período, permanecendo praticamente igual. Já as atividades de atacado cresceram levemente na região, fazendo com que ambos os tipos de comércio tenham sofrido ampliação da participação. Por último, aqui mais uma vez fica clara a redução sofrida pelas atividades financeiras, reduzindo para aproximadamente 1% sua participação no setor terciário na média de 2017-19.

No intuito de realizar uma comparação do quadro nordestino com o do país como um todo, a Tabela 23 mostra os resultados setoriais dos vínculos empregatícios desta vez para todo o Brasil:

Tabela 23 – Brasil: Vínculos Empregatícios – Subsetores do IBGE: Setor Primário (Agricultura), Setores Industriais e Setores de Serviços – Médias (2002-04) e (2017-19) (Arredondadas sem Casas Decimais) e Crescimento das Médias

IBGE SUBSETORES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
AGRICULTURA	1.217.182	1.487.224	22%
EXTRATIVA MINERAL	128.709	215.742	68%
PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	284.748	355.854	25%
INDÚSTRIA METALÚRGICA	543.425	628.507	16%
INDÚSTRIA MECÂNICA	322.271	526.629	63%
INDÚSTRIA DO MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÃO	192.840	231.683	20%
MATERIAL DE TRANSPORTE	344.449	460.237	34%
MADEIRA E MOBILIÁRIO	425.924	399.678	-6%
INDÚSTRIA DO PAPEL E GRÁFICA	313.416	335.467	7%
INDÚSTRIA DA BORRACHA, FUMO, COUROS E OUTROS	254.161	294.708	16%
INDÚSTRIA QUÍMICA	573.851	870.072	52%
INDÚSTRIA TÊXTIL	752.913	814.851	8%
INDÚSTRIA CALÇADOS	282.413	271.956	-4%
ALIMENTOS E BEBIDAS	1.207.185	1.923.165	59%
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	319.047	435.879	37%
CONSTRUÇÃO CIVIL	1.091.057	1.850.518	70%
TOTAL INDÚSTRIA	7.036.410	9.614.946	37%
COMÉRCIO VAREJISTA	4.360.764	7.591.335	74%
COMÉRCIO ATACADISTA	816.994	1.632.581	100%
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	578.832	876.465	51%
VALORES MOBILIÁRIOS, ADM. DE IMÓVEIS E OUTROS	2.814.682	5.395.036	92%
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	1.504.416	2.601.318	73%
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO E OUTROS	2.621.019	4.131.069	58%
SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS. E VETERINÁRIOS	1.031.843	2.143.729	108%
ENSINO	936.653	2.022.457	116%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6.959.693	9.046.906	30%
TOTAL SERVIÇOS	21.624.896	35.440.895	64%
TOTAL SERVIÇOS PRIVADOS	14.665.203	26.393.990	80%
TOTAL BRASIL	29.878.488	46.543.066	56%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Chama atenção inicialmente que, com um crescimento total nacional de vínculos de 56%, o Nordeste se mantém com um crescimento maior também no mercado de trabalho

formal (crescimento de 68%)⁶². Além disso, a Região Nordeste cresceu mais que o Brasil também em termos de Serviços Privados, Serviços da Administração Pública e Indústria. A única exceção foi a agricultura formal, que com um crescimento dentro da região nordestina de 14%, foi superado em pouco pelo nacional de 22%.

Nas atividades industriais podem ser encontradas algumas distinções mais marcantes entre o Nordeste e o Brasil: em Materiais de Transporte, a região nordestina cresceu bem acima do Brasil (207% e 34%, respectivamente); também na Mecânica (153% e 63%), em Material Elétrico (78% e 20%) e na Química (81% e 52%). Nos casos de Alimentos (22% e 59%) e Extrativa Mineral (57% e 68%) ocorreu uma dinâmica menor no Nordeste, o que pode decorrer das menores potencialidades regionais nesses segmentos. O movimento diferenciado bem maior no Nordeste, como visto, em setores industriais importantes e encadeadores, como os citados, leva a crer que o Nordeste beneficiou-se das deslocalizações de alguns setores, que podem ter sido induzidas por políticas públicas e pelos menores custos de mão de obra.

A comparação com os subsetores dos serviços mostrou que todos os oito grupos aqui considerados cresceram mais no âmbito do Nordeste do que no Brasil. Alguns setores têm um destaque maior, como é o caso do setor de Ensino (crescimento: Nordeste (156%) e Brasil (116%)). Outros possuem crescimento mais próximo, como as Instituições Financeiras (crescimento: Nordeste (53%) e Brasil (51%)). Por último, chama atenção que considerando a média mais recente (2017-19), se observa mais uma evidencia do peso ainda forte que as atividades públicas têm na economia nordestina, ao constatar que a participação dos serviços privados do Nordeste no total do país é de 17%, ao passo que os serviços públicos é de 28%.

Passando para outro aspecto da análise, a Tabela 24 traz as informações do salário real de todos os setores estudados no período para a Região Nordeste. Como já debatido acima, se espera que setores com melhores médias de salários reflitam um maior nível de capacitação média de seus profissionais. Além disso as variações no salário real, como também já discutidas, podem ser consideradas uma aproximação razoável das mudanças na produtividade setorial. Apesar de ser importante afirmar que não necessariamente estas variações indicam se um setor está se tornando mais ou menos dinâmico.

⁶²Tal como visto no artigo/capítulo 1, no mesmo período, a Região Nordeste cresce mais do que o Brasil em termos de PIB real e PIB per capita real.

Tabela 24 – Região Nordeste: Salário Setorial Médio (A Preços Constantes de 2019) (R\$ 1) – Subsetores do IBGE: Setor Primário (Agricultura), Setores Industriais e Setores de Serviços – Médias (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

IBGE SUBSETOR	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
AGRICULTURA	1.134	1.481	31%
EXTRATIVA MINERAL	4.056	5.380	33%
PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	1.353	1.742	29%
INDÚSTRIA METALÚRGICA	2.529	2.559	1%
INDÚSTRIA MECÂNICA	2.559	2.157	-16%
INDÚSTRIA DO MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÃO	2.654	2.254	-15%
MATERIAL DE TRANSPORTE	3.136	3.259	4%
MADEIRA E MOBILIÁRIO	1.201	1.549	29%
INDÚSTRIA DO PAPEL E GRÁFICA	2.475	2.461	-1%
INDÚSTRIA DA BORRACHA, FUMO, COUROS E OUTROS	1.429	2.147	50%
INDÚSTRIA QUÍMICA	4.181	3.236	-23%
INDÚSTRIA TÊXTIL	1.177	1.367	16%
INDÚSTRIA CALÇADOS	1.127	1.315	17%
ALIMENTOS E BEBIDAS	1.424	1.723	21%
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	4.447	4.280	-4%
CONSTRUÇÃO CIVIL	1.617	1.945	20%
TOTAL INDÚSTRIA	1.922	2.166	13%
COMÉRCIO VAREJISTA	1.222	1.465	20%
COMÉRCIO ATACADISTA	1.644	2.027	23%
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	7.383	6.316	-14%
VALORES MOBILIÁRIOS, ADM. DE IMÓVEIS E OUTROS	1.747	1.769	1%
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	2.424	2.237	-8%
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO E OUTROS	1.332	1.660	25%
SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E VETERINÁRIOS	1.841	2.310	25%
ENSINO	2.353	3.601	53%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.415	3.388	40%
TOTAL SERVIÇOS	2.071	2.523	22%
TOTAL SERVIÇOS PRIVADOS	1.785	2.032	14%
TOTAL NORDESTE	2.003	2.434	22%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021) e na RAIS (2022).

De longe, o subsetor terciário que paga o melhor salário médio no período estudado dentro da Região Nordeste são as atividades financeiras, com valor médio de R\$ 6.316 para a média de 2017-19. Seguindo, no conjunto dos salários dos serviços privados, vem logo após os subsectores do Ensino (R\$ 3.601), Serviços Médicos, Odontológicos e Vet. (R\$ 2.310) e

Transportes e Comunicações (R\$ 2.237). De fato, estes setores são alguns dos que mais demandam profissionais com maior nível de especialização.

Já em relação a Adm. Pública, o setor possui um nível salarial relativamente elevado para todo o período, comparado com os demais setores econômicos, com média de R\$ 3.888 em 2017-19. Com uma gama variada de serviços públicos fornecidos (educação, saúde, segurança e outros), e ainda incluindo elementos da Adm. Pública Indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e outros), a variedade de tipos de funcionários públicos é elevada (com diferenças consideráveis de salários).

Dos subsetores industriais, há uma heterogeneidade de salários bastante clara. Enquanto os subsetores de Extrativa Mineral e Serviços Indust. de Utilidade Pública registram respectivamente salários de R\$ 5.380 e R\$ 4.280 na média de 2017-19, os ramos da Indústria Têxtil e da Indústria de Calçados apresentam remunerações que não ultrapassam o valor de R\$ 1.400. Seguindo, o total da indústria acaba por pagar um salário médio no montante de R\$ 2.166, valor este próximo ao total dos serviços (R\$ 2.523) e da média total da Região Nordeste (R\$ 2.434). O setor de agricultura, com salário de R\$ 1.481, acaba ficando um pouco mais abaixo dos demais.

Em relação a variação sofrida pelos salários no período, inicialmente é possível perceber que na média total do Nordeste houve aumento salarial de 22%. Esse crescimento é aproximadamente idêntico ao do total dos serviços. A indústria teve variação positiva um pouco mais baixa (13%) e a agricultura mais alta (31%). Este último setor por exemplo, apesar do crescimento baixo dos vínculos e consequente perda de participação logrou um bom incremento nos salários pagos no período. Nesse caso a explicação possível seja a própria involução relativa do setor, absorvendo proporcionalmente menos mão de obra. Além disso, é bem possível que a parte formalizada do setor tenha sido aquela que mais obteve ganhos técnicos no período⁶³.

Dentro do setor terciário, todos os subsetores registraram aumentos no salário real pago, com exceção apenas dos setores de Transporte e Comunicações (-8%) e Instituições Financeiras (-14%). É provável que para este último setor, essa queda salarial reflita a involução do setor no período, já mencionada pela perda de participação do emprego formal na região⁶⁴. Do lado oposto, as Atividades de Ensino lograram excelente crescimento de 53%,

⁶³Possivelmente dos setores aqui analisados a agricultura seja aquela de maior viés nos dados, dada a grande informalidade existente no campo.

⁶⁴Talvez as crises econômicas ocorridas ao longo do período em análise (como as crises iniciadas em 2008 e 2014) tenham impactado mais os serviços financeiros, possivelmente um dos mais voláteis dentre as atividades de serviços.

neste caso provavelmente refletindo um efeito dinâmico positivo do setor na região, dado o considerável crescimento dos vínculos empregatícios ocorrido.

Novamente no intuito de gerar comparações, a Tabela 25 traz os resultados dos salários médios setoriais para o Brasil:

Tabela 25 – Brasil: Salário Setorial Médio (A Preços Constantes de 2019) (R\$ 1) – Subsetores do IBGE: Setor Primário (Agricultura), Setores Industriais e Setores de Serviços – Médias (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

IBGE SUBSETORES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
AGRICULTURA	1.358	1.858	37%
EXTRATIVA MINERAL	4.685	6.328	35%
PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	2.137	2.355	10%
INDÚSTRIA METALÚRGICA	3.272	3.033	-7%
INDÚSTRIA MECÂNICA	3.963	3.553	-10%
INDÚSTRIA DO MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÃO	3.763	3.221	-14%
MATERIAL DE TRANSPORTE	5.270	4.507	-14%
MADEIRA E MOBILIÁRIO	1.601	2.002	25%
INDÚSTRIA DO PAPEL E GRÁFICA	3.526	3.251	-8%
INDÚSTRIA DA BORRACHA, FUMO, COUROS E OUTROS	2.731	2.789	2%
INDÚSTRIA QUÍMICA	4.252	4.197	-1%
INDÚSTRIA TÊXTIL	1.592	1.772	11%
INDÚSTRIA CALÇADOS	1.445	1.552	7%
ALIMENTOS E BEBIDAS	2.037	2.212	9%
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	5.407	4.804	-11%
CONSTRUÇÃO CIVIL	2.133	2.269	6%
TOTAL INDÚSTRIA	2.820	2.868	2%
COMÉRCIO VAREJISTA	1.625	1.829	13%
COMÉRCIO ATACADISTA	2.590	2.902	12%
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	7.872	6.706	-15%
VALORES MOBILIÁRIOS, ADM. DE IMÓVEIS E OUTROS	2.665	2.725	2%
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	3.007	2.819	-6%
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO E OUTROS	1.842	1.963	7%
SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS. E VETERINÁRIOS	2.559	2.859	12%
ENSINO	3.727	3.911	5%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.617	4.330	20%
TOTAL SERVIÇOS	2.864	3.043	6%
TOTAL SERVIÇOS PRIVADOS	2.506	2.602	4%
TOTAL BRASIL	2.792	2.969	6%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021) e na RAIS (2022)

A primeira constatação vista aqui é que a média salarial brasileira é maior que a nordestina tanto no início, como no fim do período (R\$ 2.969 ante R\$2.434 do Nordeste em 2017-19), apesar da diferença ter diminuído. O mesmo cenário se repete para os serviços privados, públicos e para a indústria, com o Brasil possuindo uma média salarial maior, apesar do maior crescimento dos salários no Nordeste. A única exceção é a agricultura, que apesar de possui um salário menor na Região Nordeste, ainda teve sua diferença para o salário nacional se ampliar um pouco.

A observação individual de cada subsetor privado de serviços mostrou que em todos eles a média salarial nacional é maior que a nordestina, para ambas as médias analisadas. Porém, nos grupos de Ensino, Serviços de Saúde, Serviços de Alojamento e outros, Comércio Atacadista e Varejista, houveram queda significativa nessa diferença (destaque importante para o ensino, que diminuiu uma diferença anterior de R\$ 1.374 para R\$ 310). Os demais grupos quase não tiveram mudanças, com o crescimento brasileiro e nordestino ficando muito próximos. Ainda assim, pode-se mencionar os Transportes e Comunicações, que decresceram seu salário um pouco mais no território nordestino (-8%, ante -6% do Brasil). Nota-se então que o diferencial de salários entre as médias do Brasil e do Nordeste persiste e é significativo. Isso pode indicar que economias de aglomeração e de escala importam e tornam mais lentas as deslocalizações na indústria. Por outro lado, indica também que há espaço para o Nordeste vir a atrair parte dessas atividades em função de seus menores custos do trabalho.

A próxima seção segue uma abordagem similar da apresentada aqui, porém dessa vez observando as informações para cada estado nordestino, obtendo um primeiro quadro acerca da “movimentação” na qual as atividades sofreram dentro do Nordeste no período estudado.

3.5.2 Dinâmica Estados Nordestinos

A perspectiva de olhar em separado os acontecimentos das mudanças no mercado de trabalho formal de vários setores em cada estado nordestino, fornece uma primeira visão sobre a heterogeneidade setorial entre as regiões do Nordeste. A Tabela 26 a seguir detalha, para o Nordeste e para cada estado nordestino, o número de vínculos nas duas médias analisadas e o seu crescimento, para os setores da Agricultura, Indústria, Serviços Privados e Serviços da Adm. Pública.

Tabela 26 – Estados Nordestinos e Nordeste: Vínculos Empregatícios – Agricultura, Indústria, Serviços (Exceto Adm. Pública) e Adm. Pública – Médias (2002-04) e (2017-19) (Arredondadas sem Casas Decimais) e Crescimento das Médias

AGRICULTURA			
ESTADO	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	8.281	19.382	134%
PIAUI	4.099	8.628	110%
CEARÁ	17.514	22.518	29%
RIO GRANDE DO NORTE	21.128	18.062	-15%
PARAÍBA	13.556	14.212	5%
PERNAMBUCO	54.618	51.755	-5%
ALAGOAS	15.080	10.316	-32%
SERGIPE	7.984	10.636	33%
BAHIA	72.914	89.595	23%
NORDESTE	215.174	245.103	14%
INDÚSTRIA			
ESTADO	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	43.021	77.749	81%
PIAUI	34.871	52.922	52%
CEARÁ	201.696	297.011	47%
RIO GRANDE DO NORTE	73.007	93.725	28%
PARAÍBA	70.532	102.854	46%
PERNAMBUCO	193.862	286.951	48%
ALAGOAS	97.004	93.172	-4%
SERGIPE	45.367	64.329	42%
BAHIA	212.090	357.381	69%
NORDESTE	971.448	1.426.095	47%
SERVIÇOS PRIVADOS			
ESTADO	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	142.607	343.610	141%
PIAUI	90.869	230.821	154%
CEARÁ	354.443	756.319	113%
RIO GRANDE DO NORTE	144.950	306.310	111%
PARAÍBA	121.893	284.155	133%
PERNAMBUCO	441.295	861.800	95%
ALAGOAS	103.044	228.924	122%
SERGIPE	94.391	201.107	113%
BAHIA	652.886	1.191.813	83%
NORDESTE	2.146.377	4.404.859	105%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
ESTADO	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	155.780	295.500	90%
PIAUI	119.240	164.004	38%

CEARÁ	252.618	395.891	57%
RIO GRANDE DO NORTE	136.944	175.311	28%
PARAÍBA	179.204	239.270	34%
PERNAMBUCO	286.452	385.088	34%
ALAGOAS	109.530	156.700	43%
SERGIPE	99.082	101.489	2%
BAHIA	444.657	590.455	33%
NORDESTE	1.783.506	2.503.708	40%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

A média mais recente de 2017-19 mostra que os estados com maior volume de empregos no setor formal agrícola são os estados da Bahia e Pernambuco⁶⁵. O crescimento dos vínculos por sua vez mostra cenários bastante destoantes. Enquanto os estados vizinhos do Maranhão e Piauí apresentam clara expansão, estados do leste nordestino como Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte lograram redução do número de empregos. A indústria por outro lado apresenta um crescimento dos vínculos um pouco mais homogêneo dentre os estados. Ainda assim se destaca o crescimento negativo do estado de Alagoas (-4%), e os bons crescimentos relativos obtidos pelo Maranhão (81%) e pela Bahia (69%).

Passando agora para o escopo dos serviços privados, fica bem evidente o avanço relevante desse grupo para quase toda a região. De um total de 9 estados, apenas dois não lograram crescer acima de 100%, apesar que o menor ainda teve crescimento considerável de 83% (Bahia). Os maiores crescimentos foram na Paraíba (133%), Maranhão (141%) e Piauí (154%). Já sobre os serviços públicos fornecidos pela Adm. Pública, a maioria dos estados flutua próximo a média nordestina (40%), as exceções ficam para o estado do Maranhão, com crescimento na casa dos 90%, e para o estado de Sergipe com crescimento próximo a zero (2%).

A Tabela 27 por sua vez mostra novamente para o Nordeste e para cada estado nordestino, o número de vínculos e o crescimento, desta vez para o conjunto dos subsetores dos serviços privados.

⁶⁵É provável que as áreas de irrigação do São Francisco e a região do cerrado no oeste da Bahia tenham grande peso nesse número.

Tabela 27 – Nordeste e Estados: Vínculos – Subsetores Priv. de Serviços – Médias (2002-04; 2017-19) (sem casas decimais) e Crescimento

ESTADO	COMÉRCIO VAREJISTA		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	48.821	120.345	147%
PIAUÍ	33.011	74.722	126%
CEARÁ	97.024	215.203	122%
RIO GRANDE DO NORTE	46.549	94.464	103%
PARAÍBA	38.402	85.466	123%
PERNAMBUCO	127.222	238.178	87%
ALAGOAS	34.908	72.144	107%
SERGIPE	30.143	54.700	81%
BAHIA	197.467	365.133	85%
NORDESTE	653.548	1.320.355	102%
ESTADO	COMÉRCIO ATACADISTA		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	7.875	27.368	248%
PIAUÍ	5.564	15.323	175%
CEARÁ	17.117	41.728	144%
RIO GRANDE DO NORTE	8.448	18.670	121%
PARAÍBA	6.408	19.327	202%
PERNAMBUCO	23.564	56.171	138%
ALAGOAS	5.174	13.804	167%
SERGIPE	3.397	10.439	207%
BAHIA	34.411	68.869	100%
NORDESTE	111.957	271.700	143%
ESTADO	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	4.488	6.659	48%
PIAUÍ	2.755	4.786	74%
CEARÁ	13.350	20.113	51%
RIO GRANDE DO NORTE	3.672	5.792	58%
PARAÍBA	3.328	6.744	103%
PERNAMBUCO	12.303	16.924	38%
ALAGOAS	2.587	4.764	84%
SERGIPE	3.017	5.485	82%
BAHIA	17.660	25.343	44%
NORDESTE	63.160	96.610	53%
ESTADO	VALORES MOBILIÁRIOS, ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E OUTROS		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	21.510	53.339	148%

PIAUÍ	9.209	40.728	342%
CEARÁ	63.732	187.686	194%
RIO GRANDE DO NORTE	26.389	73.351	178%
PARAÍBA	18.373	54.704	198%
PERNAMBUCO	93.734	196.328	109%
ALAGOAS	13.021	38.327	194%
SERGIPE	18.513	40.149	117%
BAHIA	139.872	237.921	70%
NORDESTE	404.353	922.534	128%
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES			
ESTADO	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	14.669	32.056	119%
PIAUÍ	7.740	12.753	65%
CEARÁ	29.182	57.615	97%
RIO GRANDE DO NORTE	11.443	18.256	60%
PARAÍBA	10.057	16.277	62%
PERNAMBUCO	39.954	75.202	88%
ALAGOAS	8.880	16.030	81%
SERGIPE	8.446	14.170	68%
BAHIA	63.290	110.362	74%
NORDESTE	193.662	352.721	82%
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OUTROS			
ESTADO	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	26.470	50.267	90%
PIAUÍ	17.126	35.375	107%
CEARÁ	79.442	109.631	38%
RIO GRANDE DO NORTE	26.776	42.851	60%
PARAÍBA	20.966	41.328	97%
PERNAMBUCO	82.006	124.199	51%
ALAGOAS	20.500	42.242	106%
SERGIPE	15.229	31.239	105%
BAHIA	108.745	173.083	59%
NORDESTE	397.261	650.216	64%
SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS. E VETERINÁRIOS			
ESTADO	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	9.937	28.761	189%
PIAUÍ	5.405	24.088	346%
CEARÁ	24.497	56.284	130%
RIO GRANDE DO NORTE	9.355	19.427	108%
PARAÍBA	10.654	19.862	86%
PERNAMBUCO	33.401	80.372	141%
ALAGOAS	8.793	19.349	120%

SERGIPE	7.345	23.979	226%
BAHIA	52.849	108.297	105%
NORDESTE	162.236	380.418	134%
ESTADO	ENSINO		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	8.838	24.814	181%
PIAUI	10.057	23.045	129%
CEARÁ	30.098	68.058	126%
RIO GRANDE DO NORTE	12.318	33.500	172%
PARAÍBA	13.704	40.446	195%
PERNAMBUCO	29.109	74.426	156%
ALAGOAS	9.181	22.265	143%
SERGIPE	8.301	20.947	152%
BAHIA	38.593	102.805	166%
NORDESTE	160.200	410.306	156%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Da tabela acima é possível observar que o setor comercial nordestino se expandiu consistentemente dentre todos os estados. Para o setor de Varejo, o crescimento dos estados se manteve próximo da média nordestina (102%), com bom crescimento sendo registrado no Maranhão (147%). Em relação ao Atacado, estados como Maranhão, Paraíba e Sergipe lograram crescer acima de 200%, com todos os demais crescendo acima de 100%.

Já nos serviços financeiros, apesar da involução do setor no Nordeste como um todo, ficam nítidos dois grupos mais ou menos distintos em relação ao dinamismo no período. Os estados da Paraíba (103%), Alagoas (84%), Sergipe (82%) e Piauí (74%) conseguiram uma razoável evolução. Os estados com um maior volume inicial de emprego, como é o caso da Bahia, Pernambuco e Ceará, puxaram para baixo o crescimento nordestino, com variação inferior à média nordestina de 53% (junto ao Maranhão). O que sugere uma desconcentração entre estados deste setor.

Mais “movimentações” podem ser vistas em outros setores. No ramo de Valores Mobiliários, Adm. de Imóveis e outros, chama atenção o crescimento muito acima dos demais do Piauí (342%) e o mais baixo da Bahia (70%). Já nos serviços de saúde (Médicos, Odontológicos e Veterinários), novamente o Piauí se destaca com crescimento de 346%, seguido por um excelente crescimento do estado de Sergipe, com 226%, enquanto no oposto a Paraíba vai mal com crescimento de apenas 86%. No conjunto dos tradicionais serviços de Alojamento, Alimentação, Manutenção e outros, também se nota o ímpeto de crescimento maior de estados como Piauí (107%), Alagoas (106%) e Sergipe (105%), enquanto no oposto o Ceará cresce muito abaixo com apenas 38%.

Nos demais subsetores, de Atividades de Ensino e Transportes e Comunicações, o crescimento se mostra um pouco mais homogêneo, com as variâncias calculadas dentre as menores e sem grandes diferenças (apesar do bom crescimento do estado do Maranhão no segundo subsetor mencionado, por exemplo). As Tabelas 28 e 29 a seguir mostram dessa vez as informações salariais dos setores no período:

Tabela 28 – Estados Nordestinos e Nordeste: Salário Setorial Médio (A Preços Constantes de 2019) (R\$ 1) – Agricultura, Indústria, Serviços (Exceto Adm. Pública) e Adm. Pública – Médias (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

ESTADO	AGRICULTURA		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	1.477	1.734	17%
PIAÚÍ	1.121	1.937	73%
CEARÁ	1.149	1.540	34%
RIO GRANDE DO NORTE	1.139	1.398	23%
PARAÍBA	1.161	1.384	19%
PERNAMBUCO	1.064	1.352	27%
ALAGOAS	1.056	1.299	23%
SERGIPE	1.235	1.219	-1%
BAHIA	1.139	1.528	34%
NORDESTE	1.134	1.481	31%
ESTADO	INDÚSTRIA		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	2.037	2.227	9%
PIAÚÍ	1.721	2.009	17%
CEARÁ	1.461	1.791	23%
RIO GRANDE DO NORTE	1.814	2.165	19%
PARAÍBA	1.471	1.778	21%
PERNAMBUCO	1.951	2.130	9%
ALAGOAS	1.540	1.882	22%
SERGIPE	2.225	2.353	6%
BAHIA	2.640	2.669	1%
NORDESTE	1.922	2.166	13%
ESTADO	SERVIÇOS PRIVADOS		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	1.619	1.927	19%
PIAÚÍ	1.571	1.982	26%
CEARÁ	1.744	2.051	18%
RIO GRANDE DO NORTE	1.645	2.033	24%
PARAÍBA	1.683	2.171	29%
PERNAMBUCO	1.862	2.058	11%
ALAGOAS	1.611	1.844	14%

ESTADO	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
SERGIPE	1.695	2.113	25%
BAHIA	1.910	2.030	6%
NORDESTE	1.785	2.032	14%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
ESTADO	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	2.469	3.174	29%
PIAUÍ	2.124	3.290	55%
CEARÁ	2.477	3.280	32%
RIO GRANDE DO NORTE	2.417	3.656	51%
PARAÍBA	2.122	2.617	23%
PERNAMBUCO	2.602	3.708	43%
ALAGOAS	2.331	3.207	38%
SERGIPE	2.703	3.797	40%
BAHIA	2.393	3.595	50%
NORDESTE	2.415	3.388	40%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021) e na RAIS (2022).

Tabela 29 – Estados Nordestinos e Nordeste: Salário Setorial Médio (A Preços Constantes de 2019) (R\$ 1) – Subsetores de Serviços Privados – Médias (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

ESTADO	COMÉRCIO VAREJISTA		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	1.123	1.455	30%
PIAUÍ	1.059	1.432	35%
CEARÁ	1.231	1.438	17%
RIO GRANDE DO NORTE	1.147	1.441	26%
PARAÍBA	1.209	1.430	18%
PERNAMBUCO	1.319	1.512	15%
ALAGOAS	1.166	1.398	20%
SERGIPE	1.171	1.486	27%
BAHIA	1.243	1.485	19%
NORDESTE	1.222	1.465	20%
ESTADO	COMÉRCIO ATACADISTA		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	1.420	2.120	49%
PIAUÍ	1.291	1.757	36%
CEARÁ	1.456	2.019	39%
RIO GRANDE DO NORTE	1.555	1.840	18%
PARAÍBA	1.419	1.855	31%
PERNAMBUCO	1.984	2.266	14%
ALAGOAS	1.518	1.665	10%
SERGIPE	1.331	2.018	52%
BAHIA	1.729	2.031	17%
NORDESTE	1.644	2.027	23%
ESTADO	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		

	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	7.006	6.228	-11%
PIAUÍ	6.951	6.016	-13%
CEARÁ	8.111	7.145	-12%
RIO GRANDE DO NORTE	6.802	6.166	-9%
PARAÍBA	7.570	6.079	-20%
PERNAMBUCO	7.009	6.182	-12%
ALAGOAS	7.423	5.977	-19%
SERGIPE	6.956	5.751	-17%
BAHIA	7.413	6.123	-17%
NORDESTE	7.383	6.316	-14%
VALORES MOBILIÁRIOS, ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E OUTROS			
ESTADO	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	1.366	1.714	25%
PIAUÍ	1.692	1.734	2%
CEARÁ	1.548	1.833	18%
RIO GRANDE DO NORTE	1.717	1.639	-5%
PARAÍBA	1.397	1.594	14%
PERNAMBUCO	1.866	1.861	0%
ALAGOAS	1.585	1.491	-6%
SERGIPE	1.514	1.722	14%
BAHIA	1.917	1.795	-6%
NORDESTE	1.747	1.769	1%
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES			
ESTADO	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	2.567	2.613	2%
PIAUÍ	2.186	2.035	-7%
CEARÁ	2.240	2.161	-4%
RIO GRANDE DO NORTE	2.335	2.209	-5%
PARAÍBA	2.221	2.109	-5%
PERNAMBUCO	2.482	2.325	-6%
ALAGOAS	2.222	2.020	-9%
SERGIPE	2.985	2.011	-33%
BAHIA	2.470	2.215	-10%
NORDESTE	2.424	2.237	-8%
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OUTROS			
ESTADO	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	1.169	1.558	33%
PIAUÍ	1.247	1.520	22%
CEARÁ	1.152	1.688	46%
RIO GRANDE DO NORTE	1.328	1.592	20%
PARAÍBA	1.375	1.572	14%

PERNAMBUCO	1.372	1.649	20%
ALAGOAS	1.242	1.558	25%
SERGIPE	1.252	1.613	29%
BAHIA	1.505	1.781	18%
NORDESTE	1.332	1.660	25%
SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS. E VETERINÁRIOS			
ESTADO	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	1.763	1.986	13%
PIAÚÍ	1.077	2.652	146%
CEARÁ	1.612	2.482	54%
RIO GRANDE DO NORTE	1.387	1.804	30%
PARAÍBA	1.620	1.965	21%
PERNAMBUCO	1.881	2.347	25%
ALAGOAS	1.544	1.791	16%
SERGIPE	1.369	2.819	106%
BAHIA	2.252	2.338	4%
NORDESTE	1.841	2.310	25%
ENSINO			
ESTADO	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
MARANHÃO	2.068	3.134	52%
PIAÚÍ	2.119	3.489	65%
CEARÁ	2.337	3.242	39%
RIO GRANDE DO NORTE	2.124	4.562	115%
PARAÍBA	2.190	4.756	117%
PERNAMBUCO	2.459	3.326	35%
ALAGOAS	2.043	3.596	76%
SERGIPE	2.032	3.604	77%
BAHIA	2.672	3.399	27%
NORDESTE	2.353	3.601	53%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021) e na RAIS (2022).

É possível observar que para o conjunto dos serviços privados, tanto a nível dos salários no fim do período como do crescimento observado, os valores se mostram mais próximos dentre os estados. O nível salarial no fim do período por exemplo varia de R\$ 1.844 (Alagoas) até R\$2.171 (Paraíba). O serviços públicos seguem um padrão similar, com a única exceção sendo o estado da Paraíba, que destoa com um salário médio menor (R\$ 2.617), sendo ainda o que menos cresceu (23%). Por outro lado, como comparação, os setores industrial e agrícola apresentam movimentações mais evidentes. No setor industrial, chama atenção por exemplo o baixo incremento relativo nos estados do Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Bahia, com este último quase não sofrendo alterações em seu salário médio. Já no setor formal agrícola, fica evidente a diferença da performance e do resultado final entre os

estados do Piauí (média final de 1.937, crescimento de 73%) e Sergipe (média final de 1.219, crescimento de -1%).

Para entender o impacto do crescimento sobre a distribuição final dos salários entre os estados se logrou calcular a diferença da variabilidade entre as médias estudadas. Com isso, se observou que para a indústria e para os serviços privados os salários (e conseqüentemente a produtividade do trabalho) se tornaram mais homogêneos dentre os estados ao fim do período, ocorrendo o oposto nos casos da agricultura e dos serviços da administração pública.

Já da Tabela 29 é possível observar situações interessantes como o caso dos salários dos serviços de saúde. Por um lado, Piauí e Sergipe mais que dobram suas médias salariais no período, ao passo que o estado da Bahia se mantém quase estacionado. Este cenário ocorre parecido para as atividades de ensino, outro setor mais dinâmico na análise dos vínculos. Dessa vez respondem com maior aumento o Rio Grande do Norte e a Paraíba, se elevando como os únicos com salário acima de R\$ 4.000. As demais atividades no geral apresentam uma uniformidade um pouco maior de variações salariais no período.

O cálculo da diferença entre a variância dos salários para as médias calculadas revelou dessa vez que, com exceção das atividades de ensino e dos serviços de saúde, todos os setores privados lograram reduzir as diferenças salariais entre os estados no período.

A próxima seção continua analisando o mercado de trabalho formal a nível de município, principalmente buscando estender o entendimento do quão desconcentradas ou não se tornaram as atividades privadas.

3.5.3 Dinâmica Municípios

Como já explicado, para a análise dos subsetores privados dos serviços feito nesta seção, os municípios nordestinos foram agrupados em 4 grupos de acordo com a quantidade de vínculos no conjunto dos serviços privados na média de 2002-04: Grupo 1 (acima de 20.000 vínculos), Grupo 2 (entre 1.000 e 20.000), Grupo 3 (entre 100 e 1.000), Grupo 4 (abaixo de 100 vínculos). A Tabela 30 a seguir detalha um pouco mais as características dos grupos:

Tabela 30 – Grupos de Municípios: Critério de Classificação com Base na Média de Vínculos em 2002-04 – Número de Municípios em Cada Grupo – Breve Descrição de Cada Grupo

GRUPO	CRITÉRIO	Nº DE MUNICÍPIOS	DESCRIÇÃO
GRUPO 1	Municípios com mais de 20.000 vínculos.	14	Inclui as 9 capitais dos estados e outros municípios de grande porte como Feira de Santa - BA, Campina Grande -PB e Jaboatão dos Guararapes -PE.
GRUPO 2	Municípios com vínculos acima de 1.000 até 20.000.	134	Inclui centros regionais de grande e médio porte como Caruaru - PE, Mossoró - RN, Juazeiro do Norte - CE, Serra Talhada - PE, Sousa - PB, Lagarto - SE, dentre outros.
GRUPO 3	Municípios com vínculos acima de 100 até 1.000.	451	Inclui outros municípios importantes de menor porte como Horizonte - CE, Coruripe - AL, Ouricuri - PE, Dom Pedro - MA, dentre outros.
GRUPO 4	Municípios com até 100 vínculos.	1.195	Demais municípios menores.

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Aqui vale destacar, inicialmente, a participação elevada do número de municípios com até 100 vínculos formais (66,6%), o que indica dispersão e o número relativamente reduzido de municípios que geram mais de 1.000 vínculos de emprego (8,25% do total dos municípios), denotando, mais uma vez, a heterogeneidade de situações.

A Tabela 31 por sua vez apresenta inicialmente o resultado dos grupos de municípios para o conjunto total do emprego dos serviços privados. Fica evidente que no período o crescimento foi diretamente proporcional a quanto menos complexo é o grupo em termos de tamanho dos municípios. Se constata, portanto, um movimento claro de espalhamento das atividades e de redução na diferença da quantidade de vínculos destes serviços entre centros urbanos maiores e menores no período. Esse resultado corrobora um dos resultados encontrados no Capítulo 2 (Artigo 2), que mostra a também diminuição da concentração regional dos serviços privados, desta vez em termos de valor agregado da atividade. Apesar da enorme disparidade ainda existente, com aproximadamente 67% dos municípios (Grupo 4) respondendo por quase 3% do total na média mais recente, se conclui por um aumento da desconcentração do setor no período.

Tabela 31 – Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios do Setor Privado de Serviços – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

GRUPO	SERVIÇOS PRIVADOS		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	1.432.472	2.711.611	89%
GRUPO 2	538.855	1.180.871	119%
GRUPO 3	145.706	386.241	165%
GRUPO 4	29.344	126.136	330%
NORDESTE	2.146.377	4.404.859	105%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Agora a curiosidade se volta para como se comportou cada subgrupo de serviços estudado, começando pelo Comércio Varejista, possivelmente o setor terciário mais comum e básico das necessidades humanas.

a) Comércio Varejista

A Tabela 32 traz a composição e o desempenho do emprego do comércio varejista no período. De antemão, sendo uma atividade mais básica e essencial se nota um maior espalhamento do setor entre os grupos na comparação com o total do serviços visto acima. Por exemplo, enquanto da Tabela 31 se infere que os 14 municípios do Grupo 1 respondiam por aproximadamente 67% do total do emprego na média inicial, esse resultado aqui se reduz para 58%.

Tabela 32 – Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios do Comércio Varejista – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

GRUPO	COMÉRCIO VAREJISTA		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	382.075	612.838	60%
GRUPO 2	193.221	440.234	128%
GRUPO 3	63.232	192.845	205%
GRUPO 4	15.021	74.438	396%
NORDESTE	653.548	1.320.355	102%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

O crescimento do Comercio Varejista dentre os grupos segue a mesma dinâmica da observada acima para todos os subsetores juntos. Uma diferença para o exemplo anterior é que o variação do Grupo 1 é menos intensa, e a do Grupo 4 mais intensa. Com isto é possível concluir que a diminuição da concentração aqui vista é maior.

Alguns municípios em destaque pelo crescimento de vínculos no período⁶⁶ foram: Itarema – CE (1.384%) e Formosa do Rio Preto - BA (1.005%) (Grupo 4); Jijoca de Jericoacoara – CE (1.359%) e Jucas – CE (976%) (Grupo 3); e Tutoia – MA (1.342%) e São José de Ribamar – MA (732%) (Grupo 2). Dos municípios do Grupo 1 o que melhor teve desempenho nesse caso foi Jaboatão dos Guararapes – PE, com 122% de crescimento no emprego. Os dados mostram ainda que quase não houve localidades onde o emprego não teve algum avanço, com apenas 17 destas com crescimento nulo ou negativo.

Por fim, uma curiosidade é a de que para o Grupo 4, ao final do período, o Comércio Varejista ainda responde por quase 60% de todo o emprego do setor terciário nestas localidades, o que representa até mesmo um aumento da participação em relação à média inicial. Isto realça a relevância que a atividade ainda possui nestes locais (no Grupo 1, por exemplo, a participação do setor no total dos serviços é por volta de 23% para o mesmo período).

b) Comércio Atacadista

O Comércio Atacadista por sua vez apresenta um comportamento similar ao Varejista, com decréscimo e ganho relativo do Grupo 1 e 4 respectivamente em relação aos demais, o que indica desconcentração. Porém para este caso, o Grupo 3 tem um crescimento mais baixo que o Grupo 2, o que pode sugerir que muitas das cidades médias do Grupo 2 tiveram mais ímpeto de atração de investimento nessa área. De fato, o atacado ao contrário do varejo, possui uma tendência maior a se localizar em cidades maiores, muitas vezes servindo de base não só para suprir a demanda local, como para abastecer vizinhanças menores.

Tabela 33 – Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios do Comércio Atacadista – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

GRUPO	COMÉRCIO ATACADISTA		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	67.444	142.774	112%
GRUPO 2	35.662	101.969	186%
GRUPO 3	8.051	21.544	168%
GRUPO 4	800	5.413	577%
NORDESTE	111.957	271.700	143%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Nesse entendimento, municípios do Grupo 2 como Aquiraz –CE (3.145%), Rio Largo – AL (2.083%) e Nossa Senhora do Socorro – SE (1.878%), são exemplos de localidades com

⁶⁶Para municípios com criação mínima de 201 vínculos do setor no período.

boa expansão no período, com criação média de vínculos de aproximadamente 1.346 para os citados. Outras localidades de interesse são: o município maranhense de Davinópolis (Grupo 4), onde de um primeiro registro zerado na média inicial, mostrou a criação de 1.248 vínculos na média final; com ausência de emprego na média inicial também, o município de Conde – PB registrou criação de 971 vínculos (Grupo 3); por fim, o município do Grupo 1 que mais cresceu foi novamente Jaboatão dos Guararapes - PE (339%), com criação de 5.650 vínculos no período⁶⁷.

Para comparação, o número de municípios aqui que registraram destruição ou crescimento nulo de vínculos foi de 922 (267 com crescimento negativo), mostrando como a capilaridade do avanço do emprego no período foi muito mais profunda no comércio de varejo.

c) Instituições Financeiras

Passando para a análise das Atividades Financeiras, é possível observar que existiu no período um processo de desconcentração das atividades, porém ao contrário dos setores de comércio, os centros regionais e as cidades médias dos Grupos 2 e 3 são aquelas com maior desenvoltura, ficando as pequenas localidades do Grupo 4 dessa vez com crescimento mais abaixo. É possível que esse resultado seja condizente com as próprias características do setor: de caráter mais técnico, necessitando de um contingente maior de mão de obra mais qualificada; e de escala mínima maior para operar, se estabelecendo em cidades com maior porte para ter mais volume de faturamento. Portanto, para muitas localidades do Grupo 4, possivelmente ainda não há uma desenvoltura econômica suficiente para gerar um crescimento local relevante do setor.

Tabela 34 – Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios das Instituições Financeiras– Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

GRUPO	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	46.757	62.501	34%
GRUPO 2	10.033	20.297	102%
GRUPO 3	4.641	10.705	131%
GRUPO 4	1.729	3.107	80%
NORDESTE	63.160	96.610	53%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

⁶⁷Para estes destaques, se levou em consideração apenas municípios com criação mínima de 101 vínculos do setor no período.

É curioso observar aqui como o desempenho das capitais dos estados (pertencentes ao Grupo 1) se dá em relação a de outros centros urbanos médios da região. Enquanto os primeiros têm um crescimento relativamente modesto, variando no intervalo entre 10% (São Luís - MA) à 90% (João Pessoa - PB), é possível notar que centros como Toritama – PE (386%) e São Raimundo Nonato (165%) (Grupo 3) e, Petrolina (160%) e Mossoró (128%) (Grupo 4) crescem bem mais. Mesmo outras cidades do Grupo 1 apresentaram desempenho melhor, como é o caso de Lauro de Freitas – BA (160%) e Campina Grande – PB (102%).

Como ilustração do pouco espalhamento regional que as atividades financeiras ainda possuem, 649 municípios registraram exatamente nenhum vínculo, tanto na média inicial quanto na final. Destes, todos são do Grupo 4, com exceção de apenas 9 do Grupo 3 e apenas 1 do Grupo 2 (Maxaranguape - RN).

d) Valores Mobiliários, Administração de Imóveis e Outros

A Tabela 35 mostra que para o grupo composto pelas atividades de administração de imóveis, valores mobiliários e outros, um outro padrão de crescimento pode ser observado, com um espalhamento relevante do emprego dentre as pequenas cidades do Grupo 4 e com as grandes cidades do Grupo 1 ainda com um desenvolvimento superior às demais dos Grupos 2 e 3. Como se trata de um grupo bastante variado de atividades (engloba ainda o conjunto de diversos serviços técnicos), a interpretação para determinar o porquê desse comportamento se torna a princípio não trivial dentro do escopo deste trabalho, uma vez que diferentes atividades possam estar sendo responsáveis por diferentes níveis de crescimento dentre os grupos.

Tabela 35 – Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios do Grupo de Serviços de Valores Mobiliários, Administração de Imóveis e Outros – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

GRUPO	VALORES MOBILIÁRIOS, ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E OUTROS		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	298.177	725.092	143%
GRUPO 2	89.289	157.132	76%
GRUPO 3	15.274	31.156	104%
GRUPO 4	1.612	9.153	468%
NORDESTE	404.353	922.534	128%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

O crescimento relativo mais forte do Grupo 1 é evidenciado pelo desenvolvimento de Campina Grande – PB (395%) e Teresina – PI (333%) (criação média de aproximadamente

19.915 vínculos destes) por exemplo. Apesar de várias localidades do Grupo 2 apresentarem bom desempenho (como Juazeiro do Norte -CE (689%), Caruaru (497%) e Vitória da Conquista - BA (324%) por exemplo), puxam para baixo o desempenho do grupo cidades com destruições de vínculos relevantes como é o caso de Ocara – CE e Maxaranguape – RN (destruição de mais de 6.000 vínculos para ambos, representando uma redução de quase 100% para cada um). Por fim, para o Grupo 4, se destaca o município de Pereiro – CE, que passou de um registro nulo de vínculos na média inicial, para um registro de 1.454 na última média⁶⁸.

e) Transportes e Comunicações

Os transportes e os serviços de comunicação por sua vez apresentam uma desconcentração das atividades nos mesmos moldes visto acima pelo comércio varejista por exemplo, com a evolução do emprego aumentando na medida que se transita de um grupo com cidades maiores para outro com localidades menores.

Tabela 36 – Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios dos Setores de Transportes e Comunicações – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

GRUPO	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	139.268	209.325	50%
GRUPO 2	44.342	105.295	137%
GRUPO 3	7.681	28.042	265%
GRUPO 4	2.371	10.059	324%
NORDESTE	193.662	352.721	82%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Os municípios que mais evoluíram no período aqui para cada grupo foram⁶⁹: os municípios cearenses de Acarape – CE (criação de 759 vínculos: de 6 para 766) e Pereiro – CE (criação de 646 vínculos: de 13 para 659) foram os que tiveram o melhor desempenho no Grupo 4; no Grupo 3 por sua vez, os que mais cresceram foram: Conde – PB (criação de 470 vínculos: de 3 para 473), Maragogi – AL (criação de 138 vínculos: de 2 para 140), Itapissuma – PE (criação de 267 vínculos: de 5 para 272) e São Gonçalo do Amarante – RN (criação de 2.307 vínculos: de 60 para 2.367); já no Grupo 2, Vitória de Santo Antão – PE (criação de 1.043 vínculos: de 42 para 1084) e Balsas – MA (criação de 1.019 vínculos: de 50 para 1069)

⁶⁸Como visto no Capítulo 2, a microrregião onde se localiza o município de Pereiro – CE registrou o maior crescimento do valor adicionado dos serviços privados ao longo do período analisado das duas últimas décadas. O município em questão é um polo de serviços na área de telecomunicações (sede da Brisanet), e como será visto adiante registrou um excelente crescimento no grupo de Transportes e Comunicações. Logo, serviços técnicos na área de tecnologia podem estar por trás do crescimento visto aqui.

⁶⁹Considerando apenas municípios com criação de 101 vínculos ou mais no período.

se destacaram; por fim, Lauro de Freitas - BA foi o que mais cresceu do Grupo 1, com crescimento de 152% e 2.459 vínculos criados.

f) Serviços de Alojamento, Alimentação, Manutenção e Outros

Para os tradicionais serviços de alojamento, alimentação, manutenção, reparação e redação, a Tabela 37 evidencia novamente o exato padrão de desconcentração descrito acima nos Transportes e Comunicações.

Tabela 37 – Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios do Grupo de Serviços de Alojamento, Alimentação, Manutenção e Outros – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

GRUPO	SERVIÇOS DE ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OUTROS		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	267.607	409.562	53%
GRUPO 2	97.131	167.639	73%
GRUPO 3	27.799	56.802	104%
GRUPO 4	4.724	16.214	243%
NORDESTE	397.261	650.216	64%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Os municípios que mais cresceram neste grupo de serviços foram⁷⁰: Cajueiro da Praia – PI (criação de 255 vínculos: de 1 para 256) e Porto de Pedras - AL (criação de 216 vínculos: de 1 para 217) (Grupo 4); Pedras de Fogo – PB (criação de 407 vínculos: de 11 para 418), Paripueira – AL (criação de 300 vínculos: de 11 para 311), Castro Alves – BA (criação de 708 vínculos: de 52 para 760) e Jijoca de Jericoacoara – CE (criação de 2.089 vínculos: de 165 para 2.254) (Grupo 3); Goiana – PE (criação de 897 vínculos: de 107 para 1.004) e Santa Cruz do Capibaribe – PE (criação de 549 vínculos: de 74 para 623) (Grupo 2); Campina Grande – PB (criação de 5.111 vínculos: de 3.522 para 8.633) e Olinda – PE (criação de 8.339 vínculos: de 6.003 para 14.342) (Grupo 1).

Por fim, há de se destacar aqui algumas localidades que tiveram uma redução numérica significativa de vínculos, contribuindo, portanto, para um crescimento mais baixo dos grupos aos quais fazem parte: Ocara – CE (redução de 3.499 vínculos: de 3.575 para 76), Eusébio – CE (redução de 3.022 vínculos: de 6.365 para 3.343) e Bezerros – PE (redução de 2.030 vínculos: de 2.337 para 307) (Grupo 2); Jaboatão dos Guararapes – PE (redução de

⁷⁰ Considerando apenas municípios com criação de 201 vínculos ou mais no período.

4.328 vínculos: de 9.827 para 5.499) e Lauro de Freitas – BA (redução de 2.257 vínculos: de 11.438 para 9.181) (Grupo1)⁷¹.

g) Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários

Apesar do ótimo crescimento do emprego registrado por todos os grupos no que confere os serviços privados de saúde no período analisado, a Tabela 38 mostra que os municípios dos Grupos 1 e 2 ainda foram responsáveis por um crescimento maior. O resultado evidencia que provavelmente mesmo durante os últimos anos, muitos dos municípios menores ainda permanecem em um nível de renda per capita que impossibilita o florescimento destas atividades, em que pese a concorrência do sistema público de saúde (mesmo que muitas vezes de qualidade inferior). Com isso, assim como argumentado no caso dos serviços financeiros, existe uma escala mínima maior para muitas destas atividades conseguirem entrar em operação.

Tabela 38 – Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios dos Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

GRUPO	SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS. E VETERINÁRIOS		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	116.486	270.673	132%
GRUPO 2	34.805	87.646	152%
GRUPO 3	9.337	18.875	102%
GRUPO 4	1.609	3.223	100%
NORDESTE	162.236	380.418	134%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Apesar do Grupo 2 ainda registrar uma evolução ligeiramente maior que o Grupo 1, a evolução recente do setor no Nordeste resultou em um aumento da concentração das atividades. Algumas localidades com desenvolvimento relevante no período, para cada grupo, foram: Lauro de Freitas – BA (criação de 2.878 vínculos: de 387 para 3.265, 744%) e Teresina – PI (criação de 16.911 vínculos: de 3.764 para 20.675, 449%) (Grupo 1); Tianguá – CE (criação de 454 vínculos: de 13 para 467) e São José de Ribamar – MA (criação de 724 vínculos: de 35 para 760) (Grupo 2); Pombos – PE (criação de 304 vínculos: de 0 para 304), Petrolândia – PE (criação de 959 vínculos: de 5 para 965) e Quixeramobim – CE (criação de 688 vínculos: de 26 para 714) (Grupo 3); Quijingue – BA (criação de 219 vínculos: de 0 para 219) e Teodoro Sampaio – BA (criação de 202 vínculos: de 0 para 202) (Grupo 4).

⁷¹ Únicos municípios do Grupo 1 a registrar redução de vínculos empregatícios.

h) Atividades de Ensino

Por fim, as atividades de ensino privadas foram outro grupo importante que apresentou boa evolução no Nordeste nestas duas últimas décadas. Neste último caso, ao contrário das atividades de saúde acima, o espalhamento das atividades fica mais claro. Da Tabela 39 é possível observar o Grupo 4 com crescimento superior aos demais, e com os Grupos 2 e 3 acima do Grupo 1 (com mais ímpeto para o 2). O resultado está de acordo com a interiorização observada do ensino superior na região, que após um primeiro impulso dado pela chegada de universidades públicas, pode mais recentemente estar sendo conduzida pela iniciativa privada⁷².

Tabela 39 – Grupos de Municípios e Região Nordeste: Vínculos Empregatícios das Atividades de Ensino Privadas – Médias dos anos de (2002-04) e (2017-19) e Crescimento das Médias

GRUPO	ENSINO		
	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2017-2019	CRESCIMENTO
GRUPO 1	114.658	278.845	143%
GRUPO 2	34.371	100.660	193%
GRUPO 3	9.693	26.271	171%
GRUPO 4	1.478	4.529	206%
NORDESTE	160.200	410.306	156%

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2022).

Para este último grupo de serviços privados, algumas localidades com bom nível de crescimento foram: Abaiara – CE (criação de 248 vínculos: de 0 para 248) (Grupo 4); Cachoeira – BA (criação de 488 vínculos: de 18 para 505) e Redenção – CE (criação de 720 vínculos: de 31 para 752) (Grupo 3); Luís Eduardo Magalhães – BA (criação de 658 vínculos: de 24 para 682), Balsas – MA (criação de 586 vínculos: de 29 para 615) e São Cristóvão – SE (criação de 2.999 vínculos: de 185 para 3.184) (Grupo 2); Feira de Santana – BA (criação de 5.752 vínculos: de 1.732 para 7.484, 332%) e João Pessoa – PB (criação de 14.589 vínculos: de 6.779 para 21.368, 215%) (Grupo 1).

3.6 Considerações Finais

Os resultados do trabalho mostram que já no começo dos anos 2000 o setor terciário já respondia por aproximadamente 77% de todo emprego formal da economia nordestina, com apenas os serviços privados respondendo por quase 42%. Esta constatação, portanto, é fruto

⁷² Para mais informações: <https://www.retruco.com.br/post/interioriza%C3%A7%C3%A3o-do-ensino-superior-impulsiona-o-desenvolvimento-no-nordeste>

de um processo anterior de crescimento relativo destas atividades que, como já bem documentado, atingiu diversas economias mundo afora, incluindo a brasileira.

Ademais, se constata que este crescimento relativo anterior mostra uma continuidade no período estudado, principalmente considerando apenas os serviços privados. A participação do emprego destes serviços no total nordestino se eleva em 22% entre as médias iniciais e finais, levando a uma participação de quase 51% em 2017-19. Este resultado ocorre ao mesmo tempo em que os setores Agrícola, Industrial e os Serviços Públicos perdem participação.

O trabalho constata ainda um elevado nível de heterogeneidade entre os setores privados de serviços no território nordestino, tanto para os vínculos, como para os salários. Por um lado, a expansão relativa de setores como o Ensino e os Serviços de Saúde (Médicos, Odontológicos e Veterinários), com incremento significativo também em seus salários médios, contribuiu com o aumento de atividades importantes na região como um todo. Por outro lado, as Atividades Financeiras são o principal exemplo de involução de uma atividade importante, tanto em termos de participação como de salários. O aumento da automação bancária, como relatado, possivelmente contribui em partes para este resultado.

A análise a nível municipal dos vínculos confirmou uma tendência de desconcentração das atividades de serviços privados dentro do território nordestino. Muito embora tenha ficado clara a dificuldade ainda existente por parte de localidades menores em absorver determinados tipos de atividades, como os Serviços Financeiros e de Saúde, o que também tem a ver com as escalas mínimas que lhes são inerentes. De fato, estes foram os setores onde o crescimento acabou concentrando mais as atividades, muito por conta do baixo desempenho do Grupo 4 nestes. No caso das atividades financeiras, é até possível afirmar que há uma desconcentração regional relativa, porém em favor principalmente dos municípios dos Grupos 2 e 3, acompanhando a interiorização da acumulação de capital e seus desdobramentos em municípios de médio porte.

Em relação as demais atividades, se observaram cenários mais claros de desconcentração. No caso das atividades de Comércio Varejista, Transportes e Comunicações e Serviços de Alojamento, Alimentação, Manutenção e outros, houve uma desconcentração global das atividades, onde o desenvolvimento sempre foi maior nos grupos com municípios menores. O Comércio Atacadista e as Atividades de Ensino também apresentaram desconcentração regional, apesar de que para ambos o Grupo 2 foi o segundo que mais se desenvolveu (após o 4). Por último, o grupo dos Valores Mobiliários, Adm. de Imóveis e

Outros apesar da clara desconcentração das atividades demonstrado pelo excelente crescimento do Grupo 4, mostra um Grupo 1 com desenvolvimento melhor que o 2 e o 3.

A importância de continuar entendendo a dinâmica do mercado de trabalho nordestino será fundamental nos anos que se seguem. Eventos como a pandemia de Covid 19 iniciada em 2020 podem concorrer para alterar significativamente as relações de trabalho e produção de diversas atividades, incluindo diversos tipos de serviços. Em especial, com a popularização do trabalho a distância (home office) durante a pandemia, não é muito claro até que ponto esta modalidade poderá se tornar permanente ou não para muitas áreas produtivas dentro das firmas, e também ainda não se sabe muito bem o impacto disto na produtividade dos trabalhadores (a pandemia pode ter acelerado o desenvolvimento do já então existente ensino a distância, assim como pode tornar permanente alguns serviços de saúde factíveis de serem prestados à distância). Além disso, existe a possibilidade de que a crise de Covid 19 possa ter acelerado a automação (como o uso de robôs para exercer tarefas antes humanas) de diversos setores produtivos, com evidências já relatadas em outros lugares⁷³.

Um outro ponto a ser mencionado são os efeitos futuros sobre os trabalhadores e a economia da Reforma Trabalhista de 2018⁷⁴. Esta reforma, que dentre outros regulamentou o trabalho intermitente, o home office e permitiu que trabalhadores autônomos prestem serviços a empresas sem que haja vínculo empregatício, colocou grande incerteza sobre os resultados do mercado de trabalho.

Já como recomendação de estudo futuro, se destaca a importância de analisar os vínculos e salários setoriais por grau de escolaridade do indivíduo. A base de dados da RAIS permite essa separação e este seria um passo natural para maior compreensão da composição setorial do mercado de trabalho formal nordestino. Além disso, incorporar o semiárido na análise, tanto do ponto de vista do escopo deste capítulo, como do anterior, permitirá aumentar a compreensão do setor de serviços dentro do Nordeste.

Por fim, é possível que o crescimento futuro dos serviços mais produtivos em diversas localidades ao longo do território nordestino, principalmente as menos desenvolvidas, esteja bastante atrelado à oferta local consistente de mão de obra qualificada, ainda relativamente escassa no Nordeste. Isso sugere que o incremento de investimentos específicos em educação e treinamento venham a ser fundamentais para isto.

⁷³Já há evidências de aceleração da automação nos Estados Unidos: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-11-06/rise-of-the-robots-speeds-up-in-pandemic-with-u-s-labor-scarce>

⁷⁴Para mais informações sobre a Reforma Trabalhista de 2018: <https://www.lexos.com.br/blog/reforma-trabalhista-2018/>

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos três últimos capítulos foi possível observar o desenvolvimento econômico recente da Região Nordeste do Brasil, focando particularmente no setor de serviços, cujo importância e desenvolvimento têm sido fundamentais para a avaliação da situação econômica regional. Foi possível observar que de maneira geral o Nordeste logrou sair do marasmo econômico que lhe sempre foi característico, apesar das diferenças inter-regionais ainda serem consideráveis.

Essa constatação é bastante simbólica no resultado das mudanças de participação das regiões brasileiras no PIB real do Brasil no período estudado. Enquanto o Sudeste, como região mais rica do país em termos de PIB real, decresce sua participação em -7%, todas as demais ganham participação, com o Nordeste registrando aumento de 11% (Tabela 3, Capítulo 1). Essa melhora da região nordestina pode ser vista também por outros quadros, como o crescimento ainda maior da sub-região do Semiárido Nordestino e a superação de estados até então mais pobres, como o Maranhão e, principalmente, o Piauí⁷⁵⁷⁶.

A importância dos serviços sobre a dinâmica da economia nordestina levou a pesquisa a avaliar o setor de vários ângulos, com destaque para a separação das atividades públicas e privadas, assim como da observação do comportamento dos diversos subsectores inclusos. Nesse ponto, um dos principais achados é a importância que o crescimento dos serviços privados desempenhou no período, tanto para o crescimento regional, como para a diminuição das desigualdades internas. Essa percepção pode ser vista tanto a nível de empregos, como de valor adicionado bruto. O Nordeste, por exemplo, cresce acima da média brasileira para ambas as variáveis. Além disso, a desconcentração destas atividades, dos meios urbanos maiores para os menores, fica evidente tanto no estudo com microrregiões (Tabela 19, Capítulo 2) como com municípios (Tabela 31, Capítulo 3).

Um dos possíveis principais pilares para esse maior dinamismo do setor privado é a atuação das políticas regionais de desenvolvimento, principalmente aquelas com capacidade maior de inserção nos diferentes espaços da região, como é o caso dos recursos oriundos do

⁷⁵ O estado do Maranhão teve seu desenvolvimento bastante vinculado ao crescimento dos setores da administração pública, como visto nos resultados do valor adicionado e dos vínculos. Ademais, em termos de vínculos é possível observar um significativo avanço da indústria e da agricultura formal.

⁷⁶ Já o estado do Piauí teve seu crescimento bastante influenciado pelo desenvolvimento do setor privado de serviços, como pôde ser visto tanto para os vínculos como para o valor adicionado. Assim como o Maranhão, o setor agrícola formal também teve particular importância aqui.

FNE, com capacidade de financiamento para vários subsetores⁷⁷. Há ainda de se destacar as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família (cuja vigência permeia quase todo o período aqui estudado), que ao assegurar uma renda mensal mínima para as famílias de baixa renda, pode ter contribuído para manter uma maior demanda por serviços que de outra forma seriam procurados menos.

Por fim, uma última contribuição importante deste trabalho foi o resultado a respeito da desconcentração ou não das atividades privadas vistas isoladamente para cada subsetor considerado no período (observando para isto a variação do emprego). Foi possível constatar que a maioria das atividades lograram reduzir sua concentração espacial na região, com a maior parcela destas adentrando decisivamente nos municípios de menor tamanho. Em alguns casos, como o Comércio Atacadista e as Atividades de Ensino, o grupo de cidades que inclui alguns centros regionais de grande e médio porte teve desenvolvimento mais destacado⁷⁸. Porém, o trabalho ainda revela a dificuldade por parte das localidades menores em absorver Serviços Financeiros e de Saúde (Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários). Apesar do tamanho destes municípios incompatibilizar o surgimento de algumas destas atividades, o resultado mostra que ainda há algumas barreiras a serem superadas para uma distribuição menos concentrada das atividades terciárias no território nordestino.

⁷⁷ Para informações sobre o financiamento de comércio e serviços do FNE: <https://www.bnb.gov.br/fne-comercio-e-servicos>

⁷⁸ O crescimento das atividades de ensino privadas teve um impulso importante a partir da criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) em 1999, que permitiu o financiamento do estudo a nível superior para milhares de estudantes em todo o país.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, J. do; PENNA, C. M.; VIEIRA, F. H. Análise do desempenho econômico do Nordeste brasileiro, no período 1985-2014, à luz da história das políticas públicas: (histórias, teorias, instituições, políticas e cálculos). **Série Estudos Econômicos**, Fortaleza, n. 43, nov. 2021. Disponível em: <https://caen.ufc.br/wp-content/uploads/2021/11/seec-43.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- ANDRADE BASTOS, S. Q. de; SOUZA, K. B. de; MACIEL, M. T. Setor de serviços em Juiz de Fora: uma análise comparativa entre os principais. [2008].
- ARAÚJO, L. A.; LIMA, J. P. R. **Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semi-árido nordestino: Planejamento e Políticas Públicas**. v. 33, p. 45-77, 2009.
- ARBACHE, J. Produtividade no setor de serviços. **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**, v. 2, p. 277-300, 2015.
- ASSIS, R. S. de; MARQUES, A. M. Convergência ou divergência no desenvolvimento? Um estudo com clusters para o Sudeste e o Nordeste do Brasil, 1990-2010. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46, n. 1, p. 169-189, jan./mar. 2015.
- AZZONI, C. R. Setor terciário e concentração regional no Brasil. *In*: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (ed.). **Economia e Território: Setor terciário e concentração regional no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BARRO, R. J. Economic growth in a cross section of countries. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 106, n. 2, p. 407-430, 1991.
- BAUMOL, W. J. Productivity growth, convergence, and welfare: what the long-run data show. **American Economic Review**, v. 76, n.5, p. 1072- 1085, dez. 1986.
- BECKER, G. S. **Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. University of Chicago press, 2009.
- BONELLI, R.; FONSECA, R. Ganhos de produtividade e de eficiência: novos resultados para a economia brasileira. 1998, mimeo.
- BRANCO, D. K. S.; BARROS, E. de S. Impactos da ferrovia transnordestina na exportação de uva do Vale Submédio São Francisco. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 48, n. 1, p. 31-45, 2017.
- CALDAS, R. de M. **Essays on Public Policies in The Brazilian Northeast**. 2016. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **estudos avançados**, v. 28, n. 82, p. 65-88, 2014.

CARVALHO, C. P. de O.O Novo Padrão de Crescimento no Nordeste Brasileiro. **Rev. Econ. NE**, v.45, n. 3, p. 160-184, 2014.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CAVALCANTI JUNIOR, C. A. A. **A Dinâmica Recente da Economia Nordestina: O Caso do Semiárido**. 2015. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) -Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

CAVALCANTI JUNIOR, C. A. A.; LIMA, J. P. R. O Semiárido Nordeste: Evolução Recente da Economia e do Setor Industrial. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 69-88, 2019.

CHACON, S. S.; BURSZTYN, M. **Análise das políticas públicas para o sertão semi-árido: promoção do desenvolvimento sustentável ou fortalecimento da pobreza?**. In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2005, Brasília-DF. VI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Brasília-DF: ECO-ECO, 2005.

CNI. **FCO, FNE e FNO Fundos Constitucionais de Financiamento: como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar**. Brasília, 2011.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. 2010. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/> . Acesso em: 02 jan. 2017.

FRANÇA, G. N. **Relação entre escolaridade e renda no Brasil na década de 1990**. 2005. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Economia, UCB, Brasília, 2005.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, J. R.; BUAINAIN, A. M. **Pobreza Rural e Desenvolvimento do Semiárido: Projeto A Nova Face da Pobreza Rural no Brasil: Transformações, Perfil e Desafios para as Políticas Públicas**. Curitiba, 2011.

GIOVANNETTI, L. F. L. **Inflação de serviços no Brasil: pressão de demanda ou de custos?** 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11363>. Acesso em: 13 ago. 2022.

GOMES, G. M. **Macroeconomia do Nordeste: tendências, desafios e perspectivas da dinâmica da economia do Nordeste e seus determinantes e das mudanças na estrutura produtiva regional**. [S. l.]: IICA, 2013.

GOMES, G. M. **Velhas Secas em Novos Sertões: Continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados nordestinos**. Brasília: Ipea, 2001.

HIRSCHMAN, A. **The strategy of economic development**. Yale University Press: New Haven, 1958.

IBGE. **Banco de dados SIDRA**. IBGE, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 26 jul. 2022.

IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas**: subclasses para uso da administração pública. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IPEADATA. **População residente – 1º de julho - estimativas – (2002-2018)**. IpeaData. 2018. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 16 nov. 2021.

KALDOR, N. The case for regional policies. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 17, n. 3, p.337-348, nov. 1970.

KENESSEY, Z. The primary, secondary, tertiary and quaternary sectors of the economy. **Review of Income and Wealth**, v. 33, n. 4, p. 359-385, 1987.

KON, A. O novo regionalismo e o papel dos serviços no desenvolvimento: transformações das hierarquias econômicas regionais. **OIKOS (Rio de Janeiro)**, v. 8, n. 2, 2009.

KORMENDI, R. C.; MEGUIRE, P. G. Macroeconomic determinants of growth: Cross-country evidence. **Journal of Monetary Economics**, v. 16, n. 2, p.141-163, set.1985.

LACERDA, A. C. de. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LIMA, J. P. R. A Economia do Semi-árido Nordeste: Desenvolvimento Recente e Transformações em Curso. *In*: CONGRESSO DA APDR, 19. 2014, Évora - PT. **Anais [...]**, Aveiro, 2014.

MARTINS, H. **Spatially Unbalanced Growth and Regional Economic Inequalities in Brazil: A Long Run Perspective**. 2019.

MESSA, A. Metodologias de cálculo da produtividade total dos fatores e da produtividade da mão de obra. *In*: Fernanda De Negri; Luiz Ricardo Cavalcanti. (Org.). **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. 1ed. Brasília: IPEA, 2014, v. 1, p. 87-109.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

OLIVEIRA, F. C.; MACHADO, D. C.; MATTOS, F. A. M. de. Dinâmica econômica e a heterogeneidade estrutural na Região Nordeste do Brasil entre 2003 e 2015. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. 4, p. 31-46, 2020.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

RAIS. **Sistema Dardo**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e da Previdência, 2022. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

RESENDE, G. M. **Micro e macroimpactos de políticas de desenvolvimento regional: O caso dos empréstimos do FNE-industrial no estado de Ceará**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.

SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. **The American economic review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais e legais - fundo de participação dos municípios – FPM**. Technical report: Ministério da Fazenda, 2012.

SILVA, A. M. A. da; RESENDE, G. M.; SILVEIRA NETO, R. da M. Eficácia do gasto público: uma avaliação do FNE, FNO e FCO. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, n. 1, p. 89-125, 2009.

SILVA, A. M.; NEGRI, J. A. de; KUBOTA, L. C. Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil. In: NEGRI, João Alberto de; KUBOTA, Luis Claudio (org.). **Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil**. Brasília: Ipea, 2006. p. 15-34.

SILVA, C. M.; MENEZES FILHO, N.; KOMATSU, B. Uma abordagem sobre o setor de serviços na economia brasileira. **Inspere Policy Paper**, v. 19, 2016.

SILVA, J. A. de; LOURENÇO, A. L. C. de. Revisitando o conceito de desindustrialização. **Oikos**, v. 13, n. 1, 2014.

SOARES, R.; SOUSA, J.; PEREIRA NETO, A. Avaliação de impactos do FNE no emprego, na massa salarial e no salário médio em empreendimentos financiados. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 1, p. 217-234, 2009.

SOLOW, R. M. A contribution of the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

SPINDOLA, F. D.; LIMA, J. P. R. Desindustrialização Regional no Brasil. *Nova Economia (UFMG)*, v. 27, p. 247/ 2-293, 2017.

SUDENE. **Delimitação do Semiárido - 2021**. Recife: SUDENE, 2021.

SUZIGAN, W.; GARCIA, R. C. de; FURTADO, J. E. M. P. Sistemas Locais de Produção/Inovação: Metodologia para Identificação, Estudos de Casos e Sugestões de Políticas. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 287-320.

TOMÉ, L. M. **Panorama do Turismo no Brasil e Oportunidades para a Região Nordeste**. Fortaleza: Etene, 2018.

**APÊNDICE A - POPULAÇÃO ESTIMADA - BRASIL E REGIÕES – MÉDIAS DE
2002-04 E 2017-19 E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS**

BRASIL E REGIÕES	MÉDIA 2002-04	MÉDIA 2017-19	CRESCIMENTO
BRASIL	177.691.151	208.767.651	17%
NORTE	13.887.580	18.183.145	31%
NORDESTE	49.540.683	57.028.864	15%
SUDESTE	75.738.048	87.677.698	16%
SUL	26.131.658	29.791.656	14%
CENTRO-OESTE	12.393.182	16.086.289	30%
SEMIÁRIDO NORDESTINO	23.285.766	26.251.941	13%

Nota: Elaboração própria com base em IBGE-SIDRA.

**APÊNDICE B - PIB PER CAPITA REAL (MÉDIA MENSAL) (PREÇOS DE 2019)
(R\$) – BRASIL, GRANDES REGIÕES E SEMIÁRIDO NORDESTINO – 2002-06,
2008-09 E 2011**

BRASIL E REGIÕES	ANO							
	2002	2003	2004	2005	2006	2008	2009	2011
BRASIL	2.403	2.400	2.473	2.515	2.579	2.831	2.802	3.116
NORTE	1.459	1.462	1.549	1.547	1.615	1.786	1.742	2.051
NORDESTE	1.124	1.104	1.145	1.183	1.232	1.320	1.357	1.493
SUDESTE	3.235	3.178	3.278	3.395	3.494	3.813	3.731	4.153
SUL	2.646	2.786	2.827	2.733	2.755	3.122	3.078	3.460
CENTRO-OESTE	2.985	3.060	3.144	3.075	3.065	3.505	3.584	3.847
SEMIÁRIDO NORDESTINO	772	763	784	811	862	924	936	1.067

Nota: Elaboração própria com base em IBGE-SIDRA Não foram calculados os anos de 2007 e 2010 devido à ausência de população estimada para estes.

**APÊNDICE C - PIB PER CAPITA REAL (MÉDIA MENSAL) (PREÇOS DE 2019)
(R\$) – BRASIL, GRANDES REGIÕES E SEMIÁRIDO NORDESTINO – 2012-19**

BRASIL E REGIÕES	ANO							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
BRASIL	3.150	3.130	3.118	2.981	2.862	2.878	2.917	2.930
NORTE	2.016	2.032	1.956	1.866	1.792	1.862	1.851	1.901
NORDESTE	1.537	1.532	1.568	1.525	1.485	1.511	1.537	1.530
SUDESTE	4.189	4.120	4.080	3.840	3.631	3.634	3.685	3.694
SUL	3.503	3.608	3.576	3.506	3.410	3.435	3.490	3.536
CENTRO-OESTE	3.911	3.822	3.901	3.817	3.803	3.772	3.752	3.740
SEMIÁRIDO NORDESTINO	1.095	1.084	1.133	1.111	1.084	1.128	1.159	1.176

Nota: Elaboração própria com base em IBGE-SIDRA.

**APÊNDICE D - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB REAL (AJUSTADO
COM DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB) – ESTADOS NORDESTINOS – 2012 A 2019**

ESTADO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
MARANHÃO	7,47%	4,10%	5,23%	-5,10%	0,59%	1,26%	4,93%	-4,86%
PIAUI	2,27%	1,61%	11,78%	-3,56%	-2,11%	5,67%	6,28%	0,53%
CEARÁ	0,15%	4,59%	7,17%	-3,70%	-1,95%	3,09%	0,87%	0,68%
RIO GRANDE DO NORTE	4,88%	3,25%	-2,79%	-1,52%	-3,55%	3,95%	-0,34%	2,21%
PARAÍBA	6,07%	1,53%	5,81%	-1,45%	-2,59%	1,84%	-1,27%	1,34%
PERNAMBUCO	7,63%	2,58%	1,89%	-5,98%	-1,35%	4,69%	-1,80%	1,88%
ALAGOAS	1,40%	0,08%	1,88%	5,15%	-1,28%	3,07%	-1,47%	3,98%
SERGIPE	4,56%	0,05%	-1,69%	-4,39%	-6,70%	1,02%	-1,23%	2,06%
BAHIA	1,52%	4,37%	1,34%	1,69%	-2,30%	0,19%	1,94%	-1,70%

Nota: Elaboração própria com base em IBGE-SIDRA.

**APÊNDICE E – PIB REAL (PREÇOS DE 2019, 1000 R\$) – MICRORREGIÕES
NORDESTINAS – MÉDIAS DE 2002-04 E 2017-19 E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS
– CLASSIFICADOS EM ORDEM DECRESCENTE DE CRESCIMENTO**

MICRORREGIÕES	MÉDIA 2002-04	MÉDIA 2017-19	CRESCIMENTO
BAIXO CURU (CE)	870.340	4.764.684	447%
BAIXA VERDE (RN)	413.254	1.745.209	322%
ALTO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	830.626	3.092.283	272%
ALTO MÉDIO GURGUÉIA (PI)	631.818	1.997.177	216%
MATA SETENTRIONAL PERNAMBUCANA (PE)	5.768.032	16.505.340	186%
LITORAL NORDESTE (RN)	664.363	1.847.688	178%
SUAPE (PE)	8.554.217	22.549.445	164%
PORTO FRANCO (MA)	834.025	2.177.082	161%
SERRA DE SANTANA (RN)	433.194	1.127.596	160%
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (PE)	2.031.569	5.276.534	160%
COREAÚ (CE)	263.049	675.618	157%
SERRA DO PEREIRO (CE)	244.618	615.382	152%
ALTO MÉDIO CANINDÉ (PI)	1.351.841	3.261.309	141%
LITORAL NORTE ALAGOANO (AL)	641.701	1.517.101	136%
ALTO CAPIBARIBE (PE)	1.666.912	3.932.645	136%
LENÇÓIS MARANHENSES (MA)	574.323	1.351.349	135%
FERNANDO DE NORONHA (PE)	74.939	176.105	135%
ITAPECURU MIRIM (MA)	833.444	1.931.835	132%
FLORIANO (PI)	990.740	2.290.100	131%
CHAPADAS DO EXTREMO SUL PIAUIENSE (PI)	416.416	949.513	128%
PICOS (PI)	1.292.618	2.853.725	121%
MÉDIO MEARIM (MA)	2.691.878	5.930.845	120%
SÃO RAIMUNDO NONATO (PI)	625.689	1.361.748	118%
FEIRA DE SANTANA (BA)	10.477.144	22.696.266	117%
LITORAL PIAUIENSE (PI)	1.844.493	3.977.781	116%
MÉDIO CURU (CE)	405.929	864.234	113%
ARAPIRACA (AL)	3.491.856	7.272.463	108%
VALENÇA (BA)	2.048.922	4.261.223	108%
IBIAPABA (CE)	1.967.413	4.061.153	106%
VALE DO IPOJUCA (PE)	7.487.974	15.447.247	106%
CAMPO MAIOR (PI)	1.010.560	2.072.880	105%
PIO IX (PI)	251.963	515.315	105%
BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	1.478.928	2.990.072	102%
LITORAL DE CAMOCIM E ACARAÚ (CE)	2.099.573	4.197.435	100%
SERTÃO DO MOXOTÓ (PE)	1.349.819	2.696.074	100%
CHOROZINHO (CE)	345.842	683.307	98%

MÉDIO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	617.468	1.218.677	97%
BREJO SANTO (CE)	618.001	1.210.239	96%
LITORAL SUL (RN)	1.175.599	2.292.090	95%
CARIRI (CE)	4.521.176	8.728.141	93%
ROSÁRIO (MA)	764.054	1.474.054	93%
BERTOLÍNIA (PI)	307.192	592.015	93%
GURUPI (MA)	994.871	1.884.446	89%
BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE (MA)	542.277	1.023.328	89%
BAIXADA MARANHENSE (MA)	2.413.713	4.542.482	88%
SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO (PB)	278.025	521.740	88%
CATOLÉ DO ROCHA (PB)	762.707	1.421.409	86%
GERAIS DE BALSAS (MA)	2.907.456	5.411.056	86%
GARANHUNS (PE)	3.370.992	6.230.653	85%
VALE DO IPANEMA (PE)	923.562	1.704.592	85%
GUANAMBI (BA)	2.534.479	4.650.399	83%
TERESINA (PI)	12.771.508	23.397.221	83%
CARIRI OCIDENTAL (PB)	817.316	1.492.098	83%
PATOS (PB)	1.173.644	2.118.967	81%
LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE (MA)	684.472	1.226.570	79%
SERIDÓ OCIDENTAL (RN)	928.813	1.664.046	79%
VALENÇA DO PIAUÍ (PI)	555.186	991.128	79%
ARARIPINA (PE)	1.856.234	3.311.046	78%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	5.630.639	10.007.455	78%
VÁRZEA ALEGRE (CE)	508.230	896.504	76%
ITAMARACÁ (PE)	2.688.297	4.739.182	76%
SERIDÓ ORIENTAL (RN)	1.069.985	1.875.156	75%
JACOBINA (BA)	2.131.664	3.720.805	75%
MACAU (RN)	1.675.848	2.905.343	73%
CHAPADAS DO ALTO ITAPECURU (MA)	1.148.309	1.975.148	72%
SERTÃO DE QUIXERAMOBIM (CE)	1.846.515	3.163.502	71%
PETROLINA (PE)	5.244.087	8.982.292	71%
BARREIRAS (BA)	9.948.739	16.980.826	71%
IPU (CE)	784.701	1.338.600	71%
CHAPADINHA (MA)	1.129.297	1.924.233	70%
ALTO MEARIM E GRAJAÚ (MA)	1.616.647	2.731.536	69%
ITAPIPOCA (CE)	1.759.859	2.972.369	69%
SALGUEIRO (PE)	1.093.388	1.846.061	69%
BOM JESUS DA LAPA (BA)	1.192.615	2.002.666	68%
AGRESTE DE ITABAIANA (SE)	1.712.934	2.872.885	68%
MÉDIO CAPIBARIBE (PE)	1.720.608	2.881.229	67%
AGLOMERAÇÃO URBANA DE SÃO LUÍS (MA)	21.888.442	36.605.400	67%

SERRANA DOS QUILOMBOS (AL)	1.803.735	3.016.020	67%
GUARABIRA (PB)	1.255.703	2.095.002	67%
SOUSA (PB)	1.465.233	2.437.864	66%
JUAZEIRO (BA)	4.571.791	7.605.672	66%
CAJAZEIRAS (PB)	1.379.596	2.287.527	66%
CURIMATAÚ OCIDENTAL (PB)	778.775	1.288.926	66%
BORBOREMA POTIGUAR (RN)	924.617	1.525.752	65%
IMPERATRIZ (MA)	7.641.367	12.460.849	63%
LAVRAS DA MANGABEIRA (CE)	307.454	500.827	63%
TOBIAS BARRETO (SE)	892.925	1.451.671	63%
NATAL (RN)	19.075.216	30.994.353	62%
SERRANA DO SERTÃO ALAGOANO (AL)	435.393	706.841	62%
BAIXO JAGUARIBE (CE)	2.969.925	4.818.786	62%
PRESIDENTE DUTRA (MA)	1.101.278	1.785.457	62%
MERUOCA (CE)	115.142	186.537	62%
BARRA (BA)	1.010.899	1.636.524	62%
SERTÃO DE SENADOR POMPEU (CE)	1.221.145	1.972.634	62%
SAPÉ (PB)	869.511	1.404.229	61%
AGRESTE POTIGUAR (RN)	1.556.557	2.512.360	61%
PAJEÚ (PE)	2.372.810	3.824.447	61%
SANTANA DO IPANEMA (AL)	956.980	1.541.001	61%
IRECÊ (BA)	2.602.009	4.189.578	61%
CARIRA (SE)	668.721	1.075.733	61%
ITABAIANA (PB)	731.000	1.174.776	61%
CHAPADAS DAS MANGABEIRAS (MA)	873.539	1.402.941	61%
CHAPADA DO ARARIPE (CE)	517.401	829.970	60%
LITORAL DE ARACATI (CE)	1.197.715	1.917.465	60%
SERTÃO DE INHAMUNS (CE)	820.704	1.313.812	60%
JEQUIÉ (BA)	4.123.289	6.589.990	60%
BRUMADO (BA)	1.960.983	3.133.912	60%
TRAIPU (AL)	226.098	361.132	60%
CARIRIAÇU (CE)	317.103	503.504	59%
PINDARÉ (MA)	3.634.351	5.769.921	59%
FORTALEZA (CE)	58.605.782	92.958.646	59%
ALAGOINHAS (BA)	4.113.839	6.487.117	58%
BOQUIRA (BA)	960.681	1.510.499	57%
SERIDÓ ORIENTAL PARAIBANO (PB)	465.212	729.794	57%
MACEIÓ (AL)	18.103.350	28.298.859	56%
SANTA MARIA DA VITÓRIA (BA)	2.447.204	3.808.161	56%
JOÃO PESSOA (PB)	18.564.165	28.825.790	55%
PAU DOS FERROS (RN)	889.785	1.380.963	55%
SEABRA (BA)	1.902.424	2.941.640	55%
ESPERANÇA (PB)	417.893	641.152	53%

UMARIZAL (RN)	446.453	684.617	53%
BREJO PERNAMBUCANO (PE)	1.413.413	2.162.282	53%
BATURITÉ (CE)	1.330.580	2.028.155	52%
SERRINHA (BA)	2.835.214	4.318.661	52%
CAMPINA GRANDE (PB)	7.094.592	10.806.273	52%
CARIRI ORIENTAL (PB)	457.783	696.431	52%
CAXIAS (MA)	2.951.695	4.486.501	52%
EUCLIDES DA CUNHA (BA)	1.757.802	2.659.140	51%
COTEGIPE (BA)	713.912	1.076.906	51%
PALMEIRA DOS ÍNDIOS (AL)	1.257.835	1.896.892	51%
IGUATU (CE)	1.866.735	2.802.940	50%
SERRA DE SÃO MIGUEL (RN)	404.745	606.388	50%
LITORAL NORTE (PB)	1.245.082	1.864.499	50%
CANINDÉ (CE)	779.966	1.166.184	50%
CASCADEL (CE)	1.327.312	1.978.965	49%
SANTO ANTÔNIO DE JESUS (BA)	5.108.483	7.604.452	49%
SERTÃO DE CRATÉUS (CE)	1.531.640	2.273.171	48%
BARRO (CE)	553.763	816.365	47%
MÉDIO JAGUARIBE (CE)	589.287	862.545	46%
ITABERABA (BA)	1.665.371	2.430.667	46%
ITAPORANGA (PB)	577.907	843.422	46%
SOBRAL (CE)	4.391.721	6.370.961	45%
PIANCÓ (PB)	480.021	695.964	45%
CURIMATAÚ ORIENTAL (PB)	597.849	864.565	45%
UMBUZEIRO (PB)	307.376	441.446	44%
SERRA DO TEIXEIRA (PB)	722.611	1.027.727	42%
AGRESTE DE LAGARTO (SE)	1.331.381	1.889.511	42%
ANGICOS (RN)	390.730	552.393	41%
ITAPETINGA (BA)	1.822.498	2.551.171	40%
MATA ALAGOANA (AL)	3.377.563	4.688.315	39%
LITORAL SUL (PB)	1.940.358	2.682.823	38%
PORTO SEGURO (BA)	11.447.007	15.807.046	38%
LIVRAMENTO DO BRUMADO (BA)	706.143	971.270	38%
MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA (PE)	4.584.690	6.297.118	37%
MÉDIO OESTE (RN)	370.822	508.652	37%
RIBEIRA DO POMBAL (BA)	2.171.779	2.967.443	37%
NOSSA SENHORA DAS DORES (SE)	577.028	784.769	36%
ARACAJU (SE)	16.220.332	22.034.891	36%
BATALHA (AL)	677.254	918.405	36%
SALVADOR (BA)	91.054.910	122.584.644	35%
PENEDO (AL)	1.405.355	1.879.480	34%
URUBURETAMA (CE)	946.748	1.266.098	34%
SANTA QUITÉRIA (CE)	550.482	735.725	34%
CODÓ (MA)	1.715.768	2.269.229	32%

BOQUIM (SE)	1.401.705	1.842.251	31%
RECIFE (PE)	65.778.727	85.528.598	30%
BREJO PARAIBANO (PB)	1.012.253	1.310.639	29%
SENHOR DO BONFIM (BA)	2.870.665	3.662.035	28%
MACAÍBA (RN)	4.169.364	5.315.493	27%
VALE DO AÇU (RN)	2.361.888	2.915.834	23%
PACAJUS (CE)	2.354.623	2.901.452	23%
ALAGOANA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO (AL)	736.218	874.379	19%
ESTÂNCIA (SE)	2.673.055	3.161.837	18%
ILHÉUS-ITABUNA (BA)	12.985.808	15.304.045	18%
COELHO NETO (MA)	588.007	690.427	17%
PROPRÍA (SE)	1.101.896	1.284.895	17%
JEREMOABO (BA)	684.043	792.427	16%
MOSSORÓ (RN)	7.637.857	8.697.636	14%
COTINGUIBA (SE)	641.561	709.243	11%
ITAPARICA (PE)	2.303.438	2.516.266	9%
CHAPADA DO APODI (RN)	1.226.993	1.233.196	1%
PAULO AFONSO (BA)	4.098.325	4.052.531	-1%
ENTRE RIOS (BA)	1.855.874	1.744.906	-6%
SERGIPANA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO (SE)	4.186.173	3.871.566	-8%
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS (AL)	5.256.151	4.769.708	-9%
BAIXO COTINGUIBA (SE)	2.854.832	2.384.861	-16%
CATU (BA)	4.795.930	3.972.788	-17%
JAPARATUBA (SE)	1.234.624	906.149	-27%

Nota: Elaboração Própria com base em IBGE-SIDRA.

**APÊNDICE F – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB REAL (AJUSTADO
COM DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB) – MICRORREGIÕES QUE INCLUEM AS
CAPITAIS DOS ESTADOS – 2012 A 2019**

MICRORREGIÕES	ANO							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AGLOM. URBANA DE SÃO LUÍS (MA)	5,72%	-3,97%	9,32%	-8,25%	-1,60%	1,59%	7,30%	-7,79%
TERESINA (PI)	1,36%	2,81%	11,61%	-7,42%	0,64%	-3,33%	5,07%	0,92%
FORTALEZA (CE)	2,38%	3,87%	5,06%	-3,79%	-3,21%	-0,45%	1,73%	-0,14%
NATAL (RN)	5,17%	4,85%	-3,66%	-0,12%	-0,58%	1,54%	-2,53%	0,84%
JOÃO PESSOA (PB)	8,33%	0,17%	6,70%	-2,89%	-4,89%	2,65%	-3,84%	1,42%
RECIFE (PE)	7,36%	2,12%	1,12%	-10,35%	-5,55%	1,43%	-3,68%	0,51%
MACEIÓ (AL)	1,32%	0,12%	1,37%	5,35%	-3,61%	0,22%	-1,92%	2,28%
ARACAJU (SE)	5,84%	3,40%	-2,07%	-3,11%	-3,71%	-3,53%	0,73%	-1,96%
SALVADOR (BA)	-4,11%	5,86%	3,31%	3,17%	0,39%	-2,17%	-3,14%	-1,71%

Nota: Elaboração Própria com base em IBGE-SIDRA.

**APÊNDICE G – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB REAL (AJUSTADO
COM DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB) – 10 MAIORES MICRORREGIÕES
NORDESTINAS DE ACORDO COM O PIB NA MÉDIA 2017-19 (EXCETO
AQUELAS QUE INCLUEM MUNICÍPIOS QUE SÃO CAPITAIS) – 2012 A 2019**

MICRORREGIÕES	ANO							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
BARREIRAS (BA)	26,07%	-11,94%	9,15%	5,66%	-26,7%	24,92%	29,46%	-13,1%
CAMPINA GRANDE (PB)	6,19%	-1,77%	5,24%	-1,67%	-2,64%	-0,20%	1,35%	-0,41%
FEIRA DE SANTANA (BA)	2,76%	13,18%	0,79%	-3,47%	3,18%	0,88%	1,40%	0,71%
ILHÉUS-ITABUNA (BA)	1,66%	1,64%	0,01%	0,11%	-4,95%	-6,43%	0,49%	2,50%
IMPERATRIZ (MA)	16,75%	8,07%	6,64%	1,51%	7,20%	-6,97%	3,36%	-3,40%
MATA SETENTR. PERNAMB. (PE)	5,33%	1,69%	16,73%	14,43%	13,29%	29,55%	-3,02%	5,79%
PORTO SEGURO (BA)	0,50%	8,10%	-0,49%	6,81%	-2,08%	0,22%	5,53%	-3,82%
SUAPE (PE)	10,96%	5,87%	-9,33%	1,08%	10,96%	2,61%	-2,47%	1,89%
VALE DO IPOJUCA (PE)	10,41%	3,76%	5,96%	-6,48%	-2,47%	5,94%	0,30%	2,80%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	2,08%	7,23%	1,57%	1,76%	-1,43%	-2,06%	3,11%	-0,44%

Nota: Elaboração Própria com base em IBGE-SIDRA.

**APÊNDICE H – PIB REAL (PREÇOS DE 2019, 1000 R\$) – ESTADOS BRASILEIROS
– MÉDIAS DE 2002-04 E 2017-19 E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS –
CLASSIFICADOS EM ORDEM DECRESCENTE DE CRESCIMENTO**

ESTADOS	MÉDIA 2002-04	MÉDIA 2017-19	CRESCIMENTO
PIAUI	24.977.045	51.560.944	106%
TOCANTINS	19.189.019	37.889.021	97%
PARÁ	93.969.838	171.855.270	83%
MATO GROSSO	78.653.802	141.161.745	79%
RORAIMA	7.850.462	13.802.339	76%
MATO GROSSO DO SUL	61.570.084	107.796.902	75%
MARANHÃO	57.529.212	99.054.689	72%
RONDÔNIA	27.830.493	47.094.931	69%
AMAPÁ	10.460.175	17.286.201	65%
CEARÁ	98.530.476	162.375.910	65%
PERNAMBUCO	120.283.708	196.607.155	63%
SANTA CATARINA	192.317.469	311.996.985	62%
PARAÍBA	43.394.611	67.673.065	56%
ACRE	10.159.449	15.716.559	55%
RIO GRANDE DO NORTE	45.816.080	70.384.766	54%
GOIÁS	135.463.954	207.207.300	53%
ALAGOAS	38.369.487	57.740.595	50%
DISTRITO FEDERAL	180.085.481	268.552.872	49%
MINAS GERAIS	440.072.367	640.100.690	45%
BAHIA	204.231.087	294.722.868	44%
PARANÁ	321.496.331	461.312.788	43%
ESPÍRITO SANTO	98.100.018	134.542.062	37%
RIO GRANDE DO SUL	349.739.998	473.315.777	35%
AMAZONAS	78.993.411	104.680.866	33%
SÃO PAULO	1.768.616.372	2.320.483.763	31%
SERGIPE	35.497.167	44.270.259	25%
RIO DE JANEIRO	629.372.159	767.369.471	22%

Nota: Elaboração Própria com base em IBGE-SIDRA.

**APÊNDICE I – PIB PER CAPITA REAL A PREÇOS DE 2019 (MÉDIAS 2002-04 E
2017-19) (MÉDIA MENSAL) (R\$) E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS – ESTADOS
BRASILEIROS – CLASSIFICADOS EM ORDEM DECRESCENTE DE
CRESCIMENTO**

ESTADO	MÉDIA 2002-04	MÉDIA 2017-19	CRESCIMENTO
PIAUI	710	1.321	86%
TOCANTINS	1.296	2.024	56%
MARANHAO	812	1.173	44%
PARA	1.181	1.686	43%
CEARA	1.053	1.491	42%
RONDONIA	1.562	2.205	41%
PERNAMBUCO	1.224	1.723	41%
MATO GROSSO	2.452	3.436	40%
MATO GROSSO DO SUL	2.353	3.271	39%
PARAIBA	1.025	1.405	37%
ALAGOAS	1.092	1.438	32%
BAHIA	1.262	1.637	30%
SANTA CATARINA	2.842	3.671	29%
MINAS GERAIS	1.967	2.527	28%
RIO GRANDE DO NORTE	1.316	1.677	27%
RIO GRANDE DO SUL	2.762	3.477	26%
PARANA	2.692	3.382	26%
GOIAS	2.113	2.501	18%
ESPIRITO SANTO	2.499	2.802	12%
SAO PAULO	3.789	4.248	12%
RORAIMA	1.811	2.027	12%
DISTRITO FEDERAL	6.806	7.436	9%
ACRE	1.398	1.523	9%
RIO DE JANEIRO	3.511	3.750	7%
AMAPA	1.637	1.748	7%
SERGIPE	1.569	1.612	3%
AMAZONAS	2.161	2.129	-1%

Nota: Elaboração Própria com base em IBGE-SIDRA.

**APÊNDICE J - MAIORES MICRORREGIÕES POR ORDEM DE CRESCIMENTO
(POSIÇÕES 36 ATÉ 188) (ESTADO ENTRE PARÊNTESES): VALOR ADICIONADO
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS A PREÇOS CONSTANTES DE 2019 (MÉDIAS DOS
ANOS DE 2002-2004 E 2016-2018) (R\$1.000,00) E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS**

MICRORREGIÕES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2016-2018	CRESCIMENTO
ALTO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	96.764	240.288	148%
ITAPECURU MIRIM (MA)	328.077	788.103	140%
LENÇÓIS MARANHENSES (MA)	275.092	656.329	139%
BARREIRAS (BA)	577.022	1.337.714	132%
ROSÁRIO (MA)	263.571	605.091	130%
PORTO FRANCO (MA)	193.371	437.830	126%
BAIXO CURU (CE)	239.194	539.741	126%
GERAIS DE BALSAS (MA)	237.171	534.155	125%
PACAJUS (CE)	239.895	520.834	117%
ALTO MÉDIO GURGUÉIA (PI)	201.737	437.097	117%
SUAPE (PE)	829.507	1.792.593	116%
CHAPADINHA (MA)	376.357	808.566	115%
BAIXADA MARANHENSE (MA)	951.871	2.010.168	111%
SÃO RAIMUNDO NONATO (PI)	310.896	647.664	108%
COELHO NETO (MA)	156.352	318.970	104%
IMPERATRIZ (MA)	1.085.525	2.187.368	102%
GURUPI (MA)	407.944	821.889	101%
BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE (MA)	237.997	476.457	100%
TERESINA (PI)	2.443.985	4.880.173	100%
PINDARÉ (MA)	1.126.268	2.237.656	99%
MACAU (RN)	213.375	421.527	98%
BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	768.061	1.513.468	97%
CAMPO MAIOR (PI)	523.070	1.030.363	97%
ALTO MÉDIO CANINDÉ (PI)	641.418	1.262.526	97%
CHAPADAS DO EXTREMO SUL PIAUIENSE (PI)	199.179	391.689	97%
ALTO MEARIM E GRAJAÚ (MA)	565.870	1.105.719	95%
CHAPADAS DAS MANGABEIRAS (MA)	136.682	265.976	95%
PICOS (PI)	471.276	916.064	94%
AGLOMERAÇÃO URBANA DE SÃO LUÍS (MA)	2.424.253	4.710.127	94%
ALTO CAPIBARIBE (PE)	673.343	1.304.503	94%
CHAPADAS DO ALTO ITAPECURU (MA)	377.526	726.657	92%
PIO IX (PI)	132.527	254.837	92%
LITORAL PIAUIENSE (PI)	719.312	1.375.984	91%
BERTOLÍNIA (PI)	105.582	200.331	90%

CAXIAS (MA)	779.810	1.479.303	90%
PRESIDENTE DUTRA (MA)	348.420	659.320	89%
ALAGOANA DO SERTÃO DO SÃO FRANC. (AL)	202.728	377.992	86%
MÉDIO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	323.722	603.205	86%
LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE (MA)	349.521	648.263	85%
ITAPIPOCA (CE)	441.542	817.657	85%
BREJO SANTO (CE)	222.083	410.328	85%
FLORIANO (PI)	313.697	573.322	83%
PETROLINA (PE)	1.168.121	2.134.875	83%
LITORAL NORTE ALAGOANO (AL)	181.371	328.308	81%
FERNANDO DE NORONHA (PE)	4.769	8.611	81%
ITAMARACÁ (PE)	458.264	826.739	80%
VALENÇA (BA)	589.720	1.063.168	80%
MÉDIO MEARIM (MA)	801.674	1.441.519	80%
TRAIPU (AL)	98.369	176.679	80%
URUBURETAMA (CE)	230.474	411.900	79%
MÉDIO CURU (CE)	197.302	350.737	78%
LITORAL DE CAMOCIM E ACARAÚ (CE)	799.271	1.416.235	77%
PORTO SEGURO (BA)	1.720.792	3.043.153	77%
IBIAPABA (CE)	653.427	1.145.892	75%
VALENÇA DO PIAUÍ (PI)	270.121	473.651	75%
CARIRI (CE)	1.152.791	2.021.005	75%
SOBRAL (CE)	893.276	1.565.570	75%
LITORAL SUL (RN)	450.399	785.930	74%
SERTÃO DO MOXOTÓ (PE)	558.908	974.332	74%
BAIXA VERDE (RN)	213.975	372.804	74%
MERUOCA (CE)	58.502	101.624	74%
CASCADEL (CE)	303.793	527.579	74%
CODÓ (MA)	519.248	899.633	73%
PAULO AFONSO (BA)	380.799	658.935	73%
ENTRE RIOS (BA)	276.004	476.080	72%
COREAÚ (CE)	131.711	226.934	72%
JOÃO PESSOA (PB)	3.307.360	5.666.627	71%
SALVADOR (BA)	7.541.806	12.887.936	71%
VALE DO IPOJUCA (PE)	2.308.944	3.942.982	71%
PATOS (PB)	397.499	678.344	71%
CHAPADA DO ARARIPE (CE)	223.621	380.721	70%
LIVRAMENTO DO BRUMADO (BA)	207.512	352.995	70%
NATAL (RN)	3.453.578	5.861.136	70%
CURIMATAÚ OCIDENTAL (PB)	387.660	657.518	70%
ALAGOINHAS (BA)	716.015	1.214.221	70%
ARARIPINA (PE)	832.559	1.410.201	69%
SERRANA DO SERTÃO ALAGOANO (AL)	225.138	380.815	69%

LITORAL NORDESTE (RN)	303.675	513.120	69%
BARRA (BA)	392.910	663.337	69%
ARAPIRACA (AL)	1.051.245	1.772.210	69%
SENHOR DO BONFIM (BA)	637.760	1.075.050	69%
COTINGUIBA (SE)	174.234	293.662	69%
LITORAL DE ARACATI (CE)	272.180	458.312	68%
AGRESTE POTIGUAR (RN)	789.811	1.329.419	68%
CATOLÉ DO ROCHA (PB)	365.711	615.058	68%
SANTO ANTÔNIO DE JESUS (BA)	1.192.904	2.002.304	68%
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS (AL)	771.157	1.293.168	68%
SERTÃO DE QUIXERAMOBIM (CE)	615.820	1.032.472	68%
FORTALEZA (CE)	7.817.364	13.100.159	68%
MACAÍBA (RN)	970.022	1.624.110	67%
MOSSORÓ (RN)	1.119.949	1.874.408	67%
FEIRA DE SANTANA (BA)	2.112.012	3.530.942	67%
VALE DO AÇU (RN)	489.770	818.404	67%
GARANHUNS (PE)	1.249.739	2.087.916	67%
GUANAMBI (BA)	829.396	1.383.772	67%
JUAZEIRO (BA)	1.096.098	1.828.708	67%
SALGUEIRO (PE)	456.478	760.613	67%
SERRINHA (BA)	924.307	1.539.147	67%
BOQUIRA (BA)	417.604	694.856	66%
CATU (BA)	540.898	899.721	66%
MATA ALAGOANA (AL)	808.937	1.345.289	66%
BATURITÉ (CE)	466.727	774.568	66%
ESPERANÇA (PB)	175.591	291.163	66%
SERIDÓ ORIENTAL PARAIBANO (PB)	250.129	414.718	66%
COTEGIPE (BA)	262.324	433.064	65%
VALE DO IPANEMA (PE)	497.420	820.742	65%
RIBEIRA DO POMBAL (BA)	713.731	1.177.225	65%
LAVRAS DA MANGABEIRA (CE)	136.206	224.306	65%
BOM JESUS DA LAPA (BA)	388.321	638.054	64%
CAMPINA GRANDE (PB)	1.573.973	2.581.499	64%
VÁRZEA ALEGRE (CE)	223.053	364.565	63%
MACEIÓ (AL)	2.899.481	4.735.609	63%
BATALHA (AL)	256.152	418.212	63%
SERRANA DOS QUILOMBOS (AL)	403.063	656.927	63%
IRECÊ (BA)	844.532	1.375.510	63%
CARIRI OCIDENTAL (PB)	412.021	671.039	63%
CAJAZEIRAS (PB)	553.886	901.187	63%
ITAPARICA (PE)	421.326	685.289	63%
SAPÉ (PB)	420.012	683.029	63%
CANINDÉ (CE)	302.489	490.715	62%
MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA (PE)	1.627.425	2.639.297	62%
CARIRI ORIENTAL (PB)	228.809	370.562	62%

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (PE)	614.799	995.242	62%
SERIDÓ OCIDENTAL (RN)	337.530	546.242	62%
LITORAL NORTE (PB)	478.160	773.741	62%
SERRA DO PEREIRO (CE)	111.652	180.145	61%
SANTA MARIA DA VITÓRIA (BA)	448.050	722.465	61%
LITORAL SUL (PB)	287.837	462.467	61%
BORBOREMA POTIGUAR (RN)	484.784	775.157	60%
SERTÃO DE INHAMUNS (CE)	346.689	554.316	60%
ARACAJU (SE)	2.752.784	4.389.793	59%
BARRO (CE)	208.039	331.726	59%
PENEDO (AL)	334.316	532.787	59%
ITAPORANGA (PB)	277.975	442.374	59%
BAIXO COTINGUIBA (SE)	390.110	620.498	59%
PALMEIRA DOS ÍNDIOS (AL)	475.796	756.503	59%
BAIXO JAGUARIBE (CE)	742.771	1.179.460	59%
SERRA DO TEIXEIRA (PB)	377.760	598.421	58%
SANTANA DO IPANEMA (AL)	470.855	743.640	58%
PAJEÚ (PE)	904.948	1.428.152	58%
IGUATU (CE)	530.415	836.537	58%
SOUSA (PB)	598.663	942.212	57%
JACOBINA (BA)	768.093	1.208.606	57%
GUARABIRA (PB)	542.745	853.107	57%
CHOROZINHO (CE)	159.169	250.175	57%
SERTÃO DE SENADOR POMPEU (CE)	507.932	797.994	57%
SANTA QUITÉRIA (CE)	174.351	273.268	57%
IPU (CE)	325.922	510.790	57%
MATA SETENTRIONAL PERNAMBUCANA (PE)	1.589.326	2.482.539	56%
ITABAIANA (PB)	361.820	565.144	56%
JAPARATUBA (SE)	229.638	358.064	56%
SEABRA (BA)	608.608	948.633	56%
EUCLIDES DA CUNHA (BA)	714.885	1.111.999	56%
SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO (PB)	138.871	215.828	55%
SERRA DE SANTANA (RN)	234.332	361.247	54%
SERRA DE SÃO MIGUEL (RN)	238.382	364.189	53%
ITABERABA (BA)	593.661	904.725	52%
ESTÂNCIA (SE)	472.247	719.509	52%
JEREMOABO (BA)	248.868	378.777	52%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	1.523.368	2.314.165	52%
PIANCÓ (PB)	246.448	373.713	52%
JEQUIÉ (BA)	1.278.013	1.937.906	52%
SERTÃO DE CRATÉUS (CE)	591.820	896.560	51%
RECIFE (PE)	9.467.373	14.328.520	51%
ANGICOS (RN)	200.207	302.993	51%
UMBUZEIRO (PB)	186.119	281.437	51%
CURIMATAÚ ORIENTAL (PB)	319.932	482.766	51%

SERGIPANA DO SERTÃO DO SÃO FRANC. (SE)	592.556	888.178	50%
MÉDIO JAGUARIBE (CE)	162.459	242.325	49%
AGRESTE DE ITABAIANA (SE)	553.473	825.146	49%
MÉDIO OESTE (RN)	153.083	228.018	49%
BREJO PARAIBANO (PB)	392.653	582.887	48%
SERIDÓ ORIENTAL (RN)	434.973	644.520	48%
PAU DOS FERROS (RN)	428.800	632.809	48%
CARIRA (SE)	256.328	377.559	47%
ITAPETINGA (BA)	523.188	768.735	47%
AGRESTE DE LAGARTO (SE)	403.343	592.430	47%
UMARIZAL (RN)	242.547	356.228	47%
MÉDIO CAPIBARIBE (PE)	769.435	1.126.692	46%
CHAPADA DO APODI (RN)	266.178	389.686	46%
CARIRIAÇU (CE)	159.803	232.310	45%
BOQUIM (SE)	585.223	847.281	45%
NOSSA SENHORA DAS DORES (SE)	241.580	349.443	45%
BREJO PERNAMBUCANO (PE)	690.313	994.896	44%
TOBIAS BARRETO (SE)	379.330	538.621	42%
ILHÉUS-ITABUNA (BA)	2.684.727	3.769.408	40%
PROPRIÁ (SE)	371.200	497.814	34%
BRUMADO (BA)	637.110	827.076	30%

Nota: Elaboração Própria com base em IBGE-SIDRA.

**APÊNDICE K – MAIORES MICRORREGIÕES POR ORDEM DE CRESCIMENTO
(POSIÇÕES 36 ATÉ 188) (ESTADO ENTRE PARÊNTESES): VALOR ADICIONADO
DOS SERVIÇOS PRIVADOS A PREÇOS CONSTANTES DE 2019 (MÉDIAS DOS
ANOS DE 2002-2004 E 2016-2018) (R\$1.000,00) E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS**

MICRORREGIÕES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2016-2018	CRESCIMENTO
PIO IX (PI)	54.701	126.498	131%
PORTO FRANCO (MA)	276.113	637.210	131%
LITORAL DE CAMOCIM E ACARAÚ (CE)	573.233	1.320.276	130%
ITAPECURU MIRIM (MA)	238.854	546.008	129%
CAMPO MAIOR (PI)	271.699	615.161	126%
FEIRA DE SANTANA (BA)	4.695.103	10.623.460	126%
VALE DO IPANEMA (PE)	190.771	431.155	126%
MÉDIO JAGUARIBE (CE)	140.866	315.982	124%
SERTÃO DE QUIXERAMOBIM (CE)	506.699	1.133.876	124%
CARIRA (SE)	144.074	322.051	124%
EUCLIDES DA CUNHA (BA)	442.717	967.641	119%
COTEGIPE (BA)	139.763	305.303	118%
BORBOREMA POTIGUAR (RN)	223.255	486.983	118%
AGRESTE DE ITABAIANA (SE)	557.460	1.209.898	117%
ITAPARICA (PE)	284.430	616.253	117%
VÁRZEA ALEGRE (CE)	128.112	277.477	117%
VALE DO IPOJUCA (PE)	2.985.587	6.462.267	116%
SALGUEIRO (PE)	347.572	751.076	116%
SERTÃO DO MOXOTÓ (PE)	476.138	1.027.157	116%
SERTÃO DE INHAMUNS (CE)	202.638	434.867	115%
CHAPADAS DO ALTO ITAPECURU (MA)	318.006	680.680	114%
ALAGOANA DO SERTÃO DO SÃO FRANC. (AL)	151.186	323.416	114%
JUAZEIRO (BA)	1.337.628	2.858.877	114%
CATOLÉ DO ROCHA (PB)	242.274	516.599	113%
ARARIPINA (PE)	487.354	1.039.027	113%
CHAPADINHA (MA)	323.129	687.764	113%
CHAPADAS DAS MANGABEIRAS (MA)	158.452	336.880	113%
ALTO MEARIM E GRAJAÚ (MA)	422.216	896.985	112%
LITORAL SUL (RN)	266.911	565.364	112%
SERTÃO DE SENADOR POMPEU (CE)	295.773	626.170	112%
SANTA MARIA DA VITÓRIA (BA)	514.504	1.084.090	111%
CHOROZINHO (CE)	85.664	180.100	110%
SERRA DE SANTANA (RN)	92.085	193.200	110%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	2.391.535	5.007.610	109%
FERNANDO DE NORONHA (PE)	59.376	124.089	109%

SOBRAL (CE)	1.303.628	2.710.638	108%
GUANAMBI (BA)	822.943	1.701.024	107%
PRESIDENTE DUTRA (MA)	357.915	738.605	106%
AGRESTE POTIGUAR (RN)	353.975	729.075	106%
MACAÍBA (RN)	964.236	1.983.355	106%
BOQUIRA (BA)	257.489	529.002	105%
SERIDÓ OCIDENTAL (RN)	357.561	734.264	105%
PETROLINA (PE)	1.749.592	3.588.518	105%
PATOS (PB)	485.471	989.816	104%
MÉDIO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	161.527	329.291	104%
TOBIAS BARRETO (SE)	249.266	507.069	103%
LAVRAS DA MANGABEIRA (CE)	71.319	144.377	102%
IRECÊ (BA)	761.618	1.537.965	102%
PAJEÚ (PE)	750.293	1.511.004	101%
LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE (MA)	159.192	319.581	101%
CODÓ (MA)	446.333	894.027	100%
JACOBINA (BA)	753.540	1.504.588	100%
ITAMARACÁ (PE)	694.351	1.381.232	99%
MERUOCA (CE)	22.998	45.711	99%
IPU (CE)	200.309	397.796	99%
SERRINHA (BA)	845.923	1.679.250	99%
BAIXO JAGUARIBE (CE)	803.844	1.593.602	98%
BERTOLÍNIA (PI)	60.918	120.613	98%
ALAGOINHAS (BA)	1.071.210	2.118.898	98%
SAPÉ (PB)	217.225	429.639	98%
SOUSA (PB)	477.884	944.984	98%
ITAPIPOCA (CE)	452.751	894.335	98%
PAU DOS FERROS (RN)	250.946	495.362	97%
BOM JESUS DA LAPA (BA)	331.697	652.438	97%
TRAIPU (AL)	30.799	60.408	96%
SERIDÓ ORIENTAL (RN)	332.210	650.700	96%
GARANHUNS (PE)	1.054.055	2.063.967	96%
BARRA (BA)	289.154	565.213	95%
TERESINA (PI)	6.038.436	11.803.376	95%
LITORAL DE ARACATI (CE)	367.628	717.544	95%
SEABRA (BA)	518.238	1.010.346	95%
SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO (PB)	80.540	156.902	95%
PORTO SEGURO (BA)	3.431.628	6.676.681	95%
CAXIAS (MA)	1.006.909	1.957.121	94%
VALENÇA DO PIAUÍ (PI)	143.577	278.997	94%
BARRO (CE)	130.252	253.015	94%
MÉDIO OESTE (RN)	67.225	129.216	92%
SERRANA DO SERTÃO ALAGOANO (AL)	83.439	160.366	92%
BRUMADO (BA)	525.222	1.009.418	92%
PACAJUS (CE)	466.662	894.146	92%

ITABERABA (BA)	493.863	944.931	91%
RIBEIRA DO POMBAL (BA)	534.255	1.017.954	91%
CAJAZEIRAS (PB)	501.663	955.612	90%
MÉDIO CAPIBARIBE (PE)	478.473	909.565	90%
CASCADEL (CE)	326.423	620.389	90%
JEREMOABO (BA)	126.002	238.220	89%
PAULO AFONSO (BA)	570.107	1.070.519	88%
JEQUIÉ (BA)	1.432.314	2.687.402	88%
BATURITÉ (CE)	313.457	587.278	87%
SERRA DE SÃO MIGUEL (RN)	86.019	160.242	86%
PINDARÉ (MA)	1.179.851	2.191.571	86%
BREJO PERNAMBUCANO (PE)	341.918	633.168	85%
CHAPADA DO ARARIPE (CE)	135.197	248.898	84%
SANTO ANTÔNIO DE JESUS (BA)	1.870.559	3.439.873	84%
LIVRAMENTO DO BRUMADO (BA)	206.432	379.034	84%
SERTÃO DE CRATÉUS (CE)	438.089	797.721	82%
IGUATU (CE)	687.203	1.251.197	82%
CARIRIAÇU (CE)	67.812	123.032	81%
NATAL (RN)	9.371.976	16.759.372	79%
MACEIÓ (AL)	8.212.738	14.642.543	78%
MATA ALAGOANA (AL)	512.722	912.840	78%
UMARIZAL (RN)	116.716	207.099	77%
LITORAL NORTE (PB)	303.955	538.281	77%
SANTA QUITÉRIA (CE)	122.801	216.567	76%
SERRANA DOS QUILOMBOS (AL)	313.464	550.924	76%
SERRA DO TEIXEIRA (PB)	150.950	264.233	75%
GUARABIRA (PB)	406.212	710.672	75%
BOQUIM (SE)	342.123	596.279	74%
FORTALEZA (CE)	28.949.974	50.397.327	74%
PALMEIRA DOS ÍNDIOS (AL)	354.634	616.941	74%
MÉDIO MEARIM (MA)	983.130	1.709.243	74%
CANINDÉ (CE)	219.405	381.348	74%
CAMPINA GRANDE (PB)	2.713.973	4.703.331	73%
SERIDÓ ORIENTAL PARAIBANO (PB)	114.248	196.036	72%
ITABAIANA (PB)	200.211	343.178	71%
CURIMATAÚ OCIDENTAL (PB)	208.212	356.316	71%
BATALHA (AL)	155.748	264.534	70%
ITAPORANGA (PB)	147.557	249.687	69%
JOÃO PESSOA (PB)	8.428.234	14.228.081	69%
ANGICOS (RN)	94.798	159.350	68%
UMBUZEIRO (PB)	56.767	94.663	67%
ESPERANÇA (PB)	136.472	227.194	66%
NOSSA SENHORA DAS DORES (SE)	147.002	244.012	66%
GERAIS DE BALSAS (MA)	1.142.769	1.888.000	65%
MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA (PE)	1.305.600	2.150.579	65%

CURIMATAÚ ORIENTAL (PB)	153.338	249.445	63%
MOSSORÓ (RN)	2.298.485	3.732.234	62%
PIANCÓ (PB)	116.810	188.543	61%
CARIRI ORIENTAL (PB)	95.106	152.072	60%
AGLOMERAÇÃO URBANA DE SÃO LUÍS (MA)	11.294.778	18.048.878	60%
IMPERATRIZ (MA)	3.545.217	5.657.579	60%
AGRESTE DE LAGARTO (SE)	395.619	630.500	59%
VALE DO AÇU (RN)	481.368	761.711	58%
PENEDO (AL)	328.235	512.173	56%
URUBURETAMA (CE)	214.179	332.476	55%
ITAPETINGA (BA)	525.578	799.426	52%
ARACAJU (SE)	7.859.083	11.926.973	52%
BREJO PARAIBANO (PB)	208.546	314.975	51%
SALVADOR (BA)	41.420.500	61.106.138	48%
PROPRÍÁ (SE)	291.801	428.996	47%
RECIFE (PE)	32.921.772	47.711.230	45%
CHAPADA DO APODI (RN)	253.024	365.036	44%
ESTÂNCIA (SE)	609.625	867.890	42%
SENHOR DO BONFIM (BA)	845.153	1.191.604	41%
MACAU (RN)	422.106	573.087	36%
ILHÉUS-ITABUNA (BA)	4.793.263	6.471.204	35%
ENTRE RIOS (BA)	383.847	510.432	33%
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS (AL)	830.854	1.103.456	33%
COELHO NETO (MA)	159.684	209.246	31%
BAIXO COTINGUIBA (SE)	519.440	644.730	24%
COTINGUIBA (SE)	138.709	168.084	21%
CATU (BA)	1.311.208	1.559.555	19%
JAPARATUBA (SE)	230.095	190.468	-17%

Nota: Elaboração Própria com base em IBGE-SIDRA.

**APÊNDICE L – MAIORES MICRORREGIÕES POR ORDEM DE CRESCIMENTO
(POSIÇÕES 36 ATÉ 188) (ESTADO ENTRE PARÊNTESES): PARTICIPAÇÃO DOS
SERVIÇOS PÚBLICOS NO PIB DE CADA MICRORREGIÃO (MÉDIAS DOS ANOS
DE 2002-2004 E 2016-2018) E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS**

MICRORREGIÕES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2016-2018	CRESCIMENTO
SOBRAL (CE)	20.4%	24.6%	21%
IMPERATRIZ (MA)	14.2%	17.1%	20%
CASCADEL (CE)	23.0%	27.3%	19%
MACAU (RN)	12.9%	15.1%	18%
ILHÉUS-ITABUNA (BA)	20.7%	24.3%	18%
MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA (PE)	35.5%	41.7%	17%
CANINDÉ (CE)	38.8%	45.4%	17%
ALTO MEARIM E GRAJAÚ (MA)	35.0%	41.0%	17%
PRESIDENTE DUTRA (MA)	31.6%	36.9%	17%
PROPRIÁ (SE)	33.7%	39.3%	17%
AGLOMERAÇÃO URBANA DE SÃO LUÍS (MA)	11.1%	12.9%	16%
PENEDO (AL)	23.8%	27.6%	16%
ARACAJU (SE)	17.0%	19.6%	16%
RECIFE (PE)	14.4%	16.6%	16%
MÉDIO OESTE (RN)	41.4%	47.8%	15%
ROSÁRIO (MA)	34.5%	39.8%	15%
BREJO PARAIBANO (PB)	38.8%	44.5%	15%
BATURITÉ (CE)	35.1%	39.9%	14%
CHAPADAS DO ALTO ITAPECURU (MA)	32.9%	37.3%	13%
ITAPIPOCA (CE)	25.1%	28.5%	13%
MERUOCA (CE)	50.8%	57.5%	13%
ALAGOINHAS (BA)	17.4%	19.5%	12%
BARRO (CE)	37.7%	42.1%	12%
CHAPADA DO ARARIPE (CE)	43.2%	48.2%	11%
PALMEIRA DOS ÍNDIOS (AL)	37.9%	42.2%	11%
SERRA DO TEIXEIRA (PB)	52.4%	57.9%	11%
PETROLINA (PE)	22.3%	24.6%	10%
GURUPI (MA)	41.0%	45.2%	10%
JOÃO PESSOA (PB)	17.8%	19.6%	10%
TERESINA (PI)	19.1%	21.0%	10%
SANTA MARIA DA VITÓRIA (BA)	18.4%	20.2%	10%
CARIRI ORIENTAL (PB)	50.0%	54.5%	9%
ITAPORANGA (PB)	48.1%	52.4%	9%
BAIXADA MARANHENSE (MA)	39.4%	42.9%	9%
SERRANA DO SERTÃO ALAGOANO	52.4%	57.0%	9%

(AL)			
SANTO ANTÔNIO DE JESUS (BA)	23.3%	25.3%	9%
TRAIPU (AL)	44.6%	48.3%	9%
LITORAL DE ARACATI (CE)	22.7%	24.7%	8%
BERTOLÍNIA (PI)	34.7%	37.5%	8%
SERRINHA (BA)	32.6%	35.2%	8%
ANGICOS (RN)	51.2%	55.4%	8%
CAMPINA GRANDE (PB)	22.2%	23.9%	8%
JUAZEIRO (BA)	24.0%	25.8%	8%
BOQUIM (SE)	41.8%	44.9%	7%
BOQUIRA (BA)	43.5%	46.5%	7%
SERIDÓ ORIENTAL PARAIBANO (PB)	53.7%	57.3%	7%
AGRESTE DE LAGARTO (SE)	30.3%	32.3%	7%
NOSSA SENHORA DAS DORES (SE)	41.9%	44.6%	6%
IGUATU (CE)	28.4%	30.2%	6%
SERTÃO DE CRATÉUS (CE)	38.6%	41.0%	6%
LITORAL NORTE (PB)	38.4%	40.7%	6%
AGRESTE POTIGUAR (RN)	50.8%	53.8%	6%
ESPERANÇA (PB)	42.0%	44.5%	6%
ITAMARACÁ (PE)	17.0%	18.1%	6%
BARRA (BA)	38.9%	41.1%	6%
FORTALEZA (CE)	13.3%	14.1%	6%
BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE (MA)	43.9%	46.3%	6%
LAVRAS DA MANGABEIRA (CE)	44.3%	46.7%	5%
MACEIÓ (AL)	16.0%	16.8%	5%
ITAPETINGA (BA)	28.7%	30.0%	4%
NATAL (RN)	18.1%	18.9%	4%
UMBUZEIRO (PB)	60.6%	63.1%	4%
SERRA DE SÃO MIGUEL (RN)	58.9%	61.3%	4%
CURIMATAÚ ORIENTAL (PB)	53.6%	55.8%	4%
PIANCÓ (PB)	51.3%	53.4%	4%
IRECÊ (BA)	32.5%	33.7%	4%
SERTÃO DE INHAMUNS (CE)	42.3%	43.7%	3%
SERRANA DOS QUILOMBOS (AL)	22.4%	23.1%	3%
LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE (MA)	51.0%	52.6%	3%
EUCLIDES DA CUNHA (BA)	40.9%	42.0%	3%
CURIMATAÚ OCIDENTAL (PB)	49.8%	51.0%	2%
ITABERABA (BA)	35.6%	36.5%	2%
COTEGIPE (BA)	36.8%	37.7%	2%
MÉDIO JAGUARIBE (CE)	27.6%	28.3%	2%
VALENÇA DO PIAUÍ (PI)	48.7%	49.4%	1%
SEABRA (BA)	32.0%	32.5%	1%
SERTÃO DE QUIXERAMOBIM (CE)	33.4%	33.8%	1%
ITAPECURU MIRIM (MA)	39.4%	39.8%	1%
BAIXO JAGUARIBE (CE)	25.0%	25.3%	1%

BORBOREMA POTIGUAR (RN)	52.5%	53.0%	1%
BOM JESUS DA LAPA (BA)	32.6%	32.9%	1%
SALGUEIRO (PE)	41.7%	41.9%	0%
BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	52.0%	52.1%	0%
PAJEÚ (PE)	38.2%	38.2%	0%
SAPÉ (PB)	48.3%	48.3%	0%
LENÇÓIS MARANHENSES (MA)	47.9%	47.8%	0%
SERTÃO DE SENADOR POMPEU (CE)	41.6%	41.5%	0%
PIO IX (PI)	52.8%	52.1%	-1%
PAU DOS FERROS (RN)	48.2%	47.6%	-1%
SÃO RAIMUNDO NONATO (PI)	49.7%	49.1%	-1%
CAMPO MAIOR (PI)	51.8%	51.1%	-1%
UMARIZAL (RN)	54.3%	53.6%	-1%
ARARIPINA (PE)	44.8%	44.2%	-1%
IPU (CE)	41.6%	40.7%	-2%
MÉDIO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	52.5%	51.4%	-2%
SANTANA DO IPANEMA (AL)	49.7%	48.4%	-3%
ITABAIANA (PB)	49.6%	48.2%	-3%
CAJAZEIRAS (PB)	40.2%	39.0%	-3%
CARIRIAÇU (CE)	50.4%	48.9%	-3%
VÁRZEA ALEGRE (CE)	43.9%	42.4%	-4%
PATOS (PB)	33.9%	32.6%	-4%
BREJO PERNAMBUCANO (PE)	48.8%	46.9%	-4%
SOUSA (PB)	40.8%	39.0%	-5%
JEQUIÉ (BA)	31.0%	29.4%	-5%
CARIRA (SE)	38.4%	36.4%	-5%
GUARABIRA (PB)	43.2%	40.9%	-5%
BREJO SANTO (CE)	36.1%	33.8%	-6%
CHAPADAS DO EXT. SUL PIAUIENSE (PI)	47.8%	44.6%	-7%
LITORAL PIAUIENSE (PI)	39.0%	36.4%	-7%
LITORAL DE CAMOCIM E ACARAÚ (CE)	38.2%	35.6%	-7%
GUANAMBI (BA)	32.8%	30.5%	-7%
SERIDÓ OCIDENTAL (RN)	36.3%	33.7%	-7%
CARIRI (CE)	25.5%	23.6%	-7%
GARANHUNS (PE)	37.1%	34.3%	-7%
LITORAL SUL (RN)	38.3%	35.3%	-8%
ALTO MÉDIO CANINDÉ (PI)	47.4%	43.5%	-8%
CATOLÉ DO ROCHA (PB)	47.9%	44.0%	-8%
IBIAPABA (CE)	33.3%	30.4%	-8%
SERTÃO DO MOXOTÓ (PE)	41.4%	37.8%	-9%
AGRESTE DE ITABAIANA (SE)	32.3%	29.5%	-9%
VALE DO IPANEMA (PE)	53.9%	48.7%	-10%
TOBIAS BARRETO (SE)	42.5%	38.3%	-10%
CARIRI OCIDENTAL (PB)	50.4%	45.5%	-10%
PICOS (PI)	36.6%	32.9%	-10%

VALENÇA (BA)	28.8%	25.8%	-10%
CHOROZINHO (CE)	46.0%	41.1%	-11%
PORTO FRANCO (MA)	23.2%	20.7%	-11%
JACOBINA (BA)	36.0%	32.0%	-11%
MÉDIO CURU (CE)	48.6%	42.8%	-12%
MÉDIO CAPIBARIBE (PE)	44.7%	39.4%	-12%
SERIDÓ ORIENTAL (RN)	40.7%	35.3%	-13%
SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO (PB)	49.9%	43.1%	-14%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	27.0%	23.2%	-14%
FERNANDO DE NORONHA (PE)	6.4%	5.4%	-14%
ARAPIRACA (AL)	30.2%	25.7%	-15%
VALE DO IPOJUCA (PE)	30.9%	26.3%	-15%
MÉDIO MEARIM (MA)	29.8%	25.0%	-16%
ALTO CAPIBARIBE (PE)	40.4%	33.9%	-16%
LITORAL NORTE ALAGOANO (AL)	28.2%	23.5%	-17%
SUAPE (PE)	9.7%	8.0%	-18%
BRUMADO (BA)	32.6%	26.6%	-18%
ALTO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	13.3%	10.8%	-19%
FLORIANO (PI)	31.9%	25.8%	-19%
FEIRA DE SANTANA (BA)	20.2%	15.7%	-22%
ALTO MÉDIO GURGUÉIA (PI)	33.5%	25.6%	-24%
SERRA DE SANTANA (RN)	54.1%	38.6%	-29%
COREAÚ (CE)	50.1%	35.5%	-29%
SERRA DO PEREIRO (CE)	45.6%	32.3%	-29%
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (PE)	30.3%	19.6%	-35%
LITORAL NORDESTE (RN)	45.8%	29.1%	-36%
MATA SETENTRIONAL PERNAMBUCANA (PE)	27.5%	16.6%	-40%
BAIXO CURU (CE)	27.5%	12.5%	-54%
BAIXA VERDE (RN)	51.8%	20.5%	-60%

Nota: Elaboração Própria com base em IBGE-SIDRA.

**APÊNDICE M – MAIORES MICRORREGIÕES POR ORDEM DE CRESCIMENTO
(POSIÇÕES 36 ATÉ 188) (ESTADO ENTRE PARÊNTESES): PARTICIPAÇÃO DOS
SERVIÇOS PRIVADOS NO PIB DE CADA MICRORREGIÃO (MÉDIAS DOS ANOS
DE 2002-2004 E 2016-2018) E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS**

MICRORREGIÕES	MÉDIA 2002-2004	MÉDIA 2016-2018	CRESCIMENTO
MATA ALAGOANA (AL)	15.2%	20.8%	37%
BARRO (CE)	23.6%	32.1%	36%
LENÇÓIS MARANHENSES (MA)	23.3%	31.7%	36%
LIVRAMENTO DO BRUMADO (BA)	29.4%	39.8%	36%
COTEGIPE (BA)	19.6%	26.5%	36%
CARIRI OCIDENTAL (PB)	27.5%	37.1%	35%
SERTÃO DE QUIXERAMOBIM (CE)	27.4%	37.1%	35%
SERTÃO DE SENADOR POMPEU (CE)	24.2%	32.5%	34%
AGRESTE DE ITABAIANA (SE)	32.5%	43.2%	33%
IBIAPABA (CE)	25.5%	33.7%	32%
BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE (MA)	23.1%	30.5%	32%
BOQUIRA (BA)	26.8%	35.4%	32%
PAU DOS FERROS (RN)	28.2%	37.2%	32%
ALAGOINHAS (BA)	26.0%	34.1%	31%
SALGUEIRO (PE)	31.8%	41.4%	30%
CASCVEL (CE)	24.6%	32.0%	30%
AGRESTE POTIGUAR (RN)	22.7%	29.5%	30%
LAVRAS DA MANGABEIRA (CE)	23.2%	30.1%	30%
MERUOCA (CE)	20.0%	25.9%	29%
TOBIAS BARRETO (SE)	27.9%	36.1%	29%
BOQUIM (SE)	24.4%	31.6%	29%
ALTO MÉDIO GURGUÉIA (PI)	25.9%	33.4%	29%
SERRINHA (BA)	29.8%	38.5%	29%
ITABERABA (BA)	29.6%	38.1%	29%
BATURITÉ (CE)	23.5%	30.2%	28%
IRECÊ (BA)	29.3%	37.6%	28%
VÁRZEA ALEGRE (CE)	25.2%	32.3%	28%
PROPRIÁ (SE)	26.5%	33.8%	28%
CAXIAS (MA)	34.2%	43.7%	28%
PAJEÚ (PE)	31.7%	40.5%	28%
ALTO MEARIM E GRAJAÚ (MA)	26.1%	33.3%	28%
SERTÃO DE CRATÉUS (CE)	28.6%	36.4%	27%
PRESIDENTE DUTRA (MA)	32.5%	41.4%	27%
SERRA DE SÃO MIGUEL (RN)	21.2%	27.0%	27%
SEABRA (BA)	27.2%	34.6%	27%
BATALHA (AL)	23.1%	29.3%	27%

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (PE)	31.2%	39.5%	27%
BAIXO JAGUARIBE (CE)	27.0%	34.1%	26%
CHAPADAS DO ALTO ITAPECURU (MA)	27.7%	34.9%	26%
LITORAL DE ARACATI (CE)	30.7%	38.5%	26%
CANINDÉ (CE)	28.1%	35.1%	25%
CARIRI (CE)	41.6%	51.9%	25%
CHAPADINHA (MA)	28.7%	35.8%	24%
SERRANA DO SERTÃO ALAGOANO (AL)	19.3%	24.0%	24%
VALE DO IPANEMA (PE)	20.6%	25.6%	24%
ARARIPINA (PE)	26.2%	32.6%	24%
IPU (CE)	25.5%	31.7%	24%
PETROLINA (PE)	33.4%	41.4%	24%
BREJO PERNAMBUCANO (PE)	24.2%	29.8%	23%
ESTÂNCIA (SE)	22.8%	28.0%	23%
IGUATU (CE)	36.8%	45.2%	23%
BARRA (BA)	28.6%	35.0%	23%
SERRA DO TEIXEIRA (PB)	20.9%	25.6%	22%
BAIXADA MARANHENSE (MA)	26.6%	32.5%	22%
NOSSA SENHORA DAS DORES (SE)	25.5%	31.1%	22%
PALMEIRA DOS ÍNDIOS (AL)	28.2%	34.4%	22%
SAPÉ (PB)	25.0%	30.4%	22%
LITORAL DE CAMOCIM E ACARAÚ (CE)	27.3%	33.1%	21%
BRUMADO (BA)	26.8%	32.5%	21%
ITAPIOCA (CE)	25.7%	31.1%	21%
BOM JESUS DA LAPA (BA)	27.8%	33.6%	21%
CARIRIAÇU (CE)	21.4%	25.8%	21%
BREJO SANTO (CE)	30.8%	37.0%	20%
TRAIPI (AL)	13.8%	16.6%	20%
BAIXO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	25.7%	30.9%	20%
ANGICOS (RN)	24.2%	29.1%	20%
SOUSA (PB)	32.6%	39.1%	20%
PIO IX (PI)	21.7%	26.0%	20%
CHAPADA DO ARARIPE (CE)	26.1%	31.2%	20%
ROSÁRIO (MA)	24.4%	29.1%	20%
MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA (PE)	28.5%	34.0%	19%
ALTO MÉDIO CANINDÉ (PI)	20.8%	24.7%	19%
UMARIZAL (RN)	26.1%	31.1%	19%
JAPARATUBA (SE)	18.5%	22.1%	19%
SANTO ANTÔNIO DE JESUS (BA)	36.6%	43.5%	19%
MÉDIO CURU (CE)	24.2%	28.7%	19%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	42.4%	50.1%	18%
CHOROZINHO (CE)	24.8%	29.2%	18%
SERIDÓ OCIDENTAL (RN)	38.5%	45.3%	18%

JEQUIÉ (BA)	34.7%	40.8%	18%
COTINGUIBA (SE)	21.5%	25.2%	17%
VALENÇA (BA)	32.7%	38.3%	17%
ITAMARACÁ (PE)	25.8%	30.2%	17%
PICOS (PI)	38.7%	45.1%	17%
BREJO PARAIBANO (PB)	20.6%	24.1%	17%
CATOLÉ DO ROCHA (PB)	31.7%	36.9%	16%
SENHOR DO BONFIM (BA)	29.5%	34.3%	16%
LITORAL NORTE (PB)	24.4%	28.3%	16%
ITAPORANGA (PB)	25.5%	29.6%	16%
AGRESTE DE LAGARTO (SE)	29.7%	34.3%	16%
GUANAMBI (BA)	32.5%	37.5%	16%
PATOS (PB)	41.3%	47.6%	15%
UMBUZEIRO (PB)	18.5%	21.2%	15%
URUBURETAMA (CE)	22.6%	25.9%	15%
PINDARÉ (MA)	32.4%	37.2%	15%
SERIDÓ ORIENTAL (RN)	31.1%	35.6%	15%
MÉDIO CAPIBARIBE (PE)	27.8%	31.8%	14%
MACEIÓ (AL)	45.3%	51.8%	14%
CAJAZEIRAS (PB)	36.3%	41.4%	14%
SUAPE (PE)	28.4%	32.4%	14%
CAMPINA GRANDE (PB)	38.3%	43.5%	14%
CAMPO MAIOR (PI)	26.9%	30.5%	14%
PENEDO (AL)	23.4%	26.5%	13%
CHAPADAS DO EXT. SUL PIAUIENSE (PI)	24.6%	27.9%	13%
SERTÃO DO MOXOTÓ (PE)	35.3%	39.9%	13%
ILHÉUS-ITABUNA (BA)	36.9%	41.8%	13%
LITORAL PIAUIENSE (PI)	36.0%	40.7%	13%
VALENÇA DO PIAUÍ (PI)	25.9%	29.1%	13%
JACOBINA (BA)	35.3%	39.8%	13%
BERTOLÍNIA (PI)	19.9%	22.4%	13%
SÃO RAIMUNDO NONATO (PI)	28.8%	32.4%	12%
CURIMATAÚ ORIENTAL (PB)	25.7%	28.8%	12%
LITORAL SUL (RN)	22.7%	25.4%	12%
LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE (MA)	23.2%	25.9%	12%
SERRANA DOS QUILOMBOS (AL)	17.4%	19.4%	11%
COREAÚ (CE)	23.4%	25.9%	11%
PIANCÓ (PB)	24.3%	26.9%	11%
RECIFE (PE)	50.1%	55.4%	11%
SERIDÓ ORIENTAL PARAIBANO (PB)	24.5%	27.0%	10%
ARACAJU (SE)	48.4%	53.3%	10%
NATAL (RN)	49.2%	54.0%	10%
FORTALEZA (CE)	49.4%	54.2%	10%
ALTO CAPIBARIBE (PE)	38.0%	41.5%	9%
COELHO NETO (MA)	27.3%	29.6%	9%

GARANHUNS (PE)	31.2%	33.9%	9%
JOÃO PESSOA (PB)	45.4%	49.2%	8%
ITAPETINGA (BA)	28.8%	31.2%	8%
VALE DO IPOJUCA (PE)	39.9%	43.1%	8%
SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO (PB)	29.0%	31.3%	8%
CARIRI ORIENTAL (PB)	20.8%	22.4%	8%
TERESINA (PI)	47.3%	50.9%	8%
MÉDIO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	26.2%	28.1%	7%
SALVADOR (BA)	45.5%	48.7%	7%
ITABAIANA (PB)	27.4%	29.3%	7%
ESPERANÇA (PB)	32.6%	34.7%	7%
FEIRA DE SANTANA (BA)	44.8%	47.2%	5%
GUARABIRA (PB)	32.3%	34.1%	5%
FLORIANO (PI)	34.4%	35.6%	4%
CURIMATAÚ OCIDENTAL (PB)	26.7%	27.6%	3%
LITORAL NORDESTE (RN)	18.1%	18.5%	2%
GERAIS DE BALSAS (MA)	39.5%	39.6%	0%
FERNANDO DE NORONHA (PE)	79.2%	78.2%	-1%
ALTO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	21.8%	21.5%	-1%
ITAPECURU MIRIM (MA)	28.7%	27.6%	-4%
AGLOMERAÇÃO URBANA DE SÃO LUÍS (MA)	51.6%	49.4%	-4%
IMPERATRIZ (MA)	46.3%	44.2%	-4%
SERRA DE SANTANA (RN)	21.3%	20.2%	-5%
MATA SETENTRIONAL PERNAMBUCANA (PE)	27.5%	25.6%	-7%
PORTO FRANCO (MA)	33.1%	30.1%	-9%
BAIXO CURU (CE)	27.4%	23.6%	-14%
MACAU (RN)	25.1%	20.6%	-18%
MÉDIO MEARIM (MA)	36.5%	29.7%	-19%
BAIXA VERDE (RN)	26.7%	16.9%	-37%

Nota: Elaboração Própria com base em IBGE-SIDRA.

**APÊNDICE N – MAIORES MICRORREGIÕES POR ORDEM DE CRESCIMENTO
DOS SERVIÇOS PRIVADOS (POSIÇÃO 46 ATÉ 188) (ESTADO ENTRE
PARÊNTESES): CRESCIMENTO DOS SERVIÇOS PRIVADOS, SERVIÇOS
PÚBLICOS, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E PIB PER CAPITA (CALCULADOS A
PARTIR DAS MÉDIAS DOS RESPECTIVOS VALORES NOS ANOS DE 2002-2004 E
2016-2018)**

MICRORREGIÕES	CRESCIMENTO				
	SERV. PRIVADOS	SERV. PÚBLICOS	AGROP.	INDÚSTRIA	PIB PER CAPITA
EUCLIDES DA CUNHA (BA)	119%	56%	-48%	159%	46%
COTEGIPE (BA)	118%	65%	-1%	162%	48%
BORBOREMA POTIGUAR (RN)	118%	60%	-65%	33%	41%
AGRESTE DE ITABAIANA (SE)	117%	49%	-7%	39%	43%
ITAPARICA (PE)	117%	63%	13%	-48%	-18%
VÁRZEA ALEGRE (CE)	117%	63%	10%	89%	59%
VALE DO IPOJUCA (PE)	116%	71%	115%	120%	66%
SALGUEIRO (PE)	116%	67%	-53%	-6%	49%
SERTÃO DO MOXOTÓ (PE)	116%	74%	5%	153%	55%
SERTÃO DE INHAMUNS (CE)	115%	60%	-23%	55%	45%
CHAPADAS DO ALTO ITAPECURU (MA)	114%	92%	-21%	133%	51%
ALAGOANA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO (AL)	114%	86%	56%	-86%	-4%
JUAZEIRO (BA)	114%	67%	-23%	18%	34%
CATOLÉ DO ROCHA (PB)	113%	68%	-12%	102%	61%
ARARIPINA (PE)	113%	69%	-13%	65%	49%
CHAPADINHA (MA)	113%	115%	-36%	83%	30%
CHAPADAS DAS MANGABEIRAS (MA)	113%	95%	15%	14%	34%
ALTO MEARIM E GRAJAÚ (MA)	112%	95%	-18%	63%	38%
LITORAL SUL (RN)	112%	74%	107%	73%	57%
SERTÃO DE SENADOR POMPEU (CE)	112%	57%	-27%	170%	46%
SANTA MARIA DA VITÓRIA (BA)	111%	61%	13%	26%	43%
CHOROZINHO (CE)	110%	57%	3%	13%	62%
SERRA DE SANTANA (RN)	110%	54%	-7%	1021%	124%
VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)	109%	52%	-11%	146%	71%

FERNANDO DE NORONHA (PE)	109%	81%	3%	129%	53%
SOBRAL (CE)	108%	75%	-27%	-11%	21%
GUANAMBI (BA)	107%	67%	-32%	259%	60%
PRESIDENTE DUTRA (MA)	106%	89%	-39%	9%	50%
AGRESTE POTIGUAR (RN)	106%	68%	-43%	14%	35%
MACAÍBA (RN)	106%	67%	22%	-44%	0%
BOQUIRA (BA)	105%	66%	-37%	33%	43%
SERIDÓ OCIDENTAL (RN)	105%	62%	12%	26%	53%
PETROLINA (PE)	105%	83%	29%	8%	23%
PATOS (PB)	104%	71%	-30%	31%	59%
MÉDIO PARNAÍBA PIAUIENSE (PI)	104%	86%	26%	264%	82%
TOBIAS BARRETO (SE)	103%	42%	-34%	97%	41%
LAVRAS DA MANGABEIRA (CE)	102%	65%	-8%	49%	52%
IRECÊ (BA)	102%	63%	-55%	201%	39%
PAJEÚ (PE)	101%	58%	-49%	28%	42%
LITORAL OCIDENTAL MARANHENSE (MA)	101%	85%	28%	72%	70%
CODÓ (MA)	100%	73%	-40%	-58%	21%
JACOBINA (BA)	100%	57%	-27%	294%	60%
ITAMARACÁ (PE)	99%	80%	-30%	49%	29%
MERUOCA (CE)	99%	74%	-53%	138%	25%
IPU (CE)	99%	57%	22%	70%	60%
SERRINHA (BA)	99%	67%	-28%	18%	31%
BAIXO JAGUARIBE (CE)	98%	59%	28%	25%	43%
BERTOLÍNIA (PI)	98%	90%	54%	18%	64%
ALAGOINHAS (BA)	98%	70%	10%	34%	32%
SAPÉ (PB)	98%	63%	-4%	28%	45%
SOUSA (PB)	98%	57%	-40%	87%	52%
ITAPIPOCA (CE)	98%	85%	-4%	39%	32%
PAU DOS FERROS (RN)	97%	48%	-40%	-9%	44%
BOM JESUS DA LAPA (BA)	97%	64%	1%	173%	46%
TRAIPU (AL)	96%	80%	34%	7%	43%
SERIDÓ ORIENTAL (RN)	96%	48%	4%	116%	59%
GARANHUNS (PE)	96%	67%	24%	159%	63%
BARRA (BA)	95%	69%	-13%	80%	41%
TERESINA (PI)	95%	100%	3%	48%	62%
LITORAL DE ARACATI (CE)	95%	68%	42%	2%	34%
SEABRA (BA)	95%	56%	11%	97%	48%
SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO (PB)	95%	55%	21%	165%	63%
PORTO SEGURO (BA)	95%	77%	-51%	45%	15%
CAXIAS (MA)	94%	90%	-27%	-33%	30%

VALENÇA DO PIAUÍ (PI)	94%	75%	-4%	229%	72%
BARRO (CE)	94%	59%	-26%	45%	34%
MÉDIO OESTE (RN)	92%	49%	-15%	-38%	18%
SERRANA DO SERTÃO ALAGOANO (AL)	92%	69%	-18%	74%	48%
BRUMADO (BA)	92%	30%	12%	94%	78%
PACAJUS (CE)	92%	117%	17%	-17%	-22%
ITABERABA (BA)	91%	52%	-33%	55%	41%
RIBEIRA DO POMBAL (BA)	91%	65%	-39%	53%	20%
CAJAZEIRAS (PB)	90%	63%	-15%	54%	51%
MÉDIO CAPIBARIBE (PE)	90%	46%	51%	138%	65%
CASCAVEL (CE)	90%	74%	93%	-30%	22%
JEREMOABO (BA)	89%	52%	-60%	47%	25%
PAULO AFONSO (BA)	88%	73%	64%	-46%	-24%
JEQUIÉ (BA)	88%	52%	-31%	186%	58%
BATURITÉ (CE)	87%	66%	15%	-29%	33%
SERRA DE SÃO MIGUEL (RN)	86%	53%	-45%	10%	31%
PINDARÉ (MA)	86%	99%	-18%	30%	41%
BREJO PERNAMBUCANO (PE)	85%	44%	-11%	174%	44%
CHAPADA DO ARARIPE (CE)	84%	70%	-9%	30%	42%
SANTO ANTÔNIO DE JESUS (BA)	84%	68%	-31%	74%	38%
LIVRAMENTO DO BRUMADO (BA)	84%	70%	-51%	37%	21%
SERTÃO DE CRATÉUS (CE)	82%	51%	-19%	28%	37%
IGUATU (CE)	82%	58%	-18%	-7%	37%
CARIRIAÇU (CE)	81%	45%	34%	22%	57%
NATAL (RN)	79%	70%	-29%	24%	28%
MACEIÓ (AL)	78%	63%	-24%	9%	31%
MATA ALAGOANA (AL)	78%	66%	25%	-47%	15%
UMARIZAL (RN)	77%	47%	-36%	48%	40%
LITORAL NORTE (PB)	77%	62%	3%	27%	32%
SANTA QUITÉRIA (CE)	76%	57%	-22%	-16%	21%
SERRANA DOS QUILOMBOS (AL)	76%	63%	87%	-49%	48%
SERRA DO TEIXEIRA (PB)	75%	58%	-45%	73%	28%
GUARABIRA (PB)	75%	57%	7%	117%	55%
BOQUIM (SE)	74%	45%	-29%	21%	22%
FORTALEZA (CE)	74%	68%	4%	27%	33%
PALMEIRA DOS ÍNDIOS (AL)	74%	59%	11%	-32%	38%
MÉDIO MEARIM (MA)	74%	80%	-9%	534%	105%
CANINDÉ (CE)	74%	62%	-39%	-10%	22%

CAMPINA GRANDE (PB)	73%	64%	-26%	19%	36%
SERIDÓ ORIENTAL PARAIBANO (PB)	72%	66%	-20%	9%	36%
ITABAIANA (PB)	71%	56%	1%	109%	53%
CURIMATAÚ OCIDENTAL (PB)	71%	70%	45%	19%	41%
BATALHA (AL)	70%	63%	-31%	22%	25%
ITAPORANGA (PB)	69%	59%	-37%	57%	41%
JOÃO PESSOA (PB)	69%	71%	12%	20%	26%
ANGICOS (RN)	68%	51%	-7%	-27%	32%
UMBUZEIRO (PB)	67%	51%	-7%	18%	42%
ESPERANÇA (PB)	66%	66%	-11%	34%	33%
NOSSA SENHORA DAS DORES (SE)	66%	45%	-27%	53%	22%
GERAIS DE BALSAS (MA)	65%	125%	62%	38%	31%
MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA (PE)	65%	62%	-23%	-5%	18%
CURIMATAÚ ORIENTAL (PB)	63%	51%	-30%	20%	42%
MOSSORÓ (RN)	62%	67%	-25%	-49%	-16%
PIANCÓ (PB)	61%	52%	-7%	55%	45%
CARIRI ORIENTAL (PB)	60%	62%	2%	20%	35%
AGLOM. URBANA DE SÃO LUÍS (MA)	60%	94%	-54%	36%	36%
IMPERATRIZ (MA)	60%	102%	-3%	88%	49%
AGRESTE DE LAGARTO (SE)	59%	47%	-18%	21%	19%
VALE DO AÇU (RN)	58%	67%	4%	-40%	-7%
PENEDO (AL)	56%	59%	66%	-55%	25%
URUBURETAMA (CE)	55%	79%	-2%	3%	13%
ITAPETINGA (BA)	52%	47%	17%	66%	52%
ARACAJU (SE)	52%	59%	-30%	-6%	6%
BREJO PARAIBANO (PB)	51%	48%	-21%	68%	30%
SALVADOR (BA)	48%	71%	29%	34%	15%
PROPRÍÁ (SE)	47%	34%	-26%	-38%	10%
RECIFE (PE)	45%	51%	-42%	-11%	17%
CHAPADA DO APODI (RN)	44%	46%	1%	-66%	-13%
ESTÂNCIA (SE)	42%	52%	0%	-16%	-1%
SENHOR DO BONFIM (BA)	41%	69%	-33%	19%	3%
MACAU (RN)	36%	98%	57%	75%	29%
ILHÉUS-ITABUNA (BA)	35%	40%	-8%	5%	26%
ENTRE RIOS (BA)	33%	72%	-17%	-60%	-19%
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS (AL)	33%	68%	-13%	-59%	-23%
COELHO NETO (MA)	31%	104%	104%	-79%	-1%
BAIXO COTINGUIBA (SE)	24%	59%	-29%	-43%	-27%
COTINGUIBA (SE)	21%	69%	-41%	-45%	-17%

CATU (BA)	19%	66%	-42%	-61%	-32%
JAPARATUBA (SE)	-17%	56%	-46%	-70%	-40%

Nota: Elaboração Própria com base em IBGE-SIDRA e IpeaData.

**APÊNDICE O – REGIÃO NORDESTE: MASSA SALARIAL SETORIAL (A PREÇOS
CONSTANTES DE 2019) (R\$ 1) – SUBSETORES DO IBGE: SETOR PRIMÁRIO
(AGRICULTURA), SETORES INDUSTRIAIS E SETORES DE SERVIÇOS –
MÉDIAS (2002-04) E (2017-19) E CRESCIMENTO DAS MÉDIAS**

IBGE SUBSETOR	MÉDIA 2002- 2004	MÉDIA 2017- 2019	CRESCIMENTO
AGRICULTURA	244.029.444	363.181.094	49%
EXTRATIVA MINERAL	93.391.170	193.566.385	107%
PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	62.645.690	119.606.212	91%
INDÚSTRIA METALÚRGICA	78.551.142	129.312.309	65%
INDÚSTRIA MECÂNICA	28.303.277	60.352.034	113%
INDÚSTRIA DO MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÃO	22.703.857	34.281.583	51%
MATERIAL DE TRANSPORTE	31.121.977	99.677.714	220%
MADEIRA E MOBILIÁRIO	26.706.119	47.252.507	77%
INDÚSTRIA DO PAPEL E GRÁFICA	68.302.951	91.557.947	34%
INDÚSTRIA DA BORRACHA, FUMO, COUROS E OUTROS	28.780.132	59.637.986	107%
INDÚSTRIA QUÍMICA	219.738.212	308.111.173	40%
INDÚSTRIA TÊXTIL	142.764.741	192.247.869	35%
INDÚSTRIA CALÇADOS	76.605.890	135.898.081	77%
ALIMENTOS E BEBIDAS	372.385.669	549.908.863	48%
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	285.418.858	376.912.015	32%
CONSTRUÇÃO CIVIL	330.251.821	691.599.872	109%
TOTAL INDÚSTRIA	1.867.671.506	3.089.922.548	65%
COMÉRCIO VAREJISTA	798.007.523	1.934.638.776	142%
COMÉRCIO ATACADISTA	184.024.730	550.284.687	199%
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	466.111.320	610.141.342	31%
VALORES MOBILIÁRIOS, ADM. DE IMÓVEIS E OUTROS	706.340.157	1.630.714.313	131%
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	469.426.212	788.698.996	68%
SERVIÇOS DE ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO E OUTROS	528.846.088	1.079.795.966	104%
SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E VETERINÁRIOS	298.648.001	877.752.134	194%
ENSINO	377.602.542	1.477.166.002	291%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.304.374.584	8.483.405.362	97%
TOTAL SERVIÇOS	8.133.381.157	17.432.597.579	114%
TOTAL SERVIÇOS PRIVADOS	3.829.006.573	8.949.192.217	134%
TOTAL NORDESTE	10.245.082.107	20.885.701.221	104%

Nota: Elaboração própria com base na RAIS (Sistema Dardo) e IBGE – SIDRA.